

Semanário
 Director
 António Dias Lourenço
 Propriedade
 Editorial "Avante!"

Avante!

Ano 44—Série VII—N.º 28
 15 de Novembro de 1974

Preço: 2\$50
 Angola e Moçambique: 6\$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tel. 779825 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L. - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

VIGILÂNCIA UNIDADE

Mais de meio ano volvido sobre o 25 de Abril, são manifestas as sensíveis alterações verificadas na conjuntura política e económica nacional. Grandes passos em frente têm sido dados, no caminho da construção

de um Portugal democrático, pacífico, progressivo e independente.

Entretanto, seria um erro grosseiro, que muito caro custaria, esquecer que a reacção tem ainda muita força, ocupa ainda importantes posições tanto no campo político como no económico. A reacção não desarmou e espera uma oportunidade favorável para desencadear a contra-revolução.

É por isso que a vigilância popular e das forças democráticas não pode esmorecer; é por isso também que a unidade das forças democráticas e a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas têm de ser reforçadas.

Vigilância, unidade — eis precisamente os temas fundamentais desenvolvidos no importante discurso pronunciado pelo camarada Alvaro Cunhal no comício realizado na segunda-feira no Pavilhão dos Desportos, por ocasião da visita a Lisboa do camarada Georges Marchais. (Páginas centrais)



Georges Marchais em Lisboa

AS COMEMORAÇÕES DO 7 DE NOVEMBRO

Pela primeira vez na história dos últimos 50 anos os trabalhadores e o povo português comemoraram livremente a data tão querida dos povos de todo o Mundo, que é a da Grande Revolução Socialista de Outubro.

De norte a sul do País, em grandes ou pequenas iniciativas — sessões de esclarecimento, convívios, comícios, exposições fotográficas, sessões de cinema — o povo português assinalou o 7 de Novembro, mostrando inequivocamente os seus sentimentos para com os grandes ideais de Outubro e para com o povo desse país que foi o primeiro a iniciar a edificação do socia-

Lisboa, 14 de Novembro de 1974

Por motivo do 57.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, a Embaixada da URSS na República Portuguesa recebeu numerosos cumprimentos de todas as partes do País.

Não tendo a possibilidade de responder a cada carta, a Embaixada por intermédio dos órgãos da Informação exprime a sua profunda gratidão a todas as organizações e pessoas que enviaram ao povo soviético os seus cumprimentos e desejam-lhes todos os êxitos para o bem do novo Portugal, para o bem do fortalecimento da amizade entre os povos soviético e português.

A. KALININ,
 Embaixador da URSS na República Portuguesa

si as comemorações do 7 de Novembro, a que presidiu uma delegação vinda especialmente da URSS a convite da Associação. Essa delegação, que o «Avante!» entrevistou para o seu número da semana passada, era composta pelo ministro do Ensino Superior e Secundário Especializado da República Federativa Russa, camarada I. Obratsov, por Zinaída Feodorova, secretária-geral do Comité das Mulheres Soviéticas, V. Perstov, jornalista e V. Grenkov, chefe do Departamento da Europa Ocidental da União das Sociedades de Amizade com os Países Estrangeiros.

Uma exposição fotográfica sobre a URSS nas Belas-Artes, a inauguração da sede da Associação Portugal-URSS e um grande comício no Pavilhão dos Desportos, seguido de um espectáculo de danças e canções, foram os pontos principais do programa das comemorações em Lisboa, a que assistiu o embaixador da URSS em Portugal, camarada A. Kalinin. No comício, falou em nome do PCP o camarada José Magro, do Comité Cen-

(Continuação na 12.ª página)

ESTREITAM-SE OS LAÇOS DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS COMUNISTAS DE FRANÇA E PORTUGAL

Georges Marchais e os restantes elementos da delegação do PCF chegaram a Lisboa na tarde do passado domingo, tendo sido recebidos,

no aeroporto pelos camaradas Alvaro Cunhal, Sérgio Villariques, Dias Lourenço, Pires Jorge e Aurélio Santos, do Comité Central do PCP, e

ainda por José Magalhães Godinho e Tito de Morais, em nome do Partido Socialista Português. No exterior, uma pequena multidão, empunhando dísticos e bandeiras do nosso Partido, expressou aos visitantes a amizade e a camaradagem dos comunistas portugueses. No momento da chegada, Georges Marchais leu a seguinte mensagem:

«No momento em que vivo o solo de Portugal, enfim livre, desejo antes de tudo exprimir uma profunda emoção. Como sabem, estou aqui com os meus camaradas a convite do heróico Partido Comunista Português. Ao longo de meio século os nossos dois Partidos estiveram sempre em contacto, com relações estreitas frequentes e calorosas. No entanto, esta é a primeira vez que uma delegação do nosso Partido contacta uma delegação do PCP em Portugal. E para nós uma grande alegria e honra ter conversações, trocar as nossas experiências e opiniões sobre todos os problemas de interesse comum aos nossos dois Povos, alegrando-nos também o contacto que iremos ter com os trabalhadores e o povo português.»

«Com efeito foi com interesse apaixonado que o povo francês seguiu os acontecimentos decisivos que se desenvolveram em Portugal, dedicando hoje a mais viva atenção à acção que as forças operárias e democráticas do vosso País desenvolvem para conduzir a bom termo o processo de democratização e descolonização, vencer as forças do passado que tentam opor-se e consolidar a aliança das forças populares e do Movimento das Forças Armadas.»

«Esta tenção é tanto mais calorosa quanto os trabalhadores e as massas populares de França estão actualmente empenhadas grandemente na luta pela democracia, bem-estar e independência nacional. Aquilo que se passa em Portugal confirma que um vento

(Continuação na 6.ª página)

COMUNICADO CONJUNTO DO PCP E DO PCF

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 10 a 12 de Novembro uma delegação do Partido Comunista Francês dirigida pelo camarada Georges Marchais, Secretário-Geral do Partido, e compreendendo os camaradas Guy Hermier, membro do Bureau Político, de Jean Kanapa, membro do Comité Central, e Roger Trugnant, da Secção Política Externa do Partido.

A delegação do Partido Comunista Francês teve conversações com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, e compreendendo os camaradas Sérgio Villariques, membro do Secretariado e da Comissão Política, Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central, e Aurélio Santos, membro suplente do CC.

As conversações que decorreram num ambiente de calorosa amizade, comprovaram o completo acordo de ambos os Partidos sobre todas as questões examinadas.

A delegação do Partido Comunista Português deu uma ampla informação sobre a acção do Partido após o 25 de Abril, na luta pela democratização do País, pelo fim da guerra

colonial e pela descolonização, pela realização de eleições livres e a instauração de um regime democrático escolhido pelo povo.

Destacando a radical modificação da situação política portuguesa após o derrubamento da ditadura fascista, a delegação do Partido Comunista Português pôs em destaque a decisiva importância que para as vitórias alcançadas tiveram o Movimento das Forças Armadas, a amplitude da luta popular contra a ditadura e contra a guerra colonial, a unidade das forças democráticas e a aliança das massas populares com as Forças Armadas, bem como a luta de libertação dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e a solidariedade internacional à luta do povo português.

Caracterizando a actual situação política em Portugal, a delegação do PCP informou dos resultados do Congresso Extraordinário do PCP realizado em 20 de Outubro, sublinhando as três direcções fundamentais da acção política actual: a consolidação das liberdades e o reforço do Estado democrático, a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento, o prosseguimento da descolonização. No Governo e fora dele, o PCP não poupará esforços nem energias para reforçar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, para unir, organizar e mobilizar a classe operária e as massas na luta pela realização dessas tarefas.

Saudando o derrubamento da ditadura fascista, o PCF expressou a sua total solidariedade com a acção desenvolvida pelo Movimento das Forças Armadas, o Partido Comu-

nista Português e as outras forças democráticas.

A delegação do PCF informou sobre o aprofundamento da crise da sociedade francesa, sobre o desenvolvimento das lutas da classe operária e das massas populares, as novas perspectivas abertas pelos êxitos da esquerda, na base de um programa comum de transformações democráticas profundas, assim como sobre os trabalhos do XXI Congresso.

O Partido Comunista Português saudou os esforços desenvolvidos pelo PCF visando unir o povo de

França na luta por profundas reformas democráticas.

A presença de 750 000 imigrantes portugueses em França levanta uma questão importante para o movimento operário e democrático francês. Os trabalhadores portugueses são parte integrante das lutas sociais, económicas e políticas dos trabalhadores franceses.

O Partido Comunista Francês prosseguirá a sua acção em defesa dos direitos dos trabalhadores imigrantes portugueses, tendo em conta os seus sentimentos nacionais, os laços que os unem ao país de origem e às lutas que aí se desenvolvem pela democracia e pela liberdade. Apoiará qualquer iniciativa visando o estabelecimento, entre Portugal e a França, de novos acordos sobre a imigração conformes aos interesses dos trabalhadores imigrantes e aos dos dois países.

Os dois Partidos saudaram o acesso da República da Guiné-Bissau à plena soberania no seu território e a sua entrada na ONU, bem como os êxitos alcançados pelos povos de Moçambique e Angola.

Os dois Partidos afirmaram a sua solidariedade para com os povos submetidos aos regimes fascistas, racistas e colonialistas.

Os dois Partidos saúdam os passos dados no desanuviamento internacional e consideram necessário desenvolver novos esforços para a conclusão rápida e ao mais alto nível da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa.

Os dois Partidos afirmam a sua vontade de contribuir para a unidade do movimento comunista e operário internacional, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, de acordo com os princípios inscritos na Declaração da Conferência de Moscovo de Julho de 1969.

As delegações de ambos os Partidos manifestam a sua profunda satisfação pelas relações tradicionais de amizade, cooperação e fraternidade existentes entre o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português, e consideram que a visita da delegação do PCF ao novo Portugal livre e democrático constitui um importante marco para o reforço da unidade de combate dos trabalhadores portugueses e franceses, para o estreitamento das relações entre as forças democráticas e progressistas dos dois países, para o estreitamento dos laços entre o povo português e o povo francês.

Lisboa, 14 de Novembro de 1974

lismo — a grande União Soviética.

Impossível nos é fazer aqui um balanço completo quanto possível das iniciativas que por esse País fora assinalaram o 57.º aniversário da Revolução de Outubro. Notícias que e, lamentavelmente, não chegaram ainda à nossa redacção, impedem que façamos referência a muitas delas. As que vamos referir são, porém, mais do que elucidativas acerca do carácter de massas e da amplitude que assumiu a comemoração do 7 de Novembro em Portugal. Sítios houve, destacamos, em que as comemorações tiveram aspectos de uma grande festa popular.

Muito antes do dia 7 já as iniciativas se multiplicavam nos arredores de Lisboa, na província, já dezenas de sessões de esclarecimento, comícios, exposições fotográficas, etc., estavam em marcha.

Em Lisboa, foi a Associação Portugal-URSS que chamou a



O embaixador da URSS, camarada Arnod Kalinine, e sua esposa com o almirante Pinheiro de Azevedo e esposa durante a recepção comemorativa do 57.º aniversário da Revolução de Outubro

Avante!
 PÁGINA 2

A revolução democrática portuguesa e o anti-comunismo interno e de fora

DELEGAÇÃO DO PCI EM LISBOA

Chega amanhã a Lisboa uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Italiano, que ficará no nosso País até à próxima terça-feira, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português.

Na segunda-feira, a delegação voltará a Lisboa, estando prevista para as 18 horas uma conferência de imprensa.

Além de conversações com o Comité Central do Partido Comunista Português, o programa prevê, no domingo, uma visita ao Porto, onde se realizará um Comício de Amizade.

Na segunda-feira, a delegação voltará a Lisboa, estando prevista para as 18 horas uma conferência de imprensa.



A sessão de homenagem a Soeiro Pereira Gomes

SOEIRO PEREIRA GOMES COMBATENTE DA LIBERDADE

«Ao nosso querido e inesquecível amigo, Joaquim Soeiro Pereira Gomes, lhe rendemos, neste momento, em nome de todo o povo honrado e trabalhador de Alhandra, a última e derradeira homenagem àquele que soube, perto ou longe de nós, contribuir para a liberdade do Povo de Portugal.

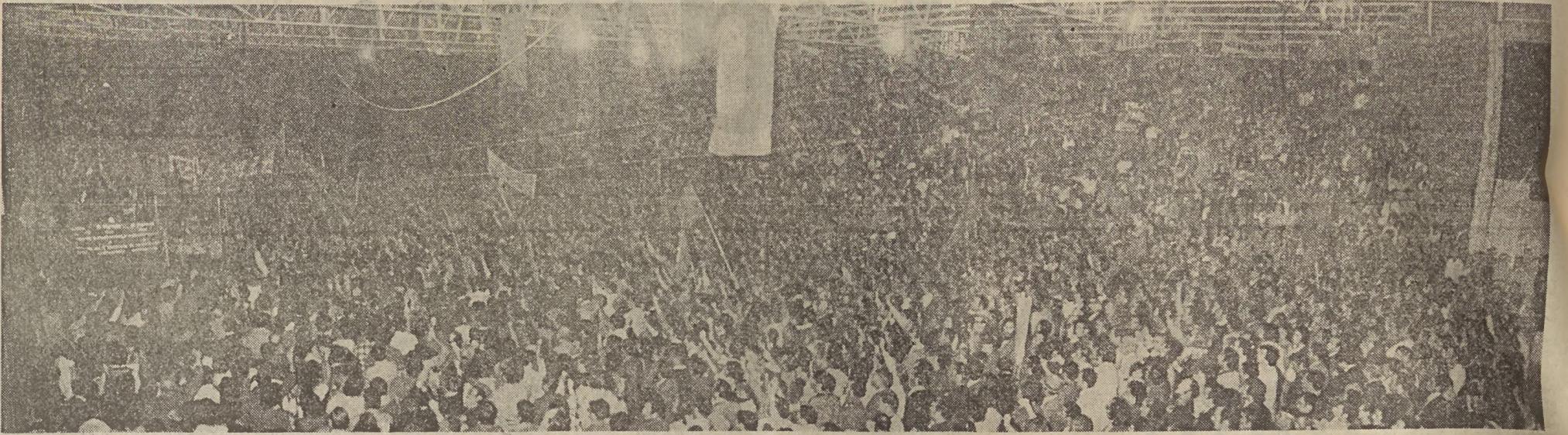
Nós te juramos, querido e saudoso camarada, que, sejam quais forem os obstáculos que os responsáveis da tua morte nos levantaram, levantaremos sempre bem alto, mas enfrentando a morte, a bandeira da democracia pela qual sempre honradamente sonhaste lutar a morrer.

Nós te juramos, saudoso amigo, pelo amor dos nossos filhos!

Em 1949, sob o terror fascista, foi este o testemunho corajoso das classes trabalhadoras de Alhandra no funeral de Soeiro Pereira Gomes, escritor e militante comunista. Vinte e cinco anos depois, na tarde clara do passado sábado, 9 de Novembro, esse mesmo povo, agora em liberdade, pela qual Pereira Gomes lutou e

morrêtu, confirmou, notavelmente a promessa de então prestando à sua memória e à sua obra de escritor uma homenagem a todos os títulos inesquecível. A iniciativa pertenceu à Comissão de Freguesia de Alhandra do PCP, com a colaboração da Associação Portuguesa de Escritores, da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Alhandra

(Continuação na 3.ª página)



Os inimigos da democracia portuguesa vêm de vários quadrantes políticos, de vários pontos cardeais. Uns dentro do próprio País outros fora dele. A forma preferida dos seus ataques é o anticomunismo.

Certos deles até pensam mesmo que estão a defender a democracia — mas não estão.

Alguns nem se dão conta dos perigos da sua insensatez anticomunista. Viram as espingardas para amigos e aliados e esquecem que cá também existem os «Pinochet» que aguardam a sua hora e a ela chegariam, se isso lhes consentíssemos, para nós esmagarem a todos debaixo do mesmo cilindro.

Em alguns casos as preocupações eleitoralistas (ou o prematuro desespero por uma hegemonia que tarda a desenharem-se e que provavelmente nunca chegará a concretizar-se?), as preocupações eleitoralistas, dizíamos, estão a motivar alguns golpes baixos mais ou menos velados, mais ou menos abertos, contra o comunismo, os comunistas e o PCP.

Certos comícios e sessões de esclarecimento organizados por ditos aliados são um completo repositório anticomunista, anti-soviético, e isto por vezes diante dum auditório na sua quase totalidade de comunistas e de amigos da União Soviética e do PCUS, os quais têm mostrado na prática uma infinita paciência e muito sangue-frio para não cederem à disputa acalorada e estéril.

Naturalmente, a maioria desses ataques, embora por vezes não confessados, incidem contra a participação dos comunistas no Governo Provisório. Pessoas mais ou menos responsáveis (ou irresponsáveis?) mostram não perceber nada do jogo das alianças e das relações entre os agrupamentos que participam, numa forma ou doutra, no processo político e atiram-se de cabeça para o poço sem fundo do anticomunismo.

Se em casa é assim não estranhemos que a reacção internacional o faça então numa forma muito mais venenosa e fria. É naturalmente coerente.

Analisando a posição política de certos estrangeiros responsáveis, sejam governantes ou pessoas com alguma autoridade, na política dos seus países, vê-se como o anticomunismo serve um objectivo — a hegemonia imperialista e monopolista sobre a vida dum pequeno povo.

O carácter e a profundidade das transformações ocorridas em Portugal não são, como é compreensível, seguidas com interesse e em exclusivo pelos portugueses. Galgaram fronteiras e tornaram-se matéria de estudo e reflexão para amigos e de congeminações e aferimentos de toda a ordem em latitudes das mais diversas para inimigos.

Durante quase meio século, ante a indiferença ou o silêncio interesseiro das grandes potências capitalistas, Portugal viveu a sua apagada e vil tristeza sob o tacão do fascismo nesta ponta mais ocidental da Europa, entalado entre o Atlântico e a Espanha franquista. («Portugal não será mesmo uma província de Espanha? — perguntariam alguns, não muito fortes em Geografia...»)

Enfim, Portugal, esta terra antes balcanizada donde se manobravam chorudos interesses do capital financeiro nas colónias portuguesas e onde se digeriam tranquilamente superlucros arrancados à miséria do nosso povo e dos povos irmãos submetidos pelo colonialismo português, passou a ser notícia nos arraiais da reacção internacional. Mas

para o atacarem nas suas instituições democráticas e na vontade do seu povo.

Nos últimos dias, então, todo este idílico paraíso da alta finança nos bons tempos de Salazar e Caetano, passou a ser pintado por alguns «generosos» monopolistas estrangeiros que tão altruisticamente investiram ou pensavam investir os seus dinheiros em Portugal, como um inferno.

E tudo isto só porque o nosso povo, derreado por quase cinquenta anos de fascismo, soube despertar energias adormecidas e lançar-se arduamente à tarefa de edificar no seu país um Estado autenticamente democrático. — Um Estado democrático em cujo Governo participa um representante do PCP, integrado numa coligação de forças que se puseram de acordo para levar à prática uma plataforma política — o programa do MFA. Por sinal o único Governo da Europa capitalista em que os comunistas participam. Facto que causa grandes engulhos à reacção interna e internacional.

Sim, porque as mudanças ocorridas em Portugal não foram de maneira alguma fortuitas ou isoladas dum contexto internacional mais amplo. Ocorreram numa época em que outras mudanças significativas se produziram na Europa e no Mundo. O sopro da liberdade e da democracia agita há tempos a vida internacional e já faz estremecer velhas estruturas carcomidas.

As forças do socialismo e da paz roubaram à política de guerra do imperialismo vários carvões incandescentes: Vietnam, Próximo e Médio Oriente, etc.

Na própria Europa a política da «guerra fria» sofreu reveses irreparáveis. A normalização das relações entre as duas Alemanhas, com o reconhecimento da RDA e a admissão dos dois Estados alemães na ONU deixou vazia de conteúdo toda uma política artificialmente montada para justificar a corrida armamentista na Europa — a chamada política de contenção a Leste.

Afinal os «agressores» do Leste, tendo à sua cabeça a União Soviética, em conjugação com todas as forças amantes da paz, na Europa e no Mundo, trabalharam afanosamente pela criação dum clima de paz e de desanuviamento no qual foi possível realizar a primeira fase da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. E depois dela uma pergunta fazemos naturalmente os povos: «Para que é a NATO nas presentes condições?»

Uma pergunta incómoda a que os militantes do Pentágono fogem de responder.

Outras mudanças significativas ocorreram: em França, Mitterrand, o candidato da esquerda unida, obteve cerca de 50 % do sufrágio dos franceses; os coronéis da Grécia, que cometeram o erro de cálculo de Chipre, viram-se obrigados a ceder o passo e o próprio Chipre reencontrou o seu curso democrático; em Espanha as forças antifranquistas, iluminadas pelo exemplo de Portugal interrogam-se sobre o futuro do seu país ante a iminência do desaparecimento de Franco.

Pela América Latina, em países como a Bolívia, a Colômbia, o Uruguai, jovens oficiais das Forças Armadas — «Los Portugueses» — estudam atentamente as experiências dos militares portugueses e olham a uma nova luz a situação dos seus países.

Na África, a descolonização dos territórios sob domínio português e o estabelecimento de relações fraternas

com os povos antes colonizados por Portugal, está contribuindo para a liquidação dos regimes colonial-racistas da África do Sul e da Rodésia e com ela para a liquidação do tal do colonialismo no continente africano.

No plano económico outros graves fenómenos afectam o sistema de exploração capitalista. A inflação corroi a economia dos países capitalistas e impede a estabilidade do sistema; o número de desempregados aumenta nos países mais industrializados. Só nos Estados Unidos, perto de 6 milhões, na Europa, mais de 3 milhões, etc. O adensar da crise afecta duramente as classes trabalhadoras e faz pesar sobre a economia capitalista a ameaça duma recessão generalizada sem precedentes. E enquanto isto assim sucede nos países capitalistas a vida dos povos socialistas aumenta de nível material e cultural, cresce a produção e a produtividade em escala jamais atingida, o desemprego não existe mais.

Compreende-se então porquê os círculos mais reaccionários do capital financeiro observam com tanta atenção o que se passa em Portugal e porquê se encarniçam tanto contra a jovem democracia portuguesa. A imprensa reaccionária entretém-se a deformar a realidade política do País, a caluniar os comunistas portugueses, a colocar falsos dilemas à situação em Portugal.

Principalmente dirigem os ataques mais absurdos contra a presença dos comunistas no Governo. Atacam cegamente o PCP, o nosso Estado democrático, o próprio MFA. Desnaturam descaradamente a nossa política, semeiam o alarme e a desconfiança em relação ao novo estado de coisas existente em Portugal.

Chegou mesmo a falar-se em resistência dos americanos à participação dum representante do Governo Português numa recente reunião da NATO sob pretexto da presença de comunistas portugueses no Governo Provisório. A notícia não foi confirmada mas o dedo anticomunista é aqui visível.

É no plano financeiro que a reacção interna e internacional procura debilitar mais abertamente o jovem Estado democrático português: Tais manobras terão uma resposta adequada.

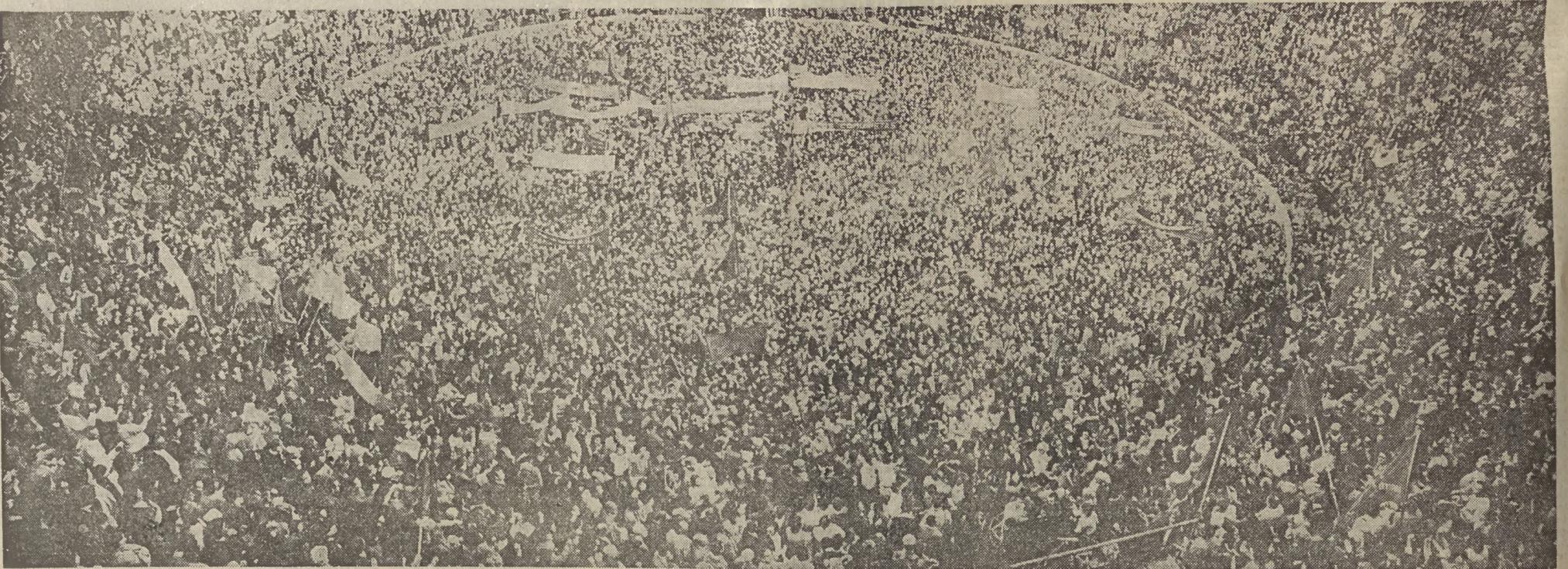
O nosso povo unido e em estreita aliança com o MFA tem mostrado o seu valor combativo e o seu entranhado amor à liberdade. Quando um povo sabe manter-se vigilante às manobras do inimigo e põe à prova a sua experiência de organização e de luta — e esse é o caso do povo português — podemos estar certos que a calúnia não vingará e as conspirações antipopulares serão desfeitas.

Além disso o nosso povo não está sozinho; o seu combate é o combate de todos os povos do Mundo pela liberdade, a democracia e a paz. Hoje o povo português conquistou a simpatia de milhões de homens e mulheres progressistas de todo o Mundo que acompanham com interesse e espírito solidário a nossa luta pela edificação dum Portugal feliz, independente e livre. Poderosos aliados nos ajudam. As palavras de Georges Marchais no comício do Pavilhão dos Desportos são inequívocas a este respeito.

Com a nossa firme unidade, com a defesa intransigente da aliança com o MFA e com a solidariedade amiga e activa de milhões de progressistas poderemos continuar a afirmar com confiança:

A reacção não passou — a reacção não passará!

A revolução democrática portuguesa e o anticomunismo interno e de fora



UM ÁRDUO CAMINHO A PERCORRER DO OBSCURANTISMO À DEMOCRACIA

—entrevista com a DORB

A política de obscurantismo desenvolvida pelo regime fascista tendo abrangido todo o nosso país, fez-se sentir mais intensamente em determinadas regiões quase votadas ao abandono e à auto-sobrevivência, onde ainda hoje o 25 de Abril não passa de um eco difuso da realidade democrática do nosso país e onde caciques do fascismo continuam a procurar manter as populações na ignorância e subdesenvolvimento em que sempre viveram.

Porta-voz da orientação do nosso Partido, organizador colectivo das massas trabalhadoras, o «Avante!» compete a importante tarefa de levar ao conhecimento das mais amplas camadas do povo português o papel desempenhado pelas Organizações do Partido na luta pela democracia, contra o obscurantismo, a opressão, a exploração do homem pelo homem.

Neste contexto, o «Avante!» entrevistou os camaradas Carlos Luis, José Bernardino, Manuel Paiva e Joaquim Serrão, da Direcção da Organização Regional das Beiras.

Os distritos abrangidos pela DORB — Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Viseu — englobam sectores populacionais bastante distintos, debatendo-se com graves problemas, com duras condições de vida, a braços com constantes investidas da reacção. O incansável e árduo trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista constitui sem dúvida um contributo valioso na mobilização, orientação e organização das massas trabalhadoras na sua luta por uma sociedade mais justa.

Contudo, muito há ainda que fazer. E sem demora!

«Avante!» — Tem de reconhecê-lo o atraso do trabalho nos campos em algumas regiões. É necessário recuperar rapidamente esse atraso, tomar decididamente a defesa dos interesses do camponês e lutar para que sejam tomadas com urgência medidas que protejam efectivamente esses interesses.

Qual tem sido a actuação da DORB neste sentido?

C. L. — Será importante referir as lutas desenvolvidas pelas massas camponesas desde há alguns anos, antes de falarmos da situação actual.

Apesar do atraso político e cultural em que se encontram, os camponeses quando mobilizados para a luta actual das formas mais violentas, passando por cima de todas as leis fascistas, defendendo com firmeza os seus direitos.

As lutas desencadeadas pela recuperação dos baldios no Vale do Vouga; a luta contra o arranço das vides americanas; o processo sobre a taxa do vinho, são um bom exemplo disso.

Extremamente importante foi o papel desempenhado pelo nosso jornal «A Terra», mobilizando e orientando a acção dos trabalhadores, assim como as reuniões e comunicado do nosso partido.

Foi também assim que se conseguiram conquistar algumas Juntas de Freguesia, ainda durante o regime fascista.

Após o 25 de Abril realizaram-se Assembleias Populares, nomeadamente em Talhadas e em Préstimo, para a distribuição e administração dos baldios.

Sob a administração é curioso assinalar que os camponeses decidiram que os seus baldios próximos das populações seriam administrados individualmente e os que ficavam mais afastados, colectivamente. O Partido tem tido uma acção preponderante no esclarecimento da importância e necessidade do apoio dos Serviços Florestais, concretamente do ponto de vista técnico, atendendo à nova orientação dada aos Serviços após o 25 de Abril.

Tem sido também nossa preocupação esclarecer e fomentar a confiança no Governo Provisório e MFA, assim como a importância da união do camponês com o coarado, ambos empenhados numa luta comum.

O Vale do Vouga voltará a servir o povo da região

De salientar também as lutas pelo regresso do comboio da V. Vouga.

M. P. — As populações desta região manifestaram no passado dia 9, junto ao Governo Civil do distrito de Aveiro, o desejo de voltarem a poder utilizar o comboio, confiantes de que o Governo Provisório procurará resolver



Os camaradas Manuel Paiva, Joaquim Serrão, José Bernardino e Carlos Luis Figueira, da D. O. R. B., quando falavam ao «Avante!»

o problema com a prioridade possível. Como se sabe, o comboio do Vale do Vouga, apesar de muitos defeitos, sempre foi útil para as populações destas regiões. O governo fascista mandou encerrar a linha de caminho-de-ferro, dizendo que provoca-

va incêndios, prejudicando desta forma todo o povo da região do Vouga. Em vez de resolver o problema dos incêndios substituindo as máquinas a vapor por locomotivas «diesel» e melhorando as carruagens, o fascismo preferiu uma «solução» que nos mostra bem o seu desinteresse e desdém, pelas profundas aspirações do Povo Português.

As lutas do povo pelo regresso do comboio foram sempre apoiadas pelo PCP assim como a referida manifestação que, sendo reivindicativa, foi também de confiança nas novas autoridades democráticas no seu empenho em resolver os problemas do povo e de corresponder às exigências e iniciativas populares.

Unidade base da organização

C. L. — a experiência e o conhecimento das condições específicas das populações camponesas abrangidas pela DORB mostram-nos que o trabalho unitário deverá estar na base da sua organização, agregando todas as forças na resolução dos problemas que afectam a todos. Assim, têm-se realizado assembleias populares para eleição de comissões específicas dos diversos problemas a resolver, tais como as comissões para distribuição e administração dos baldios; a comissão de recuperação dos baldios — eleita num grande encontro realizado em Sever do Vouga, em que participaram todas as comissões existentes; a comissão para o esco-

amento do vinho (Mealhada), que apresentou uma exposição ao Governo sobre os problemas do escoamento da produção vinícola, estando já a ser tomadas medidas governamentais, sendo do domínio público que a delegação oficial que recentemente se deslocou à URSS regressou com perspectivas de resolução deste problema, entre outros.

Existem também comissões de desmantelamento dos Grémios da Lavoura (que defendiam os interesses dos capitalistas), tendo vindo a processar-se o saneamento das cooperativas que existiam, caminhando simultaneamente para a formação de novas cooperativas agrícolas, ao serviço do camponês, com um amplo movimento unitário de massas.

Constituíram-se igualmente comissões de pequenos produtores de leite, visando o «controlo» dos postos de ordenha e os de distribuição do leite.

São estas comissões que efectivamente representam as massas camponesas, sendo de notar que a ALA não tem qualquer receptividade nas populações, como por exemplo se verificou numa sessão que pretendeu realizar em Oliveira do Bairro, a que só aderiram 10 pessoas!

Na luta com os camponeses do Baixo Mondego

J. S. — Visando defender os interesses dos pequenos rendeiros, completamente desprotegidos no regime anterior, e com o fim de lhes dar garantias eficazes, está em discussão um novo projecto de lei sobre o arrendamento rural, em que se prevê que o senhorio não pode despedir o arrendatário antes do prazo mínimo de 18 anos, desde que

este cumpra as condições do contrato.

Os grandes proprietários reaccionários, conhecendo os propósitos do Governo, procuraram adiantar-se à entrada da nova lei em vigor, e despedem em massa trabalhadores que há longos anos vêm cultivando a terra.

No concelho da Figueira da Foz, a viscondessa de Maiorca e os proprietários da Quinta de Foz resolveram «de súbito» explorar directamente as suas terras. Centenas de pequenos rendeiros vêem-se de repente privados das condições mínimas em que ganhavam o seu pão.

Tendo dominado a vontade durante a longa noite fascista, estes senhores nunca se preocuparam com as condições de vida dos trabalhadores do campo. Não cuidaram da instrução dos seus filhos, não cuidaram da assistência médica, não cuidaram de lhes garantir segurança na velhice. Nunca se preocuparam em criar um sistema que protegesse os agricultores dos efeitos das cheias que vinham inutilizar o trabalho penoso de um ano.

Agora, com não se atrevem a combater frontalmente o poder democrático, procuram lançar ainda em maior miséria os camponeses, convencidos que poderão fazer voltar o passado. São estes mesmos reaccionários que não hesitam em dizer que são os comunistas que querem roubar as terras aos trabalhadores!

Para além de um comunicado e de milhares de targetas apoiando e orientando a luta dos cam-

poneses do Baixo Mondego, o Partido tem vindo a realizar várias sessões de esclarecimento, dando-lhes a conhecer a «lei de arrendamento» em discussão, realçando o seu carácter progressivo em relação à legislação anterior, mas propondo algumas medidas de alteração que se identificam com sentidos anseios das massas laboriosas das terras. Neste sentido, está a circular um abaixo-assinado dirigido ao secretário de Estado da Agricultura, onde são apresentadas as propostas de alteração.

«Avante!» — O fascismo sempre procurou fazer crer que o atraso em que se encontra a nossa agricultura se devia à pobreza do solo.

Por outro lado a maior parte das explorações agrícolas ignora ainda o que é o trabalho mecânico.

Em que medida o equipamento da agricultura com modernos meios técnicos permitirá elevar a produtividade?

J. B. — A maior parte da exploração agrícola no Norte tem a característica de servir essencialmente para o auto-abastecimento da população; sendo a exploração pecuária e avícola utilizada como complemento. Ao mesmo tempo, a existência da mini-propriedade acarreta grandes dificuldades ao desenvolvimento do processo de mecanização.

O atraso da nossa agricultura não pode ser ultrapassado sem a alteração radical da política agrícola, sem eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários, sem entregar grande parte da terra cultivável a quem a trabalha.

É essencial a elevação dos salários e garantia de trabalho para os assalariados rurais; a reforma do regime de arrendamento (já em discussão); a anulação das dívidas usurárias; o auxílio do Estado aos pequenos agricultores, com a concessão de créditos a baixo juro, fornecimento de máquinas e todo o material necessário; assistência técnica, estimulando a formação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas, etc., o melhoramento das condições gerais de vida das aldeias; o alargamento das isenções de impostos aos camponeses pobres.

Apesar da necessidade imperiosa de reestruturação da nossa agricultura, o que não se poderá fazer de um momento para o outro, estão a ser tomadas algumas medidas importantes na resolução de necessidades imediatas, como é o caso da assistência e apoio a cooperativas já existentes, por exemplo a de Lafões, que tem mais de 10 anos e agrega cerca de 300 produtores, e os passos dados na criação de outras, como está a acontecer em Albergaria-a-Velha, onde os pequenos produtores estão a desenvolver esforços para a criação de uma cooperativa de maquinaria.

«Avante!» — Aveiro é o 3.º distrito industrial do país. Quais as medidas tomadas pela DORB no acompanhamento do desenvolvimento industrial da região?

C. L. — Para além do trabalho estritamente partidário que vem sendo alargado a todas as empresas, a todos os sectores, a DORB desenvolve uma actividade de carácter unitário no que se refere à organização sindical das massas trabalhadoras, melhor forma de acompanhar o desenvolvimento industrial, mobilizando os trabalhadores para a resolução dos seus problemas.

O pretensão dilema unidade/pluralismo sindical não se coloca nestes distritos. Os trabalhadores defendem a unidade sindical conscientes que assim permanecerão mais fortes para representar o patronato e defender os seus interesses.

As tentativas feitas para impedir a unidade sindical têm sido completamente desmarcadas. O caso das Fábricas Toyota (Ovar); Citroën (Mangualde) e Renault (Guarda), em que se pretendia criar um novo sindicato para a indústria automóvel, encontrou a oposição das classes trabalhadoras, frustrando-se a iniciativa divisionista.

O sector onde se apresentam maiores dificuldades de organização e onde existem os graves problemas é o da construção civil, derivado do elevado número de trabalhadores que engloba e à dispersão em que se encontram. É já bastante alto o índice de desemprego neste sector, verificando-se também o não cumprimento do contrato pelo patronato.

Quem necessita de ser esclarecido?

J. B. — Ainda sob o aspecto sindical, podemos referir casos curiosos passados na região da DORB. No passado dia 9 realizou-se uma sessão de esclarecimento, promovida por alguns elementos de outra zona, que defendiam o pluralismo sindical. Depois de escutar os oradores durante alguns minutos, a assembleia tomou conta da sessão, esclarecendo os esclarecedores sobre o que é a democracia sindical e desmarcando o fim que se pretende com o tão falado pluralismo sindical.

O Sindicato dos Metalúrgicos (Aveiro) impediu a realização de uma sessão do mesmo género que se pretendia levar a cabo, pois os trabalhadores entenderam que não são os patrões que devem «esclarecer» os operários, principalmente quando nem sequer cumprem os contratos colectivos de trabalho, como era o caso.

Caciques do fascismo entravam a democratização

«Avante!» — A reacção instalou o seu baluarte nas regiões do interior mais atrasadas. Explorando a ignorância, que ela própria fomentou, das populações dessas zonas. Como tem a DORB combatido as manobras reaccionárias e contribuído para o esclarecimento das populações?

C. L. — A reacção tem utilizado todos os meios à sua disposição para tentar impedir o processo de democratização em curso, procurando criar nas populações um clima de insegurança e descrédito no novo regime. Os seus principais órgãos de difusão tem sido a Imprensa Regional, quase toda dominada pelo baixo clero, os caciques locais, professores primários pouco esclarecidos, ataraxias locais ainda não saneadas. Tendo como alvo principal o nosso Partido, as camponesas anticomunistas são, no 'in. d. um, ataque ao Governo Provisório e ao MFA, como o demonstram bem os ataques ao Dia de Trabalho Voluntário, às Campanhas de Alfabetização e muitos outros.

Só para citarmos alguns exemplos, podemos referir um artigo com o título «Liberdade Enxovilhada», publicado no semanário «Filha de Tondela», onde, para provar que os comunistas pregam o «ódio e a vingança», se cita uma frase do «comunista Lunatckarsky». Só estranhamos que, com tão grande vontade de «informar» e «esclarecer», o «Filha de Tondela» cometesse o esquecimento de dizer que Lunatckarsky se tornou anarquista!

Constantemente surgem folhetos, como o caso do «Perguntas com Respostas», em que, entre outras respostas esclarecedoras, se define fascismo com «o Governo para o qual só conta a glória da Nação. Para o conseguir, todos os meios se justificam...» E muito, muito mais haveria para referir.

A DORB tem combatido estas manobras reaccionárias, promovendo sessões de esclarecimento, no geral bem aceites pelas populações, sedentas de se ilucidarem. A projecção de filmes sobre a vida nos países socialistas; a participação nas lutas para a resolução de problemas fundamentais; a realização de encontros com padres progressistas, são alguns exemplos do muito que se tem feito no combate à reacção.

A actuação da DORB necessita de todo o apoio possível, quer em quadros activistas, quer em material de informação, esclarecimento e formação, pois só assim poderemos prosseguir na conquista pela democracia.



SOEIRO PEREIRA GOMES COMBATENTE DA LIBERDADE

(Continuado da 1.ª pág)

e da Sociedade Euterpe Alhandrense.

As cerimónias iniciaram-se cerca das 15.30 horas, na Biblioteca da referida Sociedade, com a abertura de uma exposição bibliográfica sobre Soeiro Pereira Gomes, a cuja inauguração procedeu o poeta Casimiro de Brito em representação da Associação Portuguesa de Escritores. Seguidamente, no ex-Jardim Osório Vaz, foi descerrada uma lápida onde se lê: «Jardim Joaquim Soeiro Pereira Gomes, 1909-1949. Escritor. Lutou e deu a vida pelos filhos dos homens que nunca foram meninos. Do povo de Alhandra, 9-11-74.» Em pleno centro da terra que amou como se fosse a sua, junto às casas dos homens que foram outrora as personagens reais dos seus romances, o seu nome inscrito na brancura da pedra lembrará aos vindouros, a verdade exemplar da sua obra e da sua vida.

Largas centenas de pessoas incorporaram-se então num cortejo, que, precedido de um pronto-socorro dos Bombeiros Voluntários e da banda de música local, se dirigiu para o Centro de Trabalho do nosso partido, a cuja inauguração procedeu o camarada António Dias Lourenço, em nome do Comité Central do PCP. Antes de serem franqueadas as portas do Centro, foram hasteadas a bandeira portuguesa e a bandeira do Partido, ao som do Hino Nacional e da Internacional, que a multidão acompanhou em coro. O Centro de Trabalho, a que foi dado o nome de Soeiro Pereira Gomes, dispõe de magníficas instalações e constituirá um ótimo apoio para a acção dos comunistas de Alhandra.

Por fim, de novo na Sociedade Euterpe Alhandrense, teve lugar uma sessão pública de homenagem ao homem e ao escritor, a que presidiu o camarada Dias Lourenço. Na mesa, sentaram-se ainda os representantes da Comissão de Freguesia e da Comissão Concelhã do Partido, da célula dos escritores comunistas da DORB, da Associação Portuguesa de Escritores, do MJT e das Colectividades de Recreio locais, os irmãos do homenageado e outros indivíduos, entre os quais os escritores José Cardoso Pires, Jorge Reis e Mário Castrim. Largas centenas de pessoas enchem quase completamente o amplo salão de festas da Euterpe Alhandrense.

Depois de o operário comunista José Lino Ralha, companheiro de luta de Soeiro Pereira Gomes, ter lembrado os anos terríveis do seu combate antifascista, tiveram representantes da Associação Portuguesa de Escritores e das Colectividades de Alhandra, o escritor Júlio Graça, amigo íntimo do homenageado, o jornalista Mário Castrim, Severiano Falcão, o representante da célula de escri-

tores da DORB e a viúva de Soeiro Pereira Gomes. O director do «Avante!», falando em seguida, saudou na figura de Pereira Gomes todos os intelectuais portugueses, comunistas ou não, que souberam espelhar nas suas obras a luta heróica do nosso povo, cumprindo assim, através da arte, uma também importante missão antifascista. O camarada Dias Lourenço revelou ainda a próxima publicação pela Editorial Avante das obras de Pereira Gomes, lembrando que, por disposição expressa do escritor, todos os seus direitos autorais haviam revertido desde sempre para o Partido Comunista. Alfredo Pereira Gomes encerrou a sessão, agradecendo, em nome de todos os seus familiares, a homenagem prestada pelo povo de Alhandra à memória de seu irmão.

Como foi acentuado por todos os oradores, Soeiro Pereira Gomes continua vivo, no seu exemplo de militante comunista e de escritor solidário com as massas trabalhadoras. Alhandra, sua terra de

adopção, tomou a iniciativa de o proclamar bem alto neste fim-de-semana luminoso de Novembro. Mas urge que seja Portugal inteiro a prestar-lhe a homenagem devida — homenagem a um dos vultos maiores da nossa literatura contemporânea e a um homem que soube, na altura própria, sacrificar os seus sonhos de artista ao combate sem fim pela liberdade do seu povo.

Na sequência das cerimónias do passado sábado, a Semana de Comemorações Soeiro Pereira Gomes prosseguiu com o segundo programa: dia 10 exibição de filmes sobre o 1.º de Maio; dia 12, sessão sobre o Conselho Português para a Paz e Cooperação; dia 14, exibição de um filme sobre a Revolução de Outubro, seguida de colóquio. No próximo sábado, 16 de Novembro, pelas 21.30, realizar-se-á um grandioso comício do PCP, encerrando-se assim da melhor maneira esta meritória iniciativa dos comunistas de Alhandra.

Mais de 2000 estudantes irmanados no mesmo entusiasmo, encheram por completo, na noite do passado dia 7, a sala da «Voz do Operário», em Lisboa, durante o 2.º comício da UEC realizado nesta cidade. O facto de tal comício ter coincidido com o 57.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro — escolha significativa, aliás, «da ligação dos estudantes comunistas com os princípios do internacionalismo proletário», como afirmou, na sua intervenção o camarada Carlos Brito — contribuiu para o modo vibrante como decorreu toda a sessão, durante a qual ficou amplamente demonstrado o prestígio da UEC no seio das massas estudantis.

Na mesa, além de Sérgio Vilarigues e Carlos Brito, do Comité Central do PCP, estiveram Zita Seabra, Lígia Calapez, Joaquim Judas, Pedro Filipe, Joaquim Oliveira, Carlos Costa e o jovem trabalhador comunista César, estando ainda presentes na sala, como convidados, representantes da Esquerda Socialista e da Juventude Socialista.

Calorosamente aplaudidos pela assistência, os oradores analisaram as tarefas do movimento estudantil no actual processo político e, concretamente, as incidências da plataforma de acção aprovada no Congresso Extraordinário do nosso Partido. Como disse Zita Seabra, a UEC reafirma-se nas condi-

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO DE NORTE A SUL DO PAÍS

Por todo o Norte possuem as sessões de esclarecimento do Partido Comunista, que têm registado grande participação das massas populares.

Deste modo realizaram-se no passado fim-de-semana sessões em S. João de Ver (Vila da Feira), no Centro Social; Leça da Palmeira, na Escola primária; Rio Tinto, no Grupo Recreativo Unidos à Ponte; Macedo de Cavaleiros (Povo, de Varzim), na escola primária; dos trabalhadores da firma T. Ramada e gráficos do Porto, no Centro de Trabalho do PCP; Retorta (Vila do Conde), na escola primária; Marco de Simões, na Casa do Povo; Miranda, na Associação de Socorros Mútuos; Fafe, no Centro de Trabalho; Moreira do Rei (Fafe), na Junta de Freguesia; Lordeão, no Grupo Recreativo e Cultural do Bairro Nuno Pinheiro Torres; Alfândega da Fé; Vizela, no cinema local, e Fátimação, no salão dos bombeiros.

Para além destas sessões, registaram grande afluência as que semanalmente se efectuam no Centro de Trabalho, na Rua Aníbal Cunha, e no Centro de Trabalho da Areosa, às terças e sextas, respectivamente.

Entretanto, a actividade de esclarecimento das populações por parte do PCP tem-se realizado também noutras regiões.

Em Ermidas-Sado, cerca de oitocentas pessoas estiveram presentes no comício comemorativo da Revolução Socialista de Outubro, que se realizou no sábado passado e em que usaram da palavra representantes do Comité local, da UEC, do MJT e da Comissão Concelhia do PCP.

Em Degolados, freguesia de Campo Maior, mais de trezentos trabalhadores estiveram presentes na sessão de esclarecimento em que foi anunciada a abertura do novo Centro de Trabalho.

so. Depois de uma reunião, em meados do mês passado, em que compareceram mais de 150 pequenos e médios agricultores e durante a qual foram discutidos e apreciados todos os problemas inerentes à agricultura e quais as medidas que se impõem para a solução dos mesmos. No final foi eleita uma comissão provisória instaladora da Liga dos Pequenos Agricultores no concelho. Posteriormente efectuaram-se sessões de esclarecimento sobre as conclusões do VII Congresso do PCP nas seguintes localidades: Foros do Reguengo, Monte Estoril, Baldios e Cortiçados do Lavre, Herdade do Peso, Silveiras S. Tiago do Escoural, Foros do Cortiço, Venda do Bravo, Foros de Vale Figueira, Foros da Adula e Fazendas do Picaró. Estas sessões, que tiveram ampla participação, demonstraram uma simpatia cada vez maior pelo Partido Comunista por parte dos trabalhadores agrícolas daquela região.



SESSÕES E COMÍCIOS

- 14-11 — TRAJOUCE (concelho de Cascais) — sessão de esclarecimento, às 21.30, no Grupo Musical 9 de Abril.
- 15-11 — ALENQUER — comício, às 21.30, no cinema.
- OBRAS — sessão de esclarecimento, às 21.30.
- PAIO PIREZ — comício, às 21.30, no cinema.
- PORTO — sessão de esclarecimento, na Associação de Socorros Mútuos, Rua da Lourinha.
- 16-11 — ÓBIDOS — sessão de esclarecimento, às 15 horas.
- ALGÉS — sessão de esclarecimento, às 21.30.
- ALHANDRA — comício, às 21.30, na Sociedade Euterpe Alhandrense.
- LAVRE, comício, às 17 horas.
- QUELUZ — comício, às 21.30, no ginásio do liceu.
- 17-11 — MONTEMOR-O-NOVO, comício, às 15 horas.
- MONTIJO — comício, às 15.30, no ginásio.
- 22-11 — ALHOS VEDROS — comício, às 21.30, na Sociedade Velhinha.

informação

- Durante a I Semana de Cultura Árabe, promovida pela Associação dos Amigos dos Países Árabes, haverá colóquios, palestras, sessões de cinema e exposições, estando prevista a presença de residentes palestinos e de países do mundo islâmico.
- O presidente da Confederação da Indústria Portuguesa reconheceu que em Portugal há hoje menos greves do que antes do 25 de Abril. Antes da queda do fascismo — disse — a ocorrência de greves era ocultada pela Censura.
- O Teatro Universitário do Porto foi convidado a participar no 13.º Festival de Teatro Universitário, que se realizará em Dezembro, na Jugoslávia.
- O saldo de balança comercial de Portugal com a Inglaterra é superior em 40 milhões de libras ao do ano passado, no mesmo período.
- A revista «Veas Affaara», de Estocolmo, informa que uma empresa sueca procede, actualmente, a um estudo sobre a localização da primeira estação de energia nuclear que, a pedido do Governo Provisório, deverá ser instalada no nosso país.
- Forças do COPCON apreenderam, na margem direita do Sado, perto de Setúbal, milhares de pacotes de tabaco estrangeiro, de contrabando, no valor de 15 000 contos. A mercadoria estava a ser descarregada de um barco de pesca para três camiões.
- Os períodos políticos que concorrem às eleições para a Assembleia Constituinte não poderão gastar mais de 80 contos em propaganda por cada candidato.
- Por portaria do Ministério da Economia, a abertura da campanha vinícola do ano corrente foi adiada para 1 de Janeiro de 1975. A medida é justificada pelos problemas decorrentes do escoamento de elevadas existências de vinho provenientes da campanha anterior.
- Em Lourenço Marques, o embaixador da Austrália em Lisboa avistou-se com Joaquim Chissano, primeiro-ministro do Governo de Transição, e discutiu as formas de auxílio que o seu país está disposto a prestar a Moçambique.
- A Direcção-Geral do Comércio informou que, em Agosto, se constituíram 145 firmas comerciais e industriais e se dissolveram 15.
- Por despacho do Ministério de Educação e Cultura, o prof. Adalino da Palma Carlos, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, passou, a partir de 1 de Outubro, à situação de licença ilimitada.
- A Comissão de Saneamento da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos aguarda que lhe sejam enviadas queixas, reclamações ou participações relacionadas com o seu âmbito de acção. Todos os trabalhadores que desejarem ser ouvidos serão recebidos pela Comissão.
- As taxas dos CTT referentes a impressos e livros serão aumentadas a partir do dia 1 de Dezembro.
- Foi suspensa, para revisão, a portaria que fixava os novos preços de venda ao público de derivados do leite.
- 17 Câmaras Municipais e 10 Juntas de Freguesia foram dissolvidas por portaria da Direcção-Geral da Administração Interna e substituídas por Comissões Administrativas. Eis a lista das Câmaras: Alijó, Boticas, Caminha, Golegã, Melgaço, Meas Frio, Murto, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Paiva, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.
- O jornalista Manuel Geraldo, do «Diário de Lisboa», foi alvo, em Beja, de uma tentativa de assassinio.
- Uma missão comercial romena, chefiada por Cicerone Gorunescu, secretário-geral da Câmara de Comércio da Roménia, chegará a Lisboa, depois de amanhã, para estabelecer contactos com firmas portuguesas interessadas nos mercados daquele país.
- Portugal, segundo estatísticas divulgadas pela revista «Tribuna Médica», de Madrid, apresenta a segunda taxa de natalidade da Europa: 21,3 nascimentos anuais por mil habitantes. Em primeiro lugar figura a República da Irlanda, com 22,8.
- O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, declarou, em Trípoli, na Líbia, que Portugal apoiará a causa palestina durante os próximos debates na Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Tomaram posse os corpos gerentes da Associação de Amizade Portugal-Cuba, cujo Conselho Directivo é presidido por Manuel João da Palma Carlos, e do qual fazem parte, entre outros trabalhadores intelectuais, Alexandre Cabral, Rogério Paulo e Manuel Alpedrinha.
- Uma delegação polaca negociou, em Lisboa, um acordo de transportes aéreos entre Portugal e a Polónia.
- Numa reunião que teve a participação do secretário de Estado das Pescas, dos ministros da Economia e das Finanças e do secretário de Estado do Tesouro, foram estabelecidos os princípios orientadores para a actuação a seguir numa intervenção estatal avançada no sector das pescas, a fim de evitar o agravamento de crise que o atinge no momento.
- No início da semana foi detido, por ordem da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, um orçamentista da Sorefama, José Miguel Rocha, sobre o qual pendia a acusação de ter sido informador da PIDE.
- O Presidente da República recebeu os membros da Comissão Executiva do Movimento Nacional Pró-Divórcio. No final do encontro, os visitantes manifestaram-se optimistas.
- Um grupo de moradores de Alfragide, devido a uma escalada de actuação de grupos de gatinos e à falta de policiamento da zona, decidiu, em reunião de moradores, organizar «equipes de policiamento», que actuarão durante a noite, para defesa dos interesses dos habitantes da localidade.
- Cerca de 200 produtores da zona de Válega reuniram-se para discutir os valores da nova tabela de preços da carne. No final do debate foi enviada uma exposição ao Primeiro-Ministro e ao titular da pasta de Abastecimento e Preços, pedindo a revisão da portaria.
- No concelho de Paços de Ferreira está a ser estudada a organização de uma Cooperativa de Produtores — randeiros e pequenos proprietários que trabalham a terra — de feita, carne e vinho. Já se realizaram reuniões em Carvalhosa, Codeço, Lamoso, Eirio, Figueiró, Frazão, Raimonda e Séror.
- Portugal participou nos trabalhos da Conferência Europeia para a Educação dos Migrantes juntamente com os representantes dos 18 países signatários da Convenção Cultural do Conselho da Europa. Na conclusão dos trabalhos foi observado que uma boa educação da língua e culturas maternas devem ser garantidas aos filhos dos migrantes, tendo em conta que a língua materna constitui o alicerce do desenvolvimento mental e pode favorecer a aprendizagem de outras línguas. Por outro lado, o ensino do idioma do país adoptivo deve ser feito de modo a facilitar a inserção do jovem no sistema escolar e do adulto no mundo do trabalho e no meio social.
- Por despacho do secretário de Estado da Segurança Social passou a ser concedida a pensão de sobrevivência aos familiares de todos os beneficiários falecidos que tenham estado abrangidos pelas Caixas de Previdência, qualquer que tenha sido a data do falecimento.
- Os professores eventuais e provisórios vão ter as suas colocações regularizadas pelo Ministério da Educação e Cultura.
- Por diploma do Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, os militares voltam a ter direito a pensões por inteiro, de reserva e reforma, ao fim de 36 anos de serviço.
- Segundo nota distribuída pelo Ministério da Comunicação Social, encontra-se completamente assegurado o abastecimento de arroz ao País.
- Em entrevista ao «Diário de Notícias», Lúcio Lara, chefe da delegação do MPLA em Luanda, declarou que em Cabinda «os mais feroces adeptos da separação são conhecidos agentes da PIDE, colaboradores do governo fascista português» derrubado em Abril.
- O major Sam Cassidy, um aventureiro britânico que recebeu ordem de expulsão da Rodésia, revelou em Salisbury que uma força de 500 a 700 mercenários brancos sul-africanos está preparada para entrar em acção, a qualquer momento, em Angola ou Moçambique. Cassidy esclareceu ainda que o equipamento militar desses mercenários se encontra armazenado em lugar secreto.
- A Secretária de Estado da Agricultura elaborou um projecto de decreto-lei cujo objectivo é devolver às populações os baldios de que o Estado fascista se apropriou. O texto, em fase de discussão, vai ser enviado às 2000 freguesias afectadas pelo problema.

A viagem de Vitor Alves

Proseguirá esta semana a visita que o ministro Vitor Alves está a realizar a cinco países europeus — RFA, França, Itália, Bélgica e Grã-Bretanha — a fim de proporcionar à Europa uma imagem actualizada da actual política portuguesa, diferente daquela que os inimigos do nosso povo tentam difundir no estrangeiro, deturpando factos e caluniando o MFA e as forças populares empenhadas no avanço do processo de democratização.

Recebido por chefes de Estado e de Governo, o ministro sem pasta tem deparado com um clima de compreensão favorável ao momento que Portugal vive actualmente. No decurso da sua viagem o maior Vitor Alves teve, ainda, a oportunidade de contactar núcleos de emigrantes portugueses, a quem expôs os objectivos do programa de democratização que a vitória do 25 de Abril e a aliança entre as massas e o Movimento das Forças Armadas tornaram possível. Nas conversas trocadas com os jornalistas esclareceu que «o nosso país não está interessado no planeamento nuclear. Era muito bonito — disse — mas nós estamos mais interessados na paz e cooperação mundiais». Lembrou que «importante é descobrirmos o caminho e aprendermos com as boas experiências e os erros praticados pelos países hoje democráticos».

Comunicado do MDP/CDE

A Comissão Central do MDP/CDE distribuiu o seguinte comunicado:

«O Movimento Democrático Português, o partido do povo, da unidade e da democracia, que se empenha, lado a lado, com o Movimento das Forças Armadas e outras forças democráticas, na grande tarefa de criar em Portugal um Estado amplamente democrático, lança um apelo a todos os portugueses, a todos os democratas, a todos os seus amigos e companheiros:

«É preciso alargar e fortalecer o nosso Partido e o movimento popular.

«É preciso que cada português cuide na acção o seu lugar no combate à reacção, à pressão e manobras monopolistas, pelo bem-estar e segurança sociais e populares.

«É preciso que nos próximos dias, milhares e milhares de democratas, de Norte a Sul do País, adiram ao Movimento Democrático Português, trazendo-lhe não apenas o seu nome mas, realmente, a sua vontade de participação, maior ou menor, consoante as suas possibilidades, nas grandes tarefas populares de defesa e construção da liberdade e da democracia.

«Fomos sob o fascismo uma força unida da liberdade e da resistência. Somos hoje um partido unitário, somos a organização antifascista e democrática dos portugueses, que, conhecendo as dificuldades herdadas em 50 anos de ditadura terrorista, entendem que é necessário unir, unir e unir aqueles que se dispõem a arregaçar as mangas pela realização dos grandes objectivos populares. Como o motor, a voz e o braço unitário de todos quantos se batem contra o regresso da ditadura fascista, contra a opressão monopolista, contra a desigualdade, contra a exploração.

«Por isso, precisamos de todos os portugueses. Por isso chamamos todos à grande batalha popular da liberdade, da construção de um Estado amplamente democrático e de um País amplamente popular.

Procurem-nos. Inscrevam-se nas sedes do MDP/CDE. Ajudem-nos nas batalhas comuns. Nenhum problema popular nos é estranho. Nenhum português sério nos é alheio. Precisamos de todos. Todos precisamos da unidade. Avancemos.»



«A situação acabou por ser controlada e, no dia 8, com a chegada da primeira delegação oficial do MPLA, ficou bem claro que o povo de Angola condena todas as acções de violência e se identifica com o símbolo do movimento que há mais de 13 anos se destaca como símbolo das aspirações na nação angolana. Mais de 50 000 pessoas aclamaram no aeroporto de Luanda a delegação do MPLA e centenas de milhares, talvez mais de um milhão, acompanharam pela rádio o acontecimento. O chefe da delegação, Lúcio Lara, foi praticamente transportado aos ombros da massa popular desde a escada do avião até à sala onde pôde pronunciar as primeiras palavras. «O nosso povo identificou-se inteiramente com o MPLA — disse mais tarde — e, assim, vimos que o MPLA é o povo e o povo é o MPLA.» Quanto à recepção — acrescentou — «ela ultrapassou tudo o que já adivinhávamos pelas notícias que ouvíamos pela rádio, mas pelas vigias do avião todos nós estávamos absolutamente estarelecidos perante uma coisa tão extraordinária». Só após duas horas, a delegação pôde, finalmente, deixar o aeroporto, formando-se um cortejo que atravessou as ruas da cidade, ovacionado por dezenas de milhares de populares postados ao longo do trajecto.

Os sentimentos do povo foram expressos da maneira mais convincente. As massas angolanas estão com o MPLA. Precisamente por isso, a reacção não esperou para desencadear novos tumultos. Quando o MPLA realizava o seu primeiro comício na capital, bandos de energúmenos começaram a apedrejar os carros e a agredir todos os que transitavam pelo local. Instantes depois, havia pessoas mortas nas ruas e automóveis incendiados.

«A anarquia — salientou o MPLA, posteriormente, num comunicado — tem de ser combatida, pois torna-se particularmente perigosa em situações delicadas como a que atravessamos». Não se justificam — sublinha-se — actos gratuitos de violência e incêndios, que são actos de banditismo. «A resposta às provocações dos reacçãoários tem de ser dada, dentro do quadro de uma autodefesa organizada e orientada pelos responsáveis do MPLA.»

Os outros dois movimentos angolanos, também já instalados em Luanda, condenaram igualmente os actos de violência, fazendo apelos à calma.

Novamente, embora a muito custo, a tranquilidade foi restabelecida em Luanda. O número de assaltos, espancamentos, roubos, incêndios, caiu para um nível baixo.

Mas numa demonstração inequívoca de que o surto de violência visa a provocar o caos, com fins inconfessáveis, logo se registaram novos problemas, novos desafios fora de Luanda. Em Cabinda, tropas especiais, os famigerados «E.S.» — unidades africanas de mercenários que desempenharam um papel sombrio durante a guerra — tomaram de assalto o campo militar de Massabi, em Cabinda, onde se encontram os canhões sem recuo das Forças Armadas portuguesas, aquarteladas na área. Esse grupo de bandoleiros fez 39 reféns e apresentou exigências de pura provocação.

Proclamam-se, agora, identificados com a FLEC, o chamado Frente de Libertação de Cabinda.

Simultaneamente, 600 camionistas decidiram cruzar os braços, apresentando também reivindicações inoportunas e descabidas.

A gravidade da situação determinou o envio a Luanda de uma missão chefiada pelo capitão Vasco Lourenço, conselheiro de Estado e destacado elemento do MFA.

A reacção procura instalar o caos em Angola

Enquanto em Moçambique o processo de descolonização avança, em Angola a reacção tomou a ofensiva, desencadeando provocações em série.

Em Luanda, em Cabinda, em Malanje, em Duque de Bragança a atmosfera é de tensão permanente, com momentos de pânico.

No dia 6, após incidentes em vários bairros periféricos de Luanda, em que foram assassinadas dezenas de pessoas, o almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa, distribuiu uma nota em que responsabilizava, pelos distúrbios verificados, grupos de marginais, estranhos aos partidos políticos e para os quais «os acordos de cessar-fogo nada significam».

A situação acabou por ser controlada e, no dia 8, com a chegada da primeira delegação oficial do MPLA, ficou bem claro que o povo de Angola condena todas as acções de violência e se identifica com o símbolo do movimento que há mais de 13 anos se destaca como símbolo das aspirações na nação angolana. Mais de 50 000 pessoas aclamaram no aeroporto de Luanda a delegação do MPLA e centenas de milhares, talvez mais de um milhão, acompanharam pela rádio o acontecimento. O chefe da delegação, Lúcio Lara, foi praticamente transportado aos ombros da massa popular desde a escada do avião até à sala onde pôde pronunciar as primeiras palavras. «O nosso povo identificou-se inteiramente com o MPLA — disse mais tarde — e, assim, vimos que o MPLA é o povo e o povo é o MPLA.» Quanto à recepção — acrescentou — «ela ultrapassou tudo o que já adivinhávamos pelas notícias que ouvíamos pela rádio, mas pelas vigias do avião todos nós estávamos absolutamente estarelecidos perante uma coisa tão extraordinária». Só após duas horas, a delegação pôde, finalmente, deixar o aeroporto, formando-se um cortejo que atravessou as ruas da cidade, ovacionado por dezenas de milhares de populares postados ao longo do trajecto.

Os sentimentos do povo foram expressos da maneira mais convincente. As massas angolanas estão com o MPLA. Precisamente por isso, a reacção não esperou para desencadear novos tumultos. Quando o MPLA realizava o seu primeiro comício na capital, bandos de energúmenos começaram a apedrejar os carros e a agredir todos os que transitavam pelo local. Instantes depois, havia pessoas mortas nas ruas e automóveis incendiados.

«A anarquia — salientou o MPLA, posteriormente, num comunicado — tem de ser combatida, pois torna-se particularmente perigosa em situações delicadas como a que atravessamos». Não se justificam — sublinha-se — actos gratuitos de violência e incêndios, que são actos de banditismo. «A resposta às provocações dos reacçãoários tem de ser dada, dentro do quadro de uma autodefesa organizada e orientada pelos responsáveis do MPLA.»

Os outros dois movimentos angolanos, também já instalados em Luanda, condenaram igualmente os actos de violência, fazendo apelos à calma.

Novamente, embora a muito custo, a tranquilidade foi restabelecida em Luanda. O número de assaltos, espancamentos, roubos, incêndios, caiu para um nível baixo.

Mas numa demonstração inequívoca de que o surto de violência visa a provocar o caos, com fins inconfessáveis, logo se registaram novos problemas, novos desafios fora de Luanda. Em Cabinda, tropas especiais, os famigerados «E.S.» — unidades africanas de mercenários que desempenharam um papel sombrio durante a guerra — tomaram de assalto o campo militar de Massabi, em Cabinda, onde se encontram os canhões sem recuo das Forças Armadas portuguesas, aquarteladas na área. Esse grupo de bandoleiros fez 39 reféns e apresentou exigências de pura provocação.

Proclamam-se, agora, identificados com a FLEC, o chamado Frente de Libertação de Cabinda.

Simultaneamente, 600 camionistas decidiram cruzar os braços, apresentando também reivindicações inoportunas e descabidas.

A gravidade da situação determinou o envio a Luanda de uma missão chefiada pelo capitão Vasco Lourenço, conselheiro de Estado e destacado elemento do MFA.

É evidente que os acontecimentos de Angola justificam a preocupação que o Governo Provisório, o MFA, o MPLA e os demais movimentos angolanos acompanham a evolução da conjuntura. Mas torna-se desde já possível extrair algumas conclusões do comportamento da reacção. Atacando alternadamente em várias frentes, ela procura colocar as Forças Armadas portuguesas, a Junta Governativa e os movimentos angolanos — recém-instalados em

Para breve a nacionalização da CP

Foi, publicamente, anunciada pelas autoridades competentes a próxima nacionalização da C.P., a concretizar, talvez, ainda, durante o corrente ano, segundo um porta-voz da Companhia, o pessoal manterá, no entanto, um estatuto próprio, que respeitará a sua situação actual e as regalias anteriores.

A C.P. tem sido, até hoje, uma empresa mista, em que o Estado detém cerca de 75% do capital, independentemente dos largos subsídios com que fez face à sua situação deficitária. Em entrevista concedida a um vespertino de Lisboa, o secretário de Estado dos Transportes, eng. Ferreira Lima, con-

siderou que «o que importa, no caso da C.P., não são uns míseros tantos por cento que ainda se encontram nas mãos do capital privado. A importância da nacionalização é mais de carácter qualitativo que quantitativo, pois que ela põe em relevo o facto de se estar a seguir uma política de nacionalização dos transportes colectivos».

A ANI nacionalizada

«Transformar a ANI num órgão de Informação antifascista, num instrumento para a consolidação da democracia em Portugal, foi o propósito anunciado pelo jornalista Alberto Villaverde Cabral, há dias nomeado para director daquela agência noticiosa, que passou, desde a mesma data, a ser propriedade do Estado. Refira-se que, com a nacionalização da ANI, o Estado terá de suportar um passivo de 2428 contos, dos quais cerca de mil constituem um débito para com a agência norte-americana UPI.

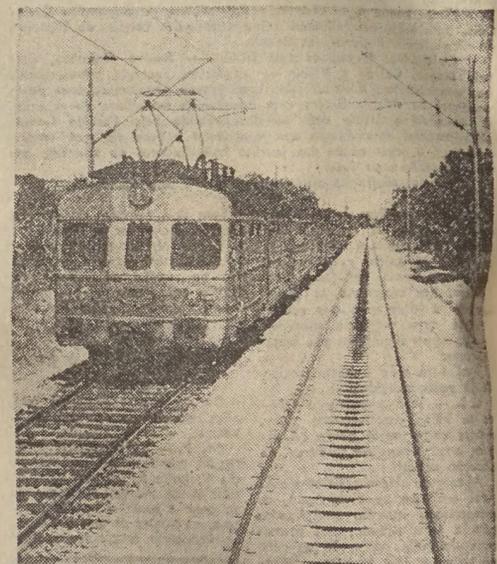
A ANI era uma sociedade por quotas, de que eram sócios dois nomes bem conhecidos do fascismo nacional: Barradas de Oliveira e Dutra Faria.

Do que foi a ANI, durante a longa noite da ditadura fascista, não damos bem todos aqueles que, de perto ou de longe, acompanharam os problemas de Informação em Portugal. Do que será doravante, a nova imagem que virá a dar ao mundo sobre a via democrática que percorremos, só o futuro poderá dizer a última palavra. Na certeza de que o País novo que somos exige uma Informação renovada, ao serviço dos verdadeiros interesses do povo.

A reacção não passará em Angola!

Provocar uma crise do abastecimento, provocar a desvalorização da moeda local, provocar a desconfiança, a desordem, o caos, são objectivos imediatos das forças da reacção. Aparentemente elas actuam separadamente, de uma forma irracional. Mas os distúrbios de Cabinda confirmam que todos os actos de violência, que todos os actos políticos da reacção, nos últimos, dias se inserem num plano geral. Todos esses incidentes, todos esses desafios estão interligados.

Os actos alcançados em Moçambique pelas forças da FRELIMO, pelas Forças Armadas portuguesas, por todas as forças democráticas, em resposta às tentativas do colonialismo e da contrarrevolução, constituem um estímulo precioso para a MPLA, para a missão chefiada pelo capitão Vasco Lourenço, para todos os que se opõem, em Angola, à escala terrorista da reacção local, alentada pelo imperialismo.



O PAIGC pede imediatas negociações para a independência de Cabo Verde

A visita a Bissau do general Saïd Barre, presidente da Somália e da Organização de Unidade Africana — OUA, voltou a colocar no primeiro plano da actualidade internacional o problema da descolonização de Cabo Verde.

A situação de Cabo Verde foi amplamente discutida durante as conversações que o general Barre manteve com o camarada Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau. No comunicado conjunto distribuído no final da visita, assinala-se que ambos os países desejam acelerar o processo de libertação das ilhas de Cabo Verde e dão todo o apoio moral e material à luta libertadora dos povos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zimbábue (Rodésia), África do Sul e Somália, dita Francesa.

A visita do presidente da OUA a Bissau foi um acontecimento político de grande significação, demonstrativo do prestígio alcançado pela Guiné-Bissau e pelos seus dirigentes revolucionários no continente africano. No momento em que a Organização de Unidade Africana está procedendo a uma revisão das medidas adoptadas na sua última conferência no tocante a Portugal, a presença do general Barre na capital guineense e o tema principal da agenda demonstraram que os Estados membros da OUA estão dispostos a insistir na necessidade de se acelerar o processo descolonizador em Cabo Verde. O apoio da OUA à solução preconizada pelo PAIGC é conhecido. Significativamente, Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC, na saudação dirigida ao presidente da OUA, reafirmou que a imediata abertura de negociações, tendo como meta a descolonização real, é «o único meio de se criar no nosso Arquipélago um clima de confiança e tranquilidade». «Estamos convictos — acrescentou — de que vamos entrar numa nova fase de concretização das intenções manifestadas pelo Governo Português, que consideramos sérias e sinceras.» Os dirigentes do PAIGC temem, entretanto, e com razão, as manobras desencadeadas pelas forças da reacção internacional, que continuam desenvolvendo grandes esforços para impedir a solução natural do problema de Cabo Verde.

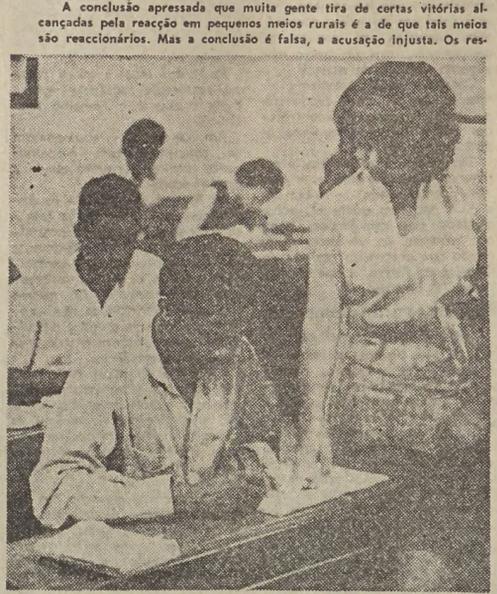
O episódio ocorreu em Destriz, Oliveira dos Frades, mas poderia ter acontecido em dezenas de vilas ou aldeias do Norte, onde o saneamento ainda não chegou ou foi muito superficial.

No âmbito da Campanha de Alfabetização, um grupo de democratas locais, com muito entusiasmo e bastante sacrifício de tempo, resolveu organizar um curso de adultos. A população aderiu imediatamente à ideia. Mas a reacção local decidiu torpedear a iniciativa. Era preciso um local adequado para o curso. E esse lugar era a escola primária de Destriz. O secretário da Câmara Municipal e elementos reacçãoários da Junta de Freguesia recorreram ao regedor e conseguiram impedir que as aulas funcionassem na escola.

A conclusão apressada que muita gente tira de certas vitórias alcançadas pela reacção em pequenos meios rurais é a de que tais meios são reacçãoários. Mas a conclusão é falsa, a acusação injusta. Os res-

Os amigos e os inimigos do analfabetismo...

«A reacção procura instalar o caos em Angola»



«A reacção procura instalar o caos em Angola»

Americanos manifestam-se nas Lajes

Os jornais noticiaram este facto insólito: na Base Aérea das Lajes, Açores, registou-se há dias uma manifestação de americanos ali em serviço, os quais empunhavam um cartaz onde se lia «Viva o fascismo, viva Salazar, abaixo o 25 de Abril». Segundo as informações colhidas, a Polícia Militar portuguesa não pôde intervir, apesar da indignação e do protesto que o acontecimento originou, pelo facto de existir um acordo entre os Governos de Portugal e dos Estados Unidos, segundo o qual nem a Polícia Militar norte-americana da base pode interferir com cidadãos portugueses, nem a Polícia portuguesa pode fazê-lo relativamente aos militares americanos.

«Não há mais, um incidente que não pode repetir-se.»

Os escândalos da «Voz de Portugal» e os atrasos do saneamento

A colónia portuguesa no Brasil continua aguardando que medidas de saneamento atinjam os elementos da extrema-direita que, antes do 25 de Abril, falavam abusivamente em nome dela e faziam publicamente a apologia do fascismo e do colonialismo.

O caso do semanário «Voz de Portugal» é particularmente escandaloso. O principal responsável pelo jornal é António Gomes da Costa, presidente da Federação das Associações Luso-Brasileiras. Semana após semana, esse cavalheiro insulta o Povo Português, o Governo Provisório, o Movimento das Forças Armadas. É um representante típico da «maioria silenciosa». Mas o homem sente-se protegido pela própria passividade de autoridades e entidades oficiais portuguesas. A «Voz de Portugal» deve ao Centro de Turismo de Portugal, no Rio, uma elevada quantia com a qual foi efectuada a compra do jornal à sua antiga proprietária. Somente em obrigações trabalhistas não cumpridas em relação ao pessoal, a dívida da «Voz» excede 300 000 cruzeiros, isto é, cerca de mil contos. Quem está a pagar o aluguer das instalações é o Centro de Turismo, fiador do contrato de arrendamento. A «Voz» deve ainda — a dívida já venceu — 500 000 cruzeiros à Agência Financeira, filial da Caixa Geral de Depósitos, no Brasil. São avilistas da dívida o próprio Gomes da Costa e o comendador António Alves Sarda, outro adepto da «maioria silenciosa».

Os democratas portugueses do Brasil têm plena razão quando estranham a lentidão do saneamento em certos organismos que apresentam Portugal naquele país. O que se passa com a «Voz de Portugal» é realmente inadmissível. É uma vergonha. O Centro de Turismo de Portugal no Rio, que sempre foi um ninho de fascistas, continua envolvido em negócios sujos com um jornal que defende o colonialismo, que ataca o MFA e que retoma os argumentos fascistas para caluniar o processo de democratização. Uma filial da Caixa Geral de Depósitos viola a lei para evitar a falência de um «Voz de Portugal».

É preciso, é urgente, que a Embaixada de Portugal abandone a sua atitude de passividade e forneça ao Governo todas as informações necessárias para que seja instaurado um inquérito sobre as actividades do Centro de Turismo e da Agência Financeira, que representa a Caixa Geral de Depósitos. Os redutos fascistas portugueses que no Brasil continuam a conspirar contra Portugal não podem continuar a desenvolver impunemente as suas manobras provocatórias.

O comportamento da própria TAP no Brasil é muito equívoco. Publica anúncios enormes na «Voz de Portugal» e recusa-se a dar a sua publicidade ao semanário «Portugal Democrático», um jornal que sempre combateu o fascismo e o colonialismo.

O saneamento não chegou ao Brasil. A rede de cumplicidade que protege a «Voz de Portugal» tem de ser desmantelada.

A descolonização avança em Moçambique

Na última semana, o processo de descolonização realizou avanços sensíveis em Moçambique. A transferência de poderes das mãos das autoridades da velha administração colonial para as novas autoridades moçambicanas prossegue sem incidentes. O ministro da Administração Interna, Armando Guebuza, empossou já os novos governadores dos distritos de Cabo Delgado, Zambezia e Beira. Os três — Raimundo Pachinua, Bonifácio Gueveta e Alberto Ganga de Mendonça — são velhos militantes da Frelimo temperados na luta contra o colonialismo.

Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frelimo, manifestou a sua satisfação, em entrevista concedida na Argélia, pelo facto de a transferência de poderes administrativos se fazer em estreita colaboração com as autoridades portuguesas e, particularmente, com as Forças Armadas. Salientou, porém, que a reacção, interna e externa, está longe de se considerar vencida e continua fazendo o possível para travar a marcha pacífica do processo descolonizador. Os colonialistas sabem que a situação económica de Moçambique é muito má e esforçam-se, desesperadamente, para agravar o estado desastroso das finanças.

O Governo de Transição continua, dentro das suas possibilidades, a realizar um bom trabalho em Moçambique. Mas, apesar da cooperação fraternal entre a Frelimo e as Forças Armadas portuguesas, os obstáculos a vencer são muitos e difíceis. A tarefa fundamental para a Frelimo é, agora, o esclarecimento da população, de modo a evitar que elementos desorientados sirvam de instrumento às manobras da minoria colonialista e dos monopólios estrangeiros. Mas o arranque iniciou-se já. Como Marcelino dos Santos acentuou é preciso que as massas africanas, no seu conjunto, tomem parte activa na reconstrução do país. Uma das iniciativas mais felizes é a formação de «comitês de trabalho». O povo está correspondendo aos apelos nesse sentido e as sessões de esclarecimento têm decorrido numa atmosfera de entusiasmo. «É necessário — afirmou Adriano Sumbane, numa das realizadas no porto de Lourenço Marques — que todos compreendam que a formação dos «comitês» está na base da aproximação entre todos os moçambicanos, sem qualquer distinção, para melhor serem conhecidos os problemas e a forma mais adequada de solução.»

O SINDICATO DOS PROFESSORES E O ENSINO NO NOVO ANO ESCOLAR

Começou um novo ano escolar, o primeiro depois das importantes alterações na vida nacional iniciadas com o 25 de Abril. Um novo ano escolar que, naturalmente, não vai ser fácil nem para estudantes nem para professores. Há toda uma estrutura a reconverter, há todo um novo ensino, verdadeiramente democrático, a construir. Naturalmente atento ao problema, «Avante!» decidiu abrir nas suas páginas um debate entre elementos representativos dos vários sectores interessados. Tem hoje a palavra a Comissão Directiva Provisória da Zona da Grande Lisboa do Sindicato dos Professores, através de Joaquim Pintão (pelo ensino primário), Maria Helena Pato (preparatório), Paulo Varela Gomes (secundário), Eduardo Paiva Raposo (superior) e Eduardo Tavares Costa (particular). Outros depoimentos se seguirão.

Ensino primário

As alterações de programas, houve ligeiras modificações, modificações de pormenor, que se fizeram sentir de maneira mais acentuada no ensino da História e da Geografia — diz Joaquim Pintão, que acrescenta: O programa da 1.ª classe foi totalmente renovado.

No entanto a simples modificação de programas não pode, por si, operar grandes reformas de fundo no sector do ensino primário. Neste momento, o que acontece é que a grande maioria do professorado não está preparado para esse novo programa e isto porque os professores são exactamente os mesmos, acentua Joaquim Pintão, que reconhece a «necessidade urgente de se divulgarem informações sobre os novos métodos usados no sector do ensino primário.

Por outro lado — acrescenta este dirigente do Sindicato dos Professores — há que proceder ao rápido fornecimento de material didáctico adequado, porque as escolas continuam, neste aspecto, a funcionar como dantes.

A organização da vida escolar interna também foi profundamente alterada, desde o 25 de Abril, inclusivamente no sector do ensino primário. Joaquim Pintão afirma-o inequivocamente: A possibilidade de uma gestão democrática das escolas abre um campo totalmente novo à vida escolar. No entanto, no que se refere ao ensino primário, estamos há um mês à espera que o Ministério da Educação e Cultura publique um despacho sobre a gestão.

Para além destes aspectos e com problemas imediatos a resolver no campo do ensino primário e estando garantida a colocação de professores necessários, há que proceder à suspensão das nomeações para as escolas de bairro; há que proceder igualmente à suspensão das nomeações dos novos inspectores-orientadores; devem ser tomadas medidas para completa separação dos assuntos administrativos dos pedagógicos e, simultaneamente, limitar as funções dos directores e delegados escolares. A maior parte destes problemas que se colocam no ensino primário estão, no entanto, sem vias de solução.

Joaquim Pintão termina: Há um problema bastante grave que ainda não foi solucionado. É o das repetentes escolares, para o qual se devia procurar uma solução urgente e justa, tendo em conta que as repetentes escolares foram um grupo de mão-de-obra barata ao serviço do fascismo e para o qual o Governo terá que encontrar uma solução urgente.

Ensino preparatório e secundário

Entrando de seguida na análise das perspectivas do ensino preparatório e secundário, Maria Helena Pato começa por afirmar ao «Avante!»: O panorama que nos foi legado pelo fascismo era altamente catastrófico e, ainda que não profundamente, houve alterações que permitiram o início do ano escolar.

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA

Encontra-se neste momento na República Democrática Alemã, a convite da Liga para a Amizade com os Povos Estrangeiros daquele país, uma delegação da Associação Portugal-RDA, constituída pelos seguintes membros: Alexandre Babo, vice-presidente da Associação; Vítor Manuel Andrade dos Santos, dirigente sindical; Flávio Martins, engenheiro-agrônomo; Fernanda Lapa, encenadora e técnica de reabilitação; Américo Rodrigues Madeira Bárbara, funcionário do MEC, e Fernando Manuel Fonseca da Mota, professor de Educação Física, designado expressamente pela Direcção-Geral dos Desportos.

Durante a sua estada na RDA, que se prolongará por 10 dias, a delegação vai estudar diversos sectores da vida daquele país socialista. Entretanto, a convite da União de Escritores, deslocar-se-ão à RDA, no próximo mês de Janeiro, as escritoras portuguesas Sophia de Mello Breyner e Maria Velho da Costa.

lar em condições completamente indiferentes.

E Maria Helena Pato justifica: Queremos destacar a gestão democrática. As escolas do ensino preparatório e secundário estão todas a viver em regime de gestão, tendo à frente comissões eleitas pelo pessoal docente, auxiliar, administrativo e alunos. Todas essas comissões já foram homologadas pelo Ministério e aguardamos para muito breve a saída de um decreto que institucionalize a gestão democrática no ensino preparatório e secundário.

Depois de salientar o facto de o Sindicato participar na elaboração do citado decreto, Maria Helena Pato faz questão em assinalar a liberdade de associação dos estudantes em todos os estabelecimentos de ensino, a participação dos encarregados de educação na defesa de uma justa política educativa, através das associações de pais, que são já uma realidade.

Para além disso — continua Helena Pato —, achamos justo salientar, ainda, o direito sindical para todos os professores e para o pessoal administrativo, estes últimos através das organizações sindicais do funcionalismo público.

Um contributo decisivo para o processo de democratização do ensino foi o saneamento dos quadros superiores do Ministério e dos elementos das direcções dos estabelecimentos de ensino, todos, sem excepção, saneados dos cargos que ocupavam.

E acrescenta: Há ainda que salientar, como outra modificação importante, as alterações introduzidas nos estágios do ensino preparatório e secundário, que este ano se realizaram já em novos moldes e abertos aqueles que não possuem o extinto curso de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras. Para além disso, há alterações que, embora de mais reduzida importância, modificam o estado de espírito do professorado e as suas condições de trabalho, como sejam o pagamento das férias a todos os professores, a garantia de trabalho para todos os professores que, possuindo habilitações mínimas, leccionaram no ano transacto, a redução do horário semanal para os delegados de turma, a diminuição do número de horas semanais de trabalho para os professores de trabalhos manuais e mestres do ensino técnico — reivindicação que há muito formulada por esta categoria de professores.

Entrando mais especificamente no conteúdo do ensino ministrado, Helena Pato afirma ao «Avante!»: No que respeita a programas e número de horas semanais por disciplina, há que salientar a redução do número de horas de Religião e Moral, o maior número de horas de Português. Em relação aos programas há alterações que, embora ainda não sejam as desejadas, incidem praticamente sobre todas as disciplinas. Devo dar especial relevância para o caso do Português, da História e Geografia, da Filosofia, da extinção da Organização Política e criação das disciplinas de Vida Política e Introdução à Política.

No entanto, há ainda aspectos que estão longe de ser satisfatórios, no entender dos responsáveis do Sindicato. Há toda uma série de deficiências que interessa apontar e que, de certo modo, têm criado uma insegurança na classe, como sejam o atraso na colocação dos professores e as deficiências — quando não a falta — das instalações. O atraso nas colocações deve-se

SEARA NOVA

N.º DE NOVEMBRO

Roteiro de férias facilitado através da obra de um poeta operário por Alexandre Cerebral

Reflexões sobre matos de raiz por Rodrigues Lapa

Desenvolvimento económico ao serviço de quem? por Ribeiro de Carvalho

Um intermediário contra os intermediários por Modesto Navarro

Para a história do fascismo A tortura no Brasil por Albano Lima

ao facto de o processo de colocação e recondução dos professores ser, este ano, inteiramente novo e extremamente mais justo do que nos anos anteriores, correspondendo no essencial à proposta apresentada pelo Sindicato.

No entender de Paulo Varela Gomes os dados atrás apresentados traduzem uma situação radicalmente nova, qualitativa, que vêm tornar mais segura a situação do professorado. O professorado torna-se, assim, uma força extremamente importante na definição de uma política educativa: efectivamente democrática, com voz activa, podendo participar livremente na discussão política da educação, sem preocupações de outro tipo.

Ensino superior

Já algo de muito válido foi realizado no sector do ensino superior — começa por declarar ao «Avante!» Eduardo Paiva Raposo, que acrescenta: Em primeiro lugar há que salientar, tal como para os outros graus do ensino, a gestão democrática das escolas. Para além desse importante factor, há outros aspectos a ver, e um deles diz respeito a toda uma reestruturação que se está a fazer ao nível dos cursos e que surge dentro das próprias escolas, tendo como principal motor o mecanismo estudantil.

Referindo-se mais especificamente ao papel desempenhado pelos estudantes através das suas organizações, afirma Paiva Raposo: Há que ter em conta o importante papel desempenhado pelas organizações de estudantes não só sindicais, como também políticas. Quero destacar a acção da Comissão Pró-UNEP, que tem tido um papel fundamental na luta por

OS ESTUDANTES COMUNISTAS ATENTOS ÀS PROVOCACOES

A UEC (União dos Estudantes Comunistas) divulgou um comunicado em que, a propósito de alguns incidentes ocorridos durante os primeiros dias do ano lectivo, se tiram algumas conclusões políticas e se alertam os estudantes contra os diversos tipos de provocações a que têm sido sujeitos. Afirma-se no documento:

1. O PCP tem lançado o alerta sobre alguns factos que podem querer significar que novas manobras da reacção se preparam. Desta vez, o silêncio dos reaccionários indica que estes projectam atacar de surpresa e em força. Daí, que o PCP apele de novo à intensificação da vigilância popular.

2. Um conjunto de factos que tocam de perto o sector estudantil são de molde a levar a UEC a pôr os estudantes de sobreaviso. Referimo-nos às múltiplas provocações ao MR, que deram origem a graves incidentes como os ocorridos nas instalações da AAC e no Teatro Gil Vicente, em Coimbra; referimo-nos à forma aventureira como se processou o boicote aos exames de aptidão em Lisboa, no seguimento do qual se marcam concentrações junto ao MEC e em que aparecem comunicados não assinados, interessados em lançar o descrédito sobre as estruturas democráticas; referimos o empurrar de estudantes para confrontos com a Igreja — caso do Liceu de Almada — sem medir as consequências políticas de tais actos; referimo-nos ainda a tentativa de criar um clima de instabilidade, aproveitando as reais dificuldades em que se debate o ensino. Outros exemplos poderemos dar, mas queremos referir particularmente a grave escalada de provocações dirigidas contra os estudantes comunistas e a sua organização revolucionária, a UEC. O anticommunismo feroz, a boa maneira fascista, tem sido o contraponto inevitável de todas essas manobras.

3. O conjunto destes factos parece demonstrar que a reacção se tenta aproveitar do estado caótico do ensino e das dificuldades objectivas para o reinício de actividades escolares, para agudizar conflitos, incentivar o aventureirismo e a irresponsabilidade, lançar a perturbação e o descrédito ao movimento estudantil, dividir os estudantes e comprometer, assim, o processo de democratização do ensino.

Eles visam, afinal, criar conflitos que lancem os estudantes contra as autoridades académicas, o Governo Provisório e o MFA, que são hoje garantia para o avanço do processo democrático e à volta dos quais é imperioso cerrar fileiras, para barrar o caminho à reacção.

Os provocadores consideram os esquerdistas, cuja acção tem estimulado estes incidentes, servem de facto es-

uma reforma geral e democrática do ensino. Pode afirmar-se que os estudantes têm sido o motor principal de todo este processo, congregando à sua volta os professores progressistas.

Paiva Raposo preconiza a colaboração dos professores com todas as forças democráticas estudantis, adiantando que, dentro desse espírito, o Sindicato dos Professores colabora neste momento num seminário organizado pela Comissão Pró-UNEP sobre a democratização do ensino.

Referindo-se, depois, às dificuldades que o ensino superior pode encontrar neste início de ano adiantamos Paiva Raposo: Há um enorme aumento de alunos, que excede tudo o que se podia prever e, em contrapartida, não há um aumento proporcional do número de professores. Por outro lado, as condições materiais são insuficientes. Parece haver no entanto uma política positiva por parte do Ministério da Educação e Cultura.

E, a finalizar, afirma E. Paiva Raposo: Há todo um trabalho de reestruturação da carreira docente a fazer e que, no caso do ensino superior, assume grande importância.

Ensino particular

Pelas próprias condições de existência, o caso do ensino particular assume um carácter excepcional dentro do quadro mais vasto da política de ensino em Portugal. Eduardo Tavares Costa diz-nos a este respeito: No ensino particular, pouco se modificou para melhor, se é que a situação não piorou. A gestão democrática é coisa que, neste sector, e a nível geral, não existe, exceptuando o caso dos colégios religiosos, nos quais, no entanto, não sabe-

mos como se processa essa colocação, e outros casos isolados em que se tende para tal, mas com imensos escolhos e sem que seja possível ao Ministério da Educação e Cultura apoiá-los até agora.

Eduardo Costa explicita o seu ponto de vista: O problema é este: como é possível uma gestão democrática numa empresa sujeita aos interesses da entidade patronal? Apesar de todas as dificuldades a esperança é que tal gestão venha a ser possível e a disposição da classe em atingir tal meta, concretizada em toda uma série de medidas, é um dos aspectos novos e positivos.

Sobre a situação do professorado do ensino particular, o nosso interlocutor afirma: As condições de trabalho dos professores do ensino particular, extremamente mal defendidas antes do 25 de Abril por um contrato colectivo de trabalho corporativo, não se mostram por enquanto, melhores, uma vez que os colégios reduziram ou despediram muitos dos seus professores, aumentando a instabilidade desta classe. Neste aspecto, contudo, situam-se outros dois aspectos positivos post-25 de Abril: a elaboração de um articulado em que a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e o nosso sindicato acordaram o impedimento dos despedimentos neste sector até Setembro do próximo ano, instituindo uma comissão de inquérito com poder de decisão na qual o Sindicato está representado.

Eduardo Costa prossegue: O Grémio respectivo não aderiu a este articulado, mas o Ministério do Trabalho encara a possibilidade de fazer uma portaria para regular o diferendo. Outro aspecto positivo é a gradual consciencialização da classe para os seus problemas e a união em torno de um sindicato único que os professores concretizaram uma vez mais no passado dia 31, extinguindo o antigo sindicato corporativo e transferindo o seu património para o sindicato único.

Maria Helena Pato resume, assim a posição dos professores perante as novas perspectivas que se abrem ao ensino em Portugal no início de um ano lectivo que será, sem dúvida, diferente de todos os outros:

Temos consciência de que, no que diz respeito, a conteúdo, métodos e condições de ministração do ensino, nada de fundamental foi alterado ainda se exceptuarmos o caso do ensino superior. Também sabemos que as melhorias das condições de trabalho não satisfazem totalmente a classe. A situação é altamente complexa e não é muitas vezes fácil ver claro no meio dessa complexidade.

Contudo, todos quantos estão de algum modo empenhados na construção de uma escola nova, inteiramente ao serviço do povo português, estão-no profundamente. E disso reflexo concreto a maneira totalmente diferente, quer pelas iniciativas quer pelo entusiasmo posto por todos, o modo como se iniciou o presente ano escolar.

O COMBOIO DO VALE DO VOUGA VAI VOLTAR A APITAR

Foi com um grito unânime de «Vitória, Vitória» que aqueles milhares de pessoas receberam estas palavras do dr. António Neto Brandão, governador civil de Aveiro: «Hoje tenho a alegria, a honra, o prazer de vos anunciar que, dentro de três a quatro meses, vai ser reaberta a linha do Vale do Vouga.»

E continuou: «É preciso que compreendamos, no entanto, que a situação económica do País exige de todos nós espírito de compreensão para os problemas que vos afligem e exige, sobretudo, a nossa colaboração (um «sim» espontâneo e uma voz de homem a oferecer «mil escudos» foram as reacções). O Governo vai reabrir o Vale do Vouga. Mas precisa da ajuda do Povo do Vale do Vouga. Assim, como primeira tarefa, eu convindo a população do Vale do Vouga a começar amanhã a limpar a linha. O Governo promete, dentro de três a quatro meses, após a limpeza da linha, que ela será reaberta. E não com os velhos «botafogos», mas com máquinas «diesel».

Um novo comboio começou a rodar neste País

Falou seguidamente o dr. Jaime Gralheiro, presidente

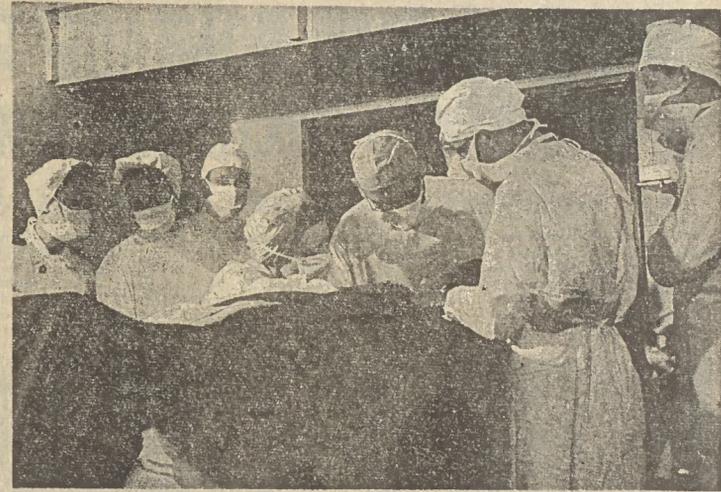
da Comissão Administrativa do Município de S. Pedro do Sul, que realçou:

«Hoje é um dia extraordinariamente grande para nós, os do Vale do Vouga. Hoje, efectivamente, o «25 de Abril» correu pelo Vale do Vouga acima e levou-nos uma notícia que há dois anos andávamos à espera. Tinham-nos roubado o nosso comboio. E o comboio voltou, o comboio vai voltar e quem não vier conosco perdeu definitivamente o comboio.»

É preciso que todos nós tenhamos consciência desta realidade e deste facto. Um novo comboio começou a rodar neste País. O comboio do Progresso! O comboio da Liberdade! O comboio da Democracia! O comboio dos Interesses do Povo! É só a reacção, e só os fascistas não quem vir neste comboio, que é o nosso comboio, que é o comboio do Povo.

Em nome da Comissão Promotora da manifestação, o Padre Orlando Ferreira dos Santos agradeceu a presença das entidades governamentais que, de Lisboa, se deslocaram a Aveiro para dar esta notícia.

Falou por último o secretário de Estado das Comunicações, eng. Manuel Ferreira Lima, para referir que tudo o que até ali tinha sido dito, nada mais era do que a justiça feita às pretensões das populações. Afirmam-



Médicos portugueses para a Guiné-Bissau

PROVA DE SOLIDARIEDADE ENTRE DOIS POVOS IRMÃOS

A solidariedade entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau começa agora, após a independência da ex-colónia, a efectivar-se em novos domínios. Assim, parte na próxima semana para Bissau uma primeira brigada de médicos portugueses que, naquela jovem nação africana, irão desempenhar um importante papel na reconstrução do país, abalado por quarenta e cinco anos de domínio colonial.

A iniciativa pertence ao Sindicato dos Médicos e conta com a colaboração da Secretária de Estado da Saúde e do respectivo titular. Dois membros dos corpos gerentes da Secção Regional do Sul do Sindicato dos Médicos, Alvaro Luz e Silva e Francisco George, dão conta ao «Avante!» de como surgiu esta iniciativa.

«No próprio dia dos acordos de Argel, os corpos gerentes do Sindicato enviaram uma mensagem ao PAIGC, de regozijo pelo acordo celebrado e de solidariedade com o povo guineense e seu partido», começaram por nos dizer. E acrescentam:

«Foi a partir daí que surgiu a ideia de enviar médicos, mesmo antes de saber se o Governo guineense estaria interessado. Posteriormente, em contactos posteriores com elementos do PAIGC e com o secretário de Estado da Saúde, ficou provada a necessidade do envio de brigadas médicas. Desde então, a colaboração entre o Sindicato e a Secretaria de Estado tem sido muito frutuosa e, sem ela, pouco se teria avançado neste processo de solidariedade.»

No entanto, Alvaro Luz e Silva quer marcar bem que tipo de solidariedade é esta: «O problema pode pôr-se nestes termos: os médicos que vão trabalhar para a República da Guiné-Bissau não vão ter nenhuma actividade remunerada nem, tão-pouco, vão pagar nada que o povo português tenha feito ao povo guineense. Vamos numa pura ati-

tude de solidariedade, com a qual o próprio povo português fica beneficiado.»

Especificando o seu ponto de vista, este membro do Sindicato dos Médicos acrescenta: «O processo de descolonização, para além de beneficiar os povos das colónias, contribui decisivamente para o processo de democratização do nosso país. Este não é possível sem aquele.»

«Na medida em que estamos a colaborar num processo revolucionário num país novo que nasce de uma colónia portuguesa — refere Alvaro Luz — estamos igualmente a impedir qualquer aventura de tipo neocolonialista, que só viria prejudicar o processo de democratização, para além de não corresponder aos legítimos anseios do povo guineense.»

Apesar de tudo, este acto de solidariedade é susceptível de não ser entendido por todos. Nomeadamente, há quem possa pensar que o facto de irem médicos trabalhar para a Guiné-Bissau poderá prejudicar a situação da medicina em Portugal. Os corpos gerentes da Secção Regional do Sul do Sindicato dos Médicos esclarecem: «Existem em Portugal cerca de 9000 médicos e vão para a República da Guiné-Bissau cerca de duas dezenas, o que não tem peso absolutamente nenhum na situação portuguesa. Aliás, aproveitamos para esclarecer que o problema em Portugal não é a falta de médicos, mas a sua má distribuição.»

Os médicos portugueses vão ficar na Guiné-Bissau por um período de pelo menos, 4 meses e vão assegurar, fundamentalmente, a estrutura hospitalar de Bissau. «É de salientar — diz Fran-

co — que a situação de saúde em Bissau é muito precária. Há uma grande falta de médicos e de equipamento hospitalar. Durante este encontro falou-se muito, trocaram-se bastantes e importantes informações e deve salientar-se o ambiente de cooperação e amizade que tornou possível o rápido andamento deste processo.»

A ida dos médicos portugueses para lá da solidariedade de que é exemplo entre dois povos irmãos finalmente livres, é também importante para os próprios médicos que se deslocam. «Existem, por exemplo, na generalidade do território guineense — informam-nos os nossos interlocutores — uma situação de hipertensão arterial cujas causas irão ser detectadas. Esse trabalho de investigação, dada a sua importância, será, inclusivamente, dirigida pelo presidente do nosso sindicato, que é especialista em doenças do coração e vasos.»

Francisco George acrescenta: «Da equipa fará também parte um delegado sindical, o qual está obrigado a enviar, quinquenalmente, um relatório. Esse relatório poderá ser eventualmente divulgado pelos órgãos de Informação.»

«Muitos não vão agora porque se sentem obrigados — justifica Alvaro Luz e Silva — a acompanhar a campanha política de massas que se avizinha. No entanto, todos estão interessados em ir.»

Finalmente, perguntámos aos dirigentes do Sindicato dos Médicos se identico processo de solidariedade viria a ser encarado no caso de Angola e de Moçambique.

«Quando a situação política desses territórios, no que toca à independência, estiver perfeitamente esclarecida e se, por outro lado, os respectivos povos manifestarem esse desejo, com certeza que o faremos», dizem-nos, a finalizar, Alvaro Luz e Silva e Francisco George.

Serviço de camionagem: demagogia e realidade

«Avante!» — Sempre as autoridades garantiram que o serviço de camionagem substituiria inteiramente o comboio. Que pensa relativamente a isto?

«O serviço de camionagem não satisfaz, até porque os pequenos agricultores que querem levar para a praça as hortaliças para vender, não podem fazer na camioneta. Isto é uma coisa que prejudica toda a gente. Além disso, muitas vezes as pessoas não têm lugar, e os tempos de espera são muito grandes.»

SENTE-SE UMA VONTADE PROFUNDA DE PROSSEGUIR O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

— declarou Georges Marchais ao «Avante!»

«AVANTE!» — Camarada Marchais, na sua opinião qual é a característica mais importante de processo democrático que se desenvolve em Portugal?

G. MARCHAIS — É, sem dúvida, o entusiasmo que existe

tado à actual situação portuguesa, a condição do progresso da democratização. É, sem dúvida, porque temo isto que a reacção se agita, que se manifestou, que conspira, como alertou Álvaro Cunhal. Porque receia a realiza-

ção deste Programa que criará condições favoráveis para a independência e grandeza de Portugal.



O secretário-geral do PCF com o Presidente da República, general Costa Gomes

Estamos resolutamente ao lado das forças democráticas portuguesas

«AVANTE!» — A propósito das manobras da reacção, é evidente que as forças anti-revolucionárias agem no interior do País com o auxílio da reacção a nível internacional, conjugadas no mesmo esforço para sabotar o processo democrático português. Temos tido provas concretas do apoio do Partido Comunista Francês e de outros partidos irmãos na luta contra a reacção no exterior. Mas na medida em que esta vai redobrar junto dos emigrantes com a aproximação das eleições em Portugal e possui certo domínio nos meios de comunicação (rádio, jornais...), o PCF encara novas medidas para neutralizar estas manobras?

G. Marchais — Como sabem, a solidariedade do PCF nunca falhou em relação às forças democráticas que lutaram em Portugal contra a ditadura fascista. Desde há quase meio século, durante os quarenta e oito anos de fascismo, que o PCF apoiou sempre resolutamente o PCP no seu grande combate contra o regime fascista. Esta solidariedade naturalmente não falhará também na actualidade. Consideramos que é preciso impor o respeito pelo inalienável direito de cada povo decidir por si próprio sobre o regime social que mais lhe convém. É por isso que o nosso Partido prossegue os seus esforços para que esta solidariedade não somente dos comunistas, mas de todos os democratas franceses se afirme para com Portugal — num momento em que a reacção prossegue a sua conspiração no interior e num momento em que no exterior se verificam pressões absolutamente inadmissíveis e intoleráveis. A primeira coisa a fazer é informar sobre a situação real em Portugal. Há a tendência no exterior, para falsificar esta realidade. Observamos na nossa imprensa burguesa, a imprensa burguesa que silenciou totalmente quando existia em Portugal o governo fascista de Salazar-Caetano, que fez silêncio sobre os crimes, torturas de que foram vítimas os comunistas e outros democratas portugueses. E hoje, esta imprensa faz de instabilidade e mesmo de caos. Ora bem, já começamos uma campanha de informação e prosseguiremos dizendo que em Portugal a vida continua normalmente o seu curso nas novas condições. Por exemplo, na imprensa que visitámos, explicaram-nos que após o 25 de Abril não

so a produção não baixou como até cresceu. Isto quer dizer que os trabalhadores estão no trabalho e cumprem as suas tarefas com vontade de ver Portugal ultrapassar as suas dificuldades. É preciso pois restabelecer a ver-

França deveria empreender com o Portugal livre e independente uma cooperação a um nível evidentemente mais elevado do que o que se verifica na actualidade. A cooperação no plano político, económico, científico e cultural entre a França e Portugal não pode ser vista como com o Portugal fascista. E é por isso que afirmo ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro a vontade dos comunistas franceses de agir junto do Governo para que se comprometa a proceder a uma tal cooperação.

Acordo total sobre as questões essenciais

«Avante!» — Para terminarmos, gostaríamos de saber as vossas impressões sobre o comício realizado no Pavilhão dos Desportos.

G. Marchais — Formidável. Extraordinário. Digamos que os qualificativos são difíceis de encontrar. Foi com muita emoção que participámos nesse comício. Emoção tão mais profunda quanto foi a primeira vez que um dirigente de uma delegação do PCF teve ocasião de se dirigir ao povo português em terra de Portugal. Estamos infinitamente reconhecidos aos nossos amigos do PCP. Mas digamos que o entusiasmo deste comício, entusiasmo tanto entre os jovens, que eram muito numerosos, como entre os velhos em cujos rostos vimos bem quantos entre eles passaram numerosos anos na prisão, sofrendo torturas do regime fascista. Digamos que foi para nós extremamente comovedor o acolhimento de que fomos objecto, a combatividade manifestada no comício, a confiança racional e vigilante. Tudo isto é extremamente estimulante e por isso no momento em que deixamos Portugal, quero renovar ainda mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Comité Central do PCP e ao nosso amigo Álvaro Cunhal por tudo o que fizeram durante a nossa visita a Portugal.

dade. É preciso que as forças reacçãoárias que podem conspirar no interior e no exterior, saibam que não deixaremos de fazê-lo no que nos diz respeito em França e estamos convencidos de que igualmente noutros países capitalistas. Estamos resolutamente ao lado das forças democráticas no seu combate. O povo português deve ser livre e senhor do seu destino e é evidente, bastou vir aqui para não ter dúvidas, que ele dá todo o seu apoio à luta consequente conduzida pelo PCP e pelas outras forças democráticas à acção do MFA. Nada deve entrarav esse processo democrático.

«AVANTE!» — A luta que as massas populares, as forças democráticas conduzem em Portugal, em estreita aliança com o MFA, exerce uma influência positiva no avanço da luta dos trabalhadores contra o capitalismo em todo o Mundo. Quais são ou podem ser as repercussões do processo de democratização entre nós, na luta popular em França?

Os comunistas franceses empenhados numa nova cooperação com Portugal

«AVANTE!» — O camarada Marchais referiu, há pouco, as entrevistas que teve com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro. Abordaram-se nestes encontros algumas questões concretas para além das habituais saudações?

G. Marchais — Em primeiro lugar, eu e toda a nossa delegação ficámos bastante sensibilizados com o facto de o Primeiro-Ministro e o Presidente da República nos receberem. Estas recepções, aliás, decorreram num clima muito cordial, direi mesmo amigável. Procedemos a uma largac troca de horizontes e no decorrer destas conversações, em nome do PCF, afirmo, naturalmente, a nossa solidariedade com a acção que se conduz em Portugal mas avancei também a ideia que na nossa opinião, a



Georges Marchais durante a visita à Cometa

gal e é agradável constatar nas conversações entre as nossas delegações o acordo total que existe sobre as questões essenciais da actualidade. Temos não só manter mas reforçar a amizade, a solidariedade entre os dois partidos no interesse do povo português, de Portugal, também no interesse do povo francês e de França, no interesse do movimento operário e democrático da Europa e, naturalmente, de todo o Mundo.



Durante o comício no Pavilhão dos Desportos

A VISITA DA DELEGAÇÃO DO PCF EXPRESSÃO DE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

(Continuado da 1.ª pág)

de liberdade e progresso sobre pelo Mundo.

«Os comunistas franceses e o nosso Povo nunca cessaram de exprimir a sua solidariedade ao Povo Português durante a longa noite da ditadura. Desenvolvemos poderosas campanhas contra a repressão feroz dos regimes de Salazar e Caetano, apoiando

PCF, esta visita deu lugar a que expussemos aos nossos camaradas portugueses a situação em França e as grandes lutas que aí se travam.»

Referindo-se à actual situação francesa, o camarada Marchais fez, entre outras, as seguintes declarações:

«Enquanto o grande capital francês, no nosso país, uma política de austeridade e de autoritarismo o nosso

qual o nosso povo enveredará quando, livremente e com toda a soberania, assim o decidir.

«Reafirmando a nossa estratégia, o nosso XXI Congresso sublinhou a importância que o PCF dá à união das forças operárias e democráticas. Tal política é uma constante na história do nosso Partido. A experiência ensinava-nos que, de cada vez que

Respondendo a um jornalista que lhe perguntou se encarava a possibilidade de uma intervenção da NATO no nosso País, caso a esquerda viesse a tomar o Poder, afirmou:

«Cabe ao Partido Comunista Português responder a essa questão. No que nos toca, somos pelo respeito absoluto do direito inalienável que os povos têm para instituir o regime social que lhes convém, sem ingerências estrangeiras. Estaremos sempre ao lado do Povo Português no combate pelo prosseguimento do processo de democratização e descolonização e contra qualquer ingerência estrangeira.»

A expressão do termo «ditadura do proletariado» no programa do PCF foi o tema de outra questão posta a Georges Marchais, em paralelo com a provável existência desse mesmo termo no programa do PCF.

«Também nós não utilizamos essa expressão por uma razão muito simples — começou por afirmar o secretário-geral do PCF e continuou: «O termo ditadura ganhou um significado que aqui conhecem bem. O mesmo se passa em França. Daí que o tenhamos substituído por palavras que correspondem melhor à ideia que queremos exprimir: poder da classe operária, poder dos trabalhadores. Ora, os trabalhadores, no nosso país são a maioria, representam 80 por cento da população activa. Não temos o «fetichismo» das palavras.»

Sob a política desenvolvida pelo Partido Comunista Português afirmou Marchais: «É uma política que visa assegurar o sucesso de democratização portuguesa. É uma política realista, à qual desejamos os maiores êxitos.»

O secretário-geral do PCF analisou ainda a situação dos trabalhadores estrangeiros em França, a crise económica europeia e o recente surto de greves verificado no seu país.

No comício do Pavilhão dos Desportos, após os discursos de Georges Marchais e de Álvaro Cunhal, frequentemente interrompidos pelos aplausos entusiásticos da assistência, a delegação francesa assistiu a um espectáculo de canto livre, um espectáculo de canto livre, em que actuaram o Coro da Academia dos Amadores de Música, dirigido por Fernando Lopes Graça, José Jorge Letria, Samuel, Luis Baço, Júlia Babo, Adriano Correia de Oliveira, Dalila Rocha e Maria do Céu Guerra.

entre os trabalhadores e as massas populares. Na empresa que visitámos, sentimos até que porto as forças democráticas apoiam plenamente as transformações que ocorrem. Podemos dizer que esta é a característica principal. No entanto, será uma visão unilateral porque sentimos igualmente nos homens com os quais discutimos esta profunda vontade, quer no decorrer das nossas conversações, com a direcção do Partido. « nas entrevistas que tivemos com o Presidente da República, com o Primeiro-Ministro e com outros representantes do MFA. Para resumir, direi que se sente aqui verdadeiramente uma vontade profunda de prosseguir o processo de democratização simultaneamente da vida política e da vida económica e do processo da descolonização.

Os comunistas defensores resolutos da democracia e da liberdade

«AVANTE!» — Pensa que este processo poderia ser vitorioso sem a participação dos comunistas?

G. MARCHAIS — Evidentemente que não! Aliás, não há nenhum exemplo no mundo de nenhum país que se possa ter comprometido na via de transformações democráticas, correspondendo profundamente aos interesses dos trabalhadores e das massas populares sem a participação dos comunistas. E isto porque os Partidos Comunistas são os defensores resolutos dos interesses dos trabalhadores. Os Partidos Comunistas são os defensores resolutos da liberdade, da democracia e não da liberdade e da democracia formais, mas de uma democracia que permite àqueles que produzem as riquezas beneficiar delas. Porque para nós não há democracia sem o direito para todos os trabalhadores de ter um emprego, de ter um trabalho interessante, de receber salários que lhes permitam viver decentemente, de participar na gestão dos assuntos a todos os níveis, de poder dar aos seus filhos a educação de que necessitam. A liberdade real é esta. Naturalmente, não separamos esta concepção de liberdade da de liberdade individual.

Sem a participação dos comunistas não há democracia real e eu, acrescento que os comunistas são os melhores defensores da independência nacional. Por consequência para que o processo democrático possa desenvolver-se, direi mesmo para que a luta dos povos pelo direito a decidirem do seu próprio destino, o que é importante para Portugal por causa do problema da descolonização, a participação dos comunistas é indispensável. Sem ela Portugal não avançaria na via de democracia. Evidentemente que os comunistas não pretendem o monopólio neste domínio mas a sua participação é indispensável e acrescento que os comunistas são os combatentes mais resolutos pela unidade. Sentimo-lo bem no magnífico comício em que participámos, ouvindo o meu amigo Cunhal. Encontrei nas palavras que ele pronunciou, em nome do seu Partido, a mesma vontade que nos anima em França. Fazer a unidade, a unidade da classe operária, a unidade das forças democráticas, a união do povo com o MFA. E esta unidade é também uma das condições do êxito. Creio que todos os acontecimentos demonstram que sem os comunistas é impossível avançar.

A realização do Programa do MFA condição do progresso da democracia

«AVANTE!» — Na opinião do camarada Marchais quais as medidas indispensáveis para conduzir com êxito o processo democrático em Portugal?

G. Marchais — Sob esse ponto de vista, o que me parece capital é a ligação manifestada pelas forças democráticas, entre as quais com o maior empenho o PCP, ao Programa do MFA. A realização desse programa, que é adap-



A mesa que presidiu ao comício do PCP em homenagem aos camaradas franceses



Georges Marchais durante a visita à Cometa

também os democratas que conduziram corajosamente a luta contra o fascismo.

«E uma das razões da nossa viagem é, também, a vontade de manifestar a nossa solidariedade nas condições novas que o derrube da ditadura criou. Essa solidariedade continua a ser para nós um dever ao qual nunca renunciaremos.»

A delegação francesa dirigiu-se seguidamente para a sede do nosso Partido, onde manteve conversações com o Comité Central do PCP, que à noite lhe ofereceu um jantar num dos restaurantes de Lisboa.

Na segunda-feira, dia 11, Georges Marchais e os seus acompanhantes cumpriram um carregado programa de trabalho. Depois de terem sido recebidos pelo general Costa Gomes e pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, com quem trocaram impressões sobre o processo de democratização em curso no nosso País, de visitarem o Município de Oeiras e de terem contratado com os operários da COMETNA, onde foram recebidos no meio do maior entusiasmo, os camaradas franceses deram uma conferência de imprensa, no início da qual Georges Marchais afirmou:

«Tivemos conversações políticas com o PCP, com o qual mantemos desde sempre, estreitas relações de amizade e solidariedade. Essas conversações confirmaram a profunda unidade de pontos de vista dos nossos dois Partidos sobre os grandes problemas da actualidade.

«Aliás, na sequência do XXI Congresso extraordinário do

Congresso lembrou que existe outra via para a França, que é a via das profundas reformas democráticas que ataquem a onipotência dos grandes negócios. E a via de uma grande política nacional — a política do programa comum da esquerda.

«O combate por tal política situamo-lo, naturalmente, na perspectiva mais vasta da luta pelo socialismo um socialismo adaptado às características da França, na via do

essas forças se dividiram, isso se traduziu, para o nosso povo, na repressão social, no atentado às liberdades, na abdicacão nacional. Ao invés, as experiências unitárias contri buíram sistematicamente para a melhoria da situação das largas massas e o desenvolvimento dos direitos democráticos.

Seguidamente, Georges Marchais respondeu a várias perguntas que lhe foram dirigidas.



Depois das conversações entre a delegação do PCF e representantes do nosso Partido

O DISCURSO DE GEORGES MARCHAIS

Queridos amigos,
Queridos camaradas,
É com intensa emoção e profunda alegria que vos trago, aqui, a Lisboa, a esta terra de Portugal, o fim livre, a calorosa saudação dos comunistas, dos trabalhadores, do povo de França!

Antes, quando se falava no vosso País, era nas prisões, nas torturas, na expressão que se pensava. Quando nós, comunistas franceses, evocávamos Portugal, o nosso pensamento ia para os sofrimentos, para as lutas do vosso povo, e para o combate heróico dos nossos irmãos, os comunistas portugueses.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, quando se falava no vosso País, era nas prisões, nas torturas, na expressão que se pensava. Quando nós, comunistas franceses, evocávamos Portugal, o nosso pensamento ia para os sofrimentos, para as lutas do vosso povo, e para o combate heróico dos nossos irmãos, os comunistas portugueses.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, quando se falava no vosso País, era nas prisões, nas torturas, na expressão que se pensava. Quando nós, comunistas franceses, evocávamos Portugal, o nosso pensamento ia para os sofrimentos, para as lutas do vosso povo, e para o combate heróico dos nossos irmãos, os comunistas portugueses.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

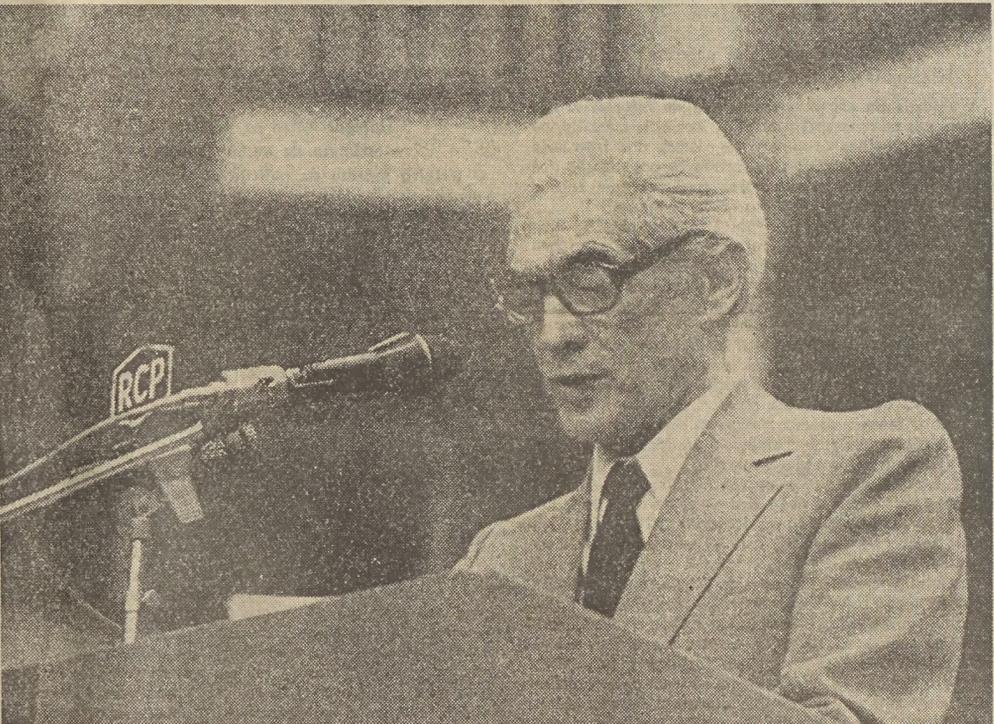
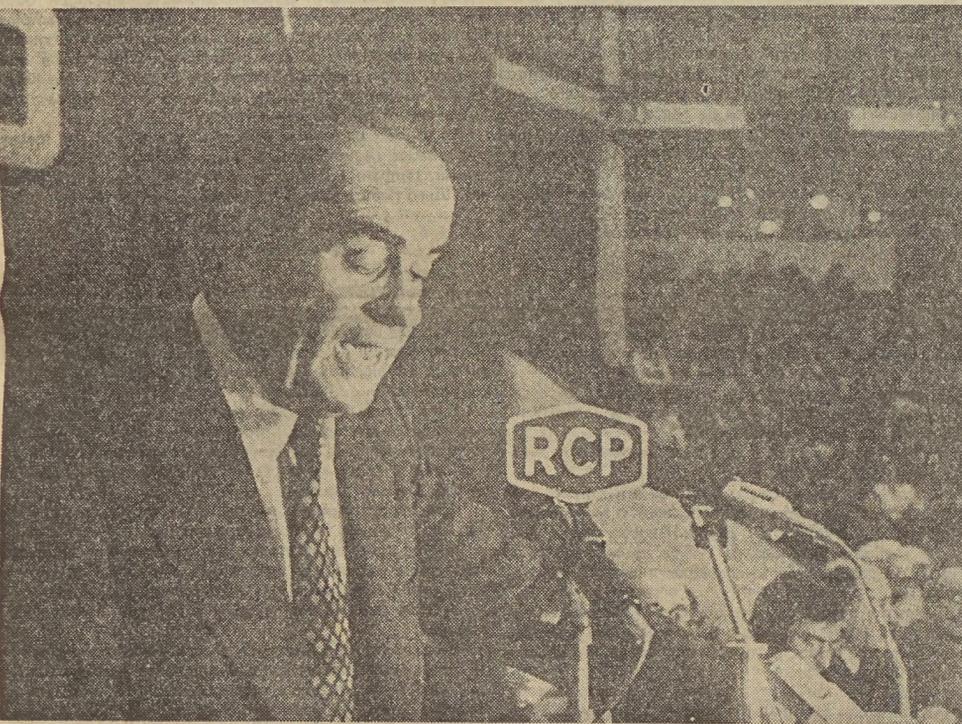
Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A imagem de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. É a de um país que abriu um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.



O DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camarada Georges Marchais,
Camaradas da delegação do Partido Comunista Francês,
Camaradas:

É com profunda alegria que o Partido Comunista Português recebe a delegação do glorioso Partido Comunista Francês, em terra portuguesa, nestes dias em que não só brilha o belo sol de sempre da nossa pátria, como também o ainda mais belo sol da liberdade do novo Portugal que nos esforçamos por construir.

A delegação do Partido Comunista Francês traz-nos a mensagem fraternal e solidária dos comunistas, da classe operária e do povo de França. Estou certo de interpretar os sentimentos de todos os participantes neste comício e de expressar os sentimentos da classe operária e do povo português confirmando a delegação do Partido Comunista Francês que os comunistas e as forças da democracia, da paz e do progresso da França podem contar também com a fraternal solidariedade do povo de Portugal.

A solidariedade é palavra que tem um valor inestimável para os trabalhadores e para os povos em luta. Nós, os comunistas, pela nossa própria experiência, sabemos tudo quanto significa a solidariedade internacional dos trabalhadores, inspirada pelos princípios do internacionalismo proletário; o que significa o apoio político; o que significa a informação verdadeira e interessada; o que significa o saber-se que, nas condições mais difíceis, irmãos de combate distantes estão activamente ao nosso lado; o que significa receberem-se numa prisão linhas amigas vindas de longe; o que significa ver crianças, que a repressão fascista privou do amparo dos pais, serem acolhidas, acarinhadas e educadas por camaradas generosos; o que significam as mil maneiras de apoio, ajuda e estímulo dos irmãos de combate.

Ao recebermos pela primeira vez na legalidade uma delegação oficial dum partido irmão é a altura de lembrarmos todo o apoio e a ajuda que a classe operária e o povo de Portugal, as forças democráticas e o nosso Partido receberam ao longo de quase meio século de ditadura fascista por parte do movimento comunista internacional, da URSS e de outros países socialistas, de partidos irmãos lu-

tando nas mais variadas condições — todos inspirados pelos elevados princípios do internacionalismo proletário.

Ao recebermos pela primeira vez, em terra portuguesa, e em liberdade, uma delegação do Partido Comunista Francês é a altura de aqui, em alta voz e perante o povo português que nos ouve, expressarmos a profunda gratidão dos comunistas portugueses pela solidariedade activa do Partido Comunista Francês ao longo dos anos negros da ditadura fascista para com os comunistas, a classe operária e o povo de Portugal.

Peço ao camarada Georges Marchais que transmita esta expressão do nosso reconhecimento ao seu Partido, e, se possível, a todos aqueles comunistas franceses que, de uma forma ou de outra, modestos e anónimos na sua preciosa ajuda, alguma vez directamente ajudaram os seus camaradas portugueses.

Os laços de solidariedade recíproca entre os comunistas de todos os países são indestrutíveis. Eles, constituem um factor da sua inabalável confiança na vitória da grande causa do comunismo.

A situação objectiva exige a unidade

Camaradas:

É este comício dedicado ao encontro do povo de Lisboa com a delegação do Partido Comunista Francês.

Convidamos os camaradas franceses a visitar o nosso país, e isso significa que estamos, nós e eles, interessados em que conheçam o que cá se passa.

Julgo assim apropriado tratar, hoje, aqui, dos nossos problemas e gostaria de abordar alguns relativos à unidade e às alianças na actual etapa da revolução portuguesa. A nossa política de unidade corresponde às exigências da própria situação objectiva.

Corresponde ao interesse comum da classe operária, do campesinato, da pequena burguesia urbana, da intelectualidade e de camadas da média burguesia, na realização de modificações democráticas e carácter antimonopolista e antilatifundista.

Todas estas classes e camadas, a esmagadora maioria da população portuguesa, estão interessadas na constru-

ção de um Portugal democrático, pacífico, progressivo e independente.

É desta aproximação de interesses de diversas classes e camadas sociais que assenta a política de unidade das forças políticas.

Existem naturalmente pontos de vista diferentes acerca da solução a dar aos grandes problemas nacionais. Mas não só é necessário como é possível, e não só é possível como é indispensável para assegurar o futuro democrático de Portugal, a unidade das forças democráticas e a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

A sobrestimação da própria força ou cálculos eleitoralistas que levassem qualquer sector político democrático a procurar abrir caminho à custa de outros sectores democráticos seriam extremamente perigosos, não só para esse sector, como para o conjunto das forças progressistas.

A reacção tem ainda muita força. Tem posições de importância política. Tem poder económico. Tem ainda um amplo campo de manobra incluindo o campo eleitoral. Seria um erro pensar que o aparente silêncio e calma da reacção, os poucos sinais de vida que tem dado desde a sua grande derrota de 28 de Setembro significam que se conformou com a derrota e que aceita o curso democrático.

Não, camaradas. A reacção continua activa. Ela conspira. Ela prepara novos golpes contra as liberdades. Ela está utilizando largamente as armas económicas para criar graves dificuldades à situação democrática. Ela organiza revoltas e conflitos armados em Angola, Moçambique e outros territórios, não só para entrar no processo de descolonização, como para provocar, por reflexo e por associação, novos e graves problemas na situação política interna de Portugal.

Matar o pinto da conspiração no ovo

Impõe-se não esquecer a experiência colhida desde o 25 de Abril na luta contra a reacção. Por diversas vezes, quando já havia indícios de conspiração contra-revolucionária, não se deu suficiente importância a muitas informações, não se atribuiu gravidade a certos factos, menosprezou-se o perigo e a consequência foi o ter-se deixado

avancar a conspiração até se aproximar do seu ponto final.

Isto não deve repetir-se. Tem de ser-se mais vigilante e mais operativo para desmantelar os planos de golpes de Estado ou de outras tentativas contra-revolucionárias.

Há indícios, camaradas, de que se está desenvolvendo na sombra uma nova operação contra-revolucionária. Das outras vezes as manobras fizeram barulho e abortaram. O inimigo também aprende com a experiência. E o seu silêncio pode indicar que agora projecta atacar de surpresa e em força.

Aqui fazemos apelo de novo à vigilância popular. Tudo quanto pareça suspeito deve ser imediatamente comunicado ao Partido, às outras forças democráticas, ao Movimento das Forças Armadas. É necessário mantermos alerta as organizações democráticas e as massas, de forma a descobriremos e combatermos desde já as manobras reaccionárias e estarmos prontos a agir, de forma a que, se a reacção tentar novo golpe, seja novamente derrotada.

Aguardar o inimigo numa posição defensiva favorável para partir ao contra-ataque no momento oportuno pode ser em certas circunstâncias a atitude que se impõe. Assim foi feito algumas vezes com sucesso desde o 25 de Abril. Mas a repetição dessa atitude noutras circunstâncias poderia ser fatal. Quando os planos contra-revolucionários possam envolver golpes de mão e acções terroristas, não há que esperar que desfira o golpe. O pinto de tais conspirações deve na medida do possível ser morto no próprio ovo.

Isto significa, camaradas, que os perigos continuam a existir e que, numa tal situação, são criminosas as tendências para a divisão das forças da democracia e do progresso social.

Para derrotar definitivamente a reacção, para tornar irreversível o processo da revolução democrática, para poder pôr em prática as medidas de política económica e social que a situação impõe, é necessário isolar firmemente quaisquer actividades, posições, atitudes e tendências divisionistas e lutar firmemente, sem vacilações, pelo reforço da unidade de todas as forças sociais e políticas interessadas no futuro democrático de Portugal.

Gostaria de abordar alguns dos aspectos capitais, no

(CONTINUAÇÃO NA PAGINA SEGUINTE)

(Continuado da pag. anterior)

O DISCURSO DE GEORGES MARCHAIS

(Cont. da pág. anterior)

do nosso congresso foi União do povo da França para a transformação democrática.

No nosso país, onde se situa a linha decisiva da separação? Situa-se entre a limitada casta que domina a economia e o Estado, de um lado, e a imensa massa dos franceses que vivem do seu trabalho e servem o país, de outro lado. Por conseguinte, propomos a todos as vítimas do grande capital, a todo o nosso povo (com excepção naturalmente do punhado de feudais dos grandes negócios e dos seus lacaios políticos), que se unam.

O eixo em torno do qual se pode realizar esta união do povo da França é a união dos partidos da esquerda na base do programa comum de governo. É por isso que lutamos e lutaremos firmemente contra tudo o que tenda a enfraquecer esta união.

A este respeito, o nosso congresso assumiu como positiva a reacção cada vez mais clara pelos trabalhadores e pela juventude do nosso país do nosso aventureirismo esquerdista.

Em França, no decorrer dos últimos anos, a quem aproveitou a fraqueza burguesa-revolucionária e as acções turbulentes dos grupos esquerdistas? Unicamente às forças reacţionárias, que as utilizaram para tentar dividir a esquerda, para semear a dúvida acerca da seriedade e do espírito de responsabilidade das forças realmente revolucionárias, para tentar fazer crer, ao nosso povo, que o futuro democrá-

tico que nós lhe propomos construir, seria a imagem das violências e da desordem criadas pela actuação esquerdista.

O nosso Partido Comunista explicou aos trabalhadores a natureza exacta dos grupos esquerdistas e a sua utilização pela grande burguesia. Como o sublinhamos no nosso Congresso, hoje, o recuo sensível do aventureirismo esquerdista não elimina a necessidade de prosseguir o combate político para subtrair à sua influência aqueles trabalhadores e jovens que ele pode enganar com a sua fraseologia e lançar no "empasse" ou na provocação.

Além disso, o nosso Congresso acentuou a necessidade de elevar a qualidade da união da esquerda.

Porque os partidos da esquerda — designadamente o Partido Comunista e o Partido Socialista — estão unidos no programa comum de governo de conteúdo avançado, nasceu uma grande esperança no nosso povo.

Mas é preciso reforçar e alargar esta união para em primeiro lugar alcançar a vitória e, de seguida, para evitar que o nosso povo conheça a desilusão, após um curto período de sucesso.

Ora isso só pode fazer-se se houver clareza.

Clareza de objectivos, em primeiro lugar. Não poderíamos admitir tentativas que visassem substituir ao programa comum de futuros reformas democráticas vagas medidas que realmente não pusessem em causa o domínio do grande capital e que desse modo não per-

mitissem a satisfação das reivindicações dos trabalhadores, mesmo que as baptizássemos com a designação de "esocialistas".

Clareza nas alianças, depois. Quando se quer realizar transformações económicas e sociais conformes aos interesses das massas populares, não se pode ter como preocupação a conservação ou a conquista de posições eleitorais, obtidas com o acordo ou a benevolência dos partidos da reacção.

Por fim, clareza nas relações entre os partidos de esquerda. O Partido Comunista Francês não visa exercer um Poder ditatorial. Hoje como amanhã, em todas as etapas, a ambição do nosso Partido é desempenhar o papel de vanguarda da classe operária e do povo. No campo da luta pela democracia e pelo socialismo, os comunistas não temem a emulação. Mas esta emulação não pode ter como objectivo o reforço de um dos aliados em detrimento do outro, para depois impor a sua vontade. É a reacção que é necessário bater. É a ela que é preciso derrotar.

A acção e a influência do Partido Comunista Francês foi o factor determinante para arrancar as outras forças de esquerda à política de colaboração de classe. Esta acção e esta influência são necessárias para impedir que elas sejam desencaminhadas, sob a pressão das dificuldades, das manobras ou das ameaças da direita.

Por isso, o nosso Congresso reafirmou, veementemente, que um Partido Comunista mais influente é a segurança para o futuro dos traba-

lhadores, e a garantia da manutenção e do reforço da união da esquerda, da união do povo francês, para que triunfe em França uma política de progresso social, democrático e nacional.

Tal é a nossa política. Tal são os nossos objectivos. E, tal como a vossa vitória sobre o fascismo tem um alcance que ultrapassa as fronteiras do vosso país, assim a concretização de profundas transformações democráticas em França não deixará de contribuir para o sucesso do vosso combate.

Queridos amigos e camaradas!

Os nossos dois povos são solidários na luta que travamos em França e que vós travais em Portugal, por formas e meios que correspondem às características próprias de cada um dos nossos países, pela democracia e contra as forças do grande capital.

Os nossos dois partidos sempre foram e continuam a ser os mais activos porta-estandartes desta solidariedade. Como acabam de confirmar as nossas conversações, os nossos dois partidos encontram-se unidos por uma profunda identidade de pontos de vista em todos os grandes problemas do momento.

Essa identidade manifestou-se quando da Conferência de Bruxelas dos partidos comunistas dos países capitalistas da Europa. Manifesta-se na preparação da próxima conferência dos partidos comunistas e operários de toda a Europa, pela segurança, a cooperação e o progresso social. Manifesta-se na cooperação que eles dão à unidade do Movimento Comunista Internacional.

Este ano, pela primeira vez na história, o representante de um Partido Comunista irmão fala, ao lado dos comunistas portugueses, no solo do vosso país. É uma imensa honra para o Partido Comunista Francês. Vemos nisso a expressão da profunda afecção que sempre uniu os nossos dois partidos, ligados não só pela amizade, como também por uma profunda e activa solidariedade, à qual o nosso Partido se orgulha de nunca ter faltado nos momentos em que o Partido Comunista Português lutava heroicamente, nas duras condições da clandestinidade.

Existem em França duas tradições em relação a Portugal. Uma consiste em calar a realidade do fascismo, em silenciar a natureza e os crimes da ditadura, em apoiar as guerras coloniais que esta conduzia. É a tradição da burguesia francesa, dos monopólios franceses, que participaram tanto na exploração do povo português como na pilhagem dos povos coloniais.

Pelo contrário, a outra tradição consistia em dar a conhecer a realidade portuguesa, em exigir a libertação dos presos políticos, em organizar a solidariedade dos trabalhadores para com as lutas do povo português e pelo fim da guerra colonial. Esta é a tradição do Partido Comunista Francês.

Também sempre dedicámos (e continuamos a fazê-lo) uma particular importância à situação dos trabalhadores portugueses que, expulsos da sua pátria pela miséria e o desemprego, vieram trabalhar para França. Eles dão uma contribuição preciosa à economia francesa. Mas

eles têm condições de vida e de trabalho deploráveis. São frequente-mente vítimas de discriminações e algumas vezes também de violências racistas. Foram durante muito tempo perseguidos pelos agentes da PIDE. O nosso Partido luta pelo reconhecimento dos seus direitos económicos, sociais e culturais, pela satisfação das suas justas reivindicações, por um estatuto democrático para os trabalhadores imigrantes. Ao mesmo tempo ele esforça-se por ajudá-los a participar nas transformações democráticas que se dão em Portugal.

Esta noite, aqui, quero mais uma vez assegurar-vos que o Partido Comunista Francês continuará a manifestar a sua solidariedade à classe operária e ao povo português que, em novas condições, têm ainda duras batalhas a travar.

Já no mês de Setembro lançámos em França uma ampla campanha contra os elementos reacţionários que no nosso país tentavam lançar a confusão acerca dos acontecimentos que se desenrolavam no vosso país e desacreditar as forças democráticas portuguesas.

Continuaremos por este caminho. Os trabalhadores, o povo, os democratas portugueses devem saber que os comunistas franceses estão a seu lado contra as manobras da reacção, contra aqueles que, no interior e no exterior do vosso país, sonham esmagar o renascer democrático de Portugal.

Mas, ao falar aqui, ao lado do meu amigo Álvaro Cunhal, queria acrescentar que o nosso Partido encara com profunda atenção as

questões relacionadas com as relações entre os nossos dois países. Com efeito, o Partido Comunista Francês é o grande partido da classe operária, portadora dos interesses da própria nação. Cada uma das nossas iniciativas é, pois, marcada pela preocupação do interesse nacional.

A este respeito consideramos que é do interesse dos nossos dois povos e das nossas duas nações que se desenvolvam relações frutuosas entre os nossos dois países. Tais relações não têm nada a ver com os laços que uniam a ditadura de Caetano à reacção francesa.

O renascer democrático de Portugal torna possível e necessário o desenvolvimento pela França de relações com o vosso país, num espírito desprovido de qualquer ideia política preconcebida.

Nesta base existem largas possibilidades para uma ampla cooperação entre a França e Portugal em numerosos domínios.

Isto é verdade no campo político, em que a França e Portugal poderiam cooperar juntos na instauração da segurança na Europa, na construção de uma Europa pacífica, democrática e independente. É verdade no campo económico, em que se poderia desenvolver uma verdadeira cooperação entre os nossos dois países, na base do interesse mútuo, no respeito pela soberania de cada nação. Verdade ainda no campo cultural e tanto mais quanto as felizes transformações que se foram em Portugal suscitaram em França um grande interesse pelo vosso país. A nossa co-

operação cultural poderia, pois, "trazer um grande desenvolvimento, que viria reforçar ainda mais os laços antigos entre as nossas duas culturas".

A concepção que temos das relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países inscreve-se na nossa definição de uma dinâmica política francesa de coexistência pacífica e de cooperação internacional. É por esta política que agimos.

Queridos amigos e camaradas! Agradecemos de todo o coração ao Partido Comunista Português por nos ter convidado para participar neste exultante comício.

Desejamos de todo o coração, desejamos ao povo português novos êxitos na via das conquistas sociais e democráticas.

Nas vossas lutas de hoje e de amanhã, tal como nos vossos combates em Portugal, os comunistas franceses estão e estarão sempre ao vosso lado.

Viva Portugal livre e democrático!

Vivam a classe operária, os trabalhadores e o povo português, em marcha para um futuro de progresso social, de democracia e de liberdade!

Viva o glorioso Partido Comunista Português!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a amizade e a solidariedade entre os povos da França e Portugal!

O DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

(CONTINUADO DA PÁGINA ANTERIOR)

momento presente, do problema da unidade e das alianças: a unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral; a aliança com o campesinato; a unidade das forças democráticas; e a aliança entre o movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

A unidade da classe operária incompatível com o «pluralismo sindical»

A unidade da classe operária tem de reforçar-se nas fábricas, nas empresas, em todos os locais de trabalho, na base das aspirações comuns e da defesa dos interesses comuns, através de acções e de formas de organização que abranjam todos os trabalhadores qualquer que seja a sua orientação política ou o seu credo religioso.

Devemos opor-nos firmemente a que factores de divisão e de intriga antiunitária consigam penetrar nas fábricas e outros locais de trabalho. A classe operária portuguesa tem uma larga tradição de unidade na luta pelos seus interesses vitais. Tudo devemos fazer que no presente confirme essa magnífica tradição.

Um aspecto da unidade dos trabalhadores ganha particular relevo no momento actual: a unidade sindical.

Como se sabe, está em preparação a lei que estabelece os princípios da organização sindical. Pois bem. O PCP, com todo o sentido da sua responsabilidade, afirma que, nas condições actuais, a chamada pluralidade sindical só poderia servir o patronato e a reacção.

Não é por acaso que as forças mais reacţionárias ou formações políticas que nada têm a ver com os trabalhadores ou forças externas ao serviço do imperialismo sejam os mais apaixonados defensores do que dizem ser a «liberdade sindical», o «pluralismo sindical».

O pluralismo sindical não significaria, nas condições presentes, outra coisa senão a divisão dos trabalhadores, o seu enfraquecimento, a criação de pseudo-sindicatos «dóceis ao patronato», a criação de outros que seriam meros instrumentos de acção sectária de formações partidárias e, ainda, a criação de um ambiente confuso nos conflitos sociais altamente desfavorável à defesa dos interesses dos trabalhadores, à consolidação das liberdades e ao prosseguimento da democratização.

Não é por acaso que os sindicatos se têm pronunciado firmemente pela unidade sindical. Nós saudamos calorosamente a Intersindical e todos os numerosos sindicatos que, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do processo democrático, têm defendido a unidade sindical.

A liberdade sindical, nas condições presentes, significa antes de tudo, a liberdade para os trabalhadores organizarem os seus sindicatos, gerirem livremente os seus sindicatos, elegerem livremente os seus dirigentes, estarem livres das ingerências do patronato ou do Estado na sua vida interna. É este, e não o pluralismo, o conteúdo fundamental da liberdade sindical nas condições actuais.

O PCP apoia decididamente uma tal orientação, defende um movimento sindical unido e unificado e defende que a lei a publicar estabeleça o princípio dos sindicatos únicos e de uma única central sindical nacional.

Apelamos para que os trabalhadores desenvolvam amplas acções de massas com este objectivo e estamos confiantes em que, se soubermos lutar, ele será alcançado.

Revoluções vitoriosas na cidade podem perder-se nos campos

O segundo aspecto da política de unidade e aliança que gostaria de referir respeita à aliança com o campesinato. É conhecido que, em amplas regiões do Centro e Norte do país, os reacţionários continuam a dominar as populações, predominantemente camponesas, através da coacção económica e espiritual, da desinformação sistemática acerca das realidades nacionais, do anticomunismo mais onímito e grosseiro, da campanha tendenciosa e caluniosa contra as forças democráticas.

Esta situação tem de acabar e, como reclamam os homens mais esclarecidos dessas zonas, é necessário que lhe chegue o mais brevemente possível o 25 de Abril.

Deve além do mais pensar-se que, a prolongar-se uma tal situação, as populações dessas regiões, enganadas ou coagidas, podem ser arrastadas a votar pela reacção, ficando assim falsamente as eleições como eleições verdadeiramente livres por que sempre lutámos. Para que as eleições sejam verdadeiramente livres é urgente modificar radicalmente a situação nessas regiões.

A propaganda, a informação e o esforço de esclarecimento podem e devem fazer muito. Mais importante será a indicação das medidas concretas que respondam aos problemas do campesinato dessas regiões e que contribuam para resolvê-los e a capacidade para, pela acção das massas e pela acção no Governo levar a adoptar e a realizar tais medidas.

A situação do campesinato e a solução dos seus problemas não interessam apenas ao próprio campesinato. São

um problema que interessa à revolução democrática no seu conjunto.

A experiência histórica mostrou já que revoluções vitoriosas nas cidades podem perder-se nos campos.

É tarefa da mais alta importância, em certas circunstâncias decisivas, ganhar o campesinato para a causa da revolução democrática.

Se as forças democráticas compreenderem a importância desta tarefa ela será levada a bom termo. Confiamos em que o será.

Unidade entre os partidos — estímulo de acção popular

O terceiro aspecto da política de unidade e alianças que gostaríamos de abordar é o que respeita à cooperação e unidade entre os partidos.

Esta cooperação e unidade é um elemento muito importante para a unidade da luta popular de massas. O enfraquecimento dessa unidade não deixará de ter resultados negativos na acção popular assim como o reforço dessa unidade constituiria um estímulo para o seu desenvolvimento.

A cooperação de três partidos (PCP, PS e PPD) na coligação governamental é um factor positivo, que nos esforçaremos por reforçar.

Não devemos ocultar (e de nada serviria ocultar) que toda a gente sabe que têm surgido algumas dificuldades nas relações com o Partido Socialista. No fundamental essas dificuldades resultam de tendências anticomunistas e divisionistas e da sobreposição de cálculos eleitoralistas aos profundos interesses do prosseguimento com êxito do processo democrático pelo conjunto das forças que neste estão interessadas.

Não queremos dramatizar essas dificuldades pois elas podem ser superadas.

Mas isso exige que os amigos socialistas escolham melhor o alvo dos seus ataques.

Nós apreciamos verdadeiramente os abraços que os nossos amigos socialistas de vez em quando nos dão, em privado e em público, mas apreciamos ainda mais quando não fazem campanha anticomunista e quando, pelos actos, manifestam vontade e determinação para atitudes comuns e acções comuns, que pela nossa parte estamos sempre prontos a tomar e a empreender.

Se fôssemos responder no tom que aparentemente se impunha a certas acusações (de certeza, de absoluta certeza, camaradas), cairia o Carmo e a Trindade. Não embarcamos porém em tal nau, que não navegaria ao sabor dos interesses do nosso povo e afirmamo-nos dispostos, hoje como sempre, a debater pontos de divergência ou litígio e a encontrar em comum os termos de uma cooperação franca e leal, ligada às aspirações do nosso povo e aos objectivos e exigências da luta pela democracia.

Tudo depende do Partido Socialista. Se ele quiser, poderemos ir muito longe na acção comum com o Partido Socialista e com outras forças democráticas, unidos até às eleições e após as eleições, unidos (com outras forças democráticas) na elaboração duma Constituição democrática, unidos nas transformações ulteriores e na edificação dum novo Portugal democrático.

Tudo um amplo caminho de cooperação e unidade no Governo e fora dele está portanto aberto e desejamos caminhar por ele.

O MDP transforma-se em partido

Na vida política portuguesa, um acontecimento recente teve o maior relevo: a transformação do Movimento Democrático Português em partido político.

Pela nossa parte, consideramos que teria sido desejável que o MDP mantivesse as suas características anteriores, como grande movimento unitário, como grande associação política de carácter unitário, em que continuariam a participar pessoas das mais diversas formações políticas.

A continuidade dessa forma de organização tornou-se impraticável no dia em que, por considerações eleitorais, e com vistas a afastar um concorrente, alguns conseguiram que novas leis estabelecessem que só os partidos políticos podem concorrer às eleições.

Para que o MDP pudesse continuar a desempenhar na vida política portuguesa o papel que legitimamente lhe cabe, incluindo através da apresentação de candidatos às eleições, não tinha outra saída que não fosse a sua transformação num novo partido político.

Daqui queremos saudar o novo partido e fazer sinceros votos para que, na continuidade das gloriosas tradições do movimento democrático, dê a preciosa contribuição que está em condições de dar ao processo revolucionário.

A transformação do MDP em partido põe alguns problemas relativos aos membros de outros partidos, designadamente do PCP, que têm militado no movimento unitário.

Como o nosso Partido já declarou, os membros do Partido que participavam no MDP têm uma opção: ou resolvem continuar sendo membros do PCP e, em tal caso, ces-

sam toda a sua actividade no MDP e passarão a desempenhar outras tarefas que lhes sejam atribuídas. Ou resolvem militar no novo partido e, em tal caso, deixam de ser membros do PCP.

Já esclarecemos que se trata de uma opção real, de acordo com a ética comunista e os princípios consignados nos Estatutos do PCP.

É completamente legítima essa opção livre. Aqueles que, tendo sido membros do PCP, resolvem ficar militando no novo partido, nós, comunistas, que temos sido até hoje seus camaradas e companheiros de combate, fazemos sinceros votos para que contribuam pelo seu trabalho para que o novo partido alcance grandes êxitos na sua actividade.

Ontem com o movimento unitário, hoje com o novo partido, queremos manter estreitas relações de amizade e cooperação e estamos certos de que isso acontecerá.

Aliança do movimento popular com o MFA para hoje e para amanhã

O quarto aspecto da política de unidade e alianças que gostaria de abordar respeita à aliança entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas.

Da consolidação e do reforço desta aliança depende não apenas o desenvolvimento mas a própria sobrevivência da jovem democracia portuguesa.

Trabalhar para o reforço desta aliança tem sido uma constante da actividade do PCP.

Pela sua histórica realização do 25 de Abril e pela sua acção desde então em defesa das liberdades, o MFA ganhou extraordinário prestígio ante o povo português, que vê nele uma das melhores garantias da vitória na luta contra a reacção e do prosseguimento da democratização e da descolonização.

Difícilmente pode ser aceite que o movimento que fez o 25 de Abril e que tem tido o papel que todos sabemos na marcha para a democracia, não tenha voz na elaboração da futura Constituição.

A lei eleitoral corta praticamente essa possibilidade uma vez que exclui candidaturas independentes ou de associações políticas e que, segundo ela, só os partidos políticos podem apresentar candidatos às eleições. Entendemos porém que tal ausência seria uma grave falta e que é necessário encontrar uma saída para uma tal situação.

Tem-se falado muito no futuro do MFA e o nosso povo preocupa-se muito, justamente por este problema. Caberá naturalmente ao MFA decidir da orientação a seguir a este respeito. Uma coisa porém é certa. A aliança Povo-Forças Armadas continuará a ser indispensável para assegurar as transformações democráticas do nosso país.

A aliança povo-Forças Armadas é também para hoje e para amanhã.

Precisamente pela importância que tem esta aliança no Portugal de hoje, a reacção faz tudo quanto pode para atingir esta aliança, para socavar a confiança do povo nas Forças Armadas e a confiança das Forças Armadas no movimento popular.

Provocar choques e conflitos com as Forças Armadas, provocar a intervenção repressiva das Forças Armadas para levantar a opinião popular contra elas, tem sido a orientação pertinazmente seguida pela reacção.

A divisão do movimento popular ou no Movimento das Forças Armadas e a quebra da aliança entre um e outro seria o princípio do fim da jovem democracia que estamos procurando construir.

Os provocadores considerados esquerdistas que no dia 4 de Novembro ocasionaram violentos distúrbios servem de facto este e outros desígnios da reacção, mostrando uma vez mais serem objectivamente um instrumento ao seu serviço.

Estamos porém certos de que a aliança do movimento popular e do Movimento das Forças Armadas continuará a reforçar-se e a ser um factor decisivo para o prosseguimento da política actual e para a vitória definitiva da democracia.

Tais são, camaradas, os problemas da unidade e das alianças que gostaria hoje de referir.

A unidade é necessária para hoje, para fazermos frente à reacção que de novo se organiza para o ataque; para vencermos o caminho curto mas complexo que nos separa das eleições para a Assembleia Constituinte. É necessária para se poderem preparar e realizar eleições verdadeiramente livres. É necessária para assegurar uma vitória eleitoral das forças progressistas. É necessária para elaborar e aprovar uma Constituição de um Portugal democrático e independente. É necessária para realizar ulteriormente as profundas transformações democráticas que a realidade económica e social portuguesa torna indispensáveis.

A reacção portuguesa e internacional agita a «ameaça comunista» em Portugal como se os comunistas portugueses pretendessem assaltar o Poder (são eles que o dizem) e eliminar as outras forças políticas.

Nós insistimos em afirmar que o PCP permanecerá fiel à sua política de unidade das forças democráticas e de aliança entre o povo e as Forças Armadas, qualquer que venha a ser a correlação de forças revelada pelas eleições.

Lutamos por um Portugal em que tenham lugar todos os portugueses, um Portugal onde existam as mais amplas liberdades, um Portugal onde possam expressar livremente a sua opinião, onde possam organizar-se e intervir na vida política, todos quantos queiram que o povo viva em liberdade e estejam sinceramente dispostos a respeitar e a defender as instituições democráticas.

Se soubermos manter e reforçar a unidade das forças empenhadas neste objectivo, a reacção que até hoje não passou, também no futuro não passará, e asseguraremos um futuro democrático e indepedente na nossa pátria.

Influência dos factores externos na situação portuguesa

Camaradas: A nossa confiança no futuro da democracia em Portugal resulta da avaliação das forças capazes de assegurar a defesa das liberdades e o prosseguimento do actual curso político. Resulta da profunda confiança que temos no movimento popular e no Movimento das Forças Armadas e na continuação da sua aliança.

O futuro da democracia em Portugal depende fundamentalmente das nossas próprias forças internas. Assegurar a superioridade das forças da democracia (populares e militares) sobre as forças da reacção é tarefa essencial de todos os portugueses.

Não se podem porém menosprezar os factores externos e a sua influência na situação portuguesa.

Não se pode, por exemplo, esquecer que a nossa jovem democracia portuguesa tem amigos e inimigos no estrangeiro e que a acção de uns e de outros pode influenciar no sentido positivo ou negativo a situação política portuguesa.

E do maior interesse para a consolidação e o reforço da democracia em Portugal o alargamento e intensificação das relações de amizade e cooperação com todos os povos. Relações entre os Estados, no quadro da nova política externa portuguesa. E relações entre as forças democráticas e populares.

A este respeito, a visita da delegação do Partido Comunista Francês dirigida pelo camarada Georges Marchais é particularmente significativa.

Ela constitui um importante passo para o reforço dos laços tradicionais de amizade e cooperação entre os nossos dois partidos, tendo em conta a nova situação criada pela liquidação da ditadura fascista e a instauração de uma ordem democrática em Portugal.

Ela constitui uma importante contribuição para o estreitamento dos laços de amizade e solidariedade recíprocas entre a classe operária portuguesa e a classe operária francesa, entre o povo português e o povo francês, entre as forças democráticas e progressistas da França e de Portugal.

Ela constitui finalmente uma contribuição para o desenvolvimento das relações de amizade entre a França e Portugal, relações de cooperação no domínio económico, cultural, científico e técnico.

O facto de que vivem e trabalham em França muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses coloca problemas diversos ao nível das relações estatais, assim como da actividade política e sindical.

Nós, comunistas portugueses, temos em alto apreço a actividade do Partido Comunista Francês em defesa dos interesses dos trabalhadores emigrados e pela satisfação das suas justas reivindicações.

Os nossos dois partidos são grandes partidos operários e grandes partidos nacionais, que defendem e encarnam simultaneamente os interesses da classe operária e os interesses das respectivas nações. Ambos os partidos agirão para que se desenvolvam as relações mutuamente vantajosas entre os dois países, fundadas nos princípios de igualdade, da não ingerência nas questões internas, do respeito pelos interesses recíprocos e pela soberania.

Com a classe operária e o povo trabalhador, com as outras forças da democracia e do progresso social, tudo faremos para estreitar a amizade e a cooperação do povo de Portugal com o povo da França.

Fazemos sinceros votos de melhores êxitos na actividade do Partido Comunista Francês para as mudanças democráticas profundas na sua própria pátria, pela instauração em França daquilo a que chama uma democracia avançada.

Viva o glorioso Partido Comunista Francês!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Francês, entre a classe operária portuguesa e a classe operária francesa, entre o povo de Portugal e o povo de França!

Viva a liberdade e o progresso dos povos!

Viva a grande causa do comunismo!

informação

- O camarada Nikola Podgorny, presidente do Soviete Supremo da União Soviética visitará, oficialmente, a Tanzânia em Dezembro.
- Em Bogotá, um deputado colombiano, Gilberto Zapata, exigiu a abertura de um inquérito para apurar a veracidade de denúncias segundo as quais médicos estrangeiros, provavelmente americanos, utilizam os soldados do país como cobaias, aplicando-lhes vacinas e medicamentos em fase experimental.
- O Partido Republicano dos Estados Unidos parece estar à beira de uma grave cisão. Alguns dos mais destacados dirigentes da ala direita, como o senador Barry Goldwater e o Ronald Reagan, encaram a possibilidade de fundar um novo partido com os republicanos mais conservadores.
- O Governo argentino declarou o estado de sítio para enfrentar a escalada terrorista de extrema-direita e da ultra-esquerda. Cerca de 150 pessoas foram assassinadas desde a morte de Perón.
- No discurso que pronunciou no dia 7 de Novembro, na Praça Vermelha, de Moscovo, perante as tropas em paradas, o marechal Grechko manifestou a sua satisfação e a dos seus camaradas de armas pelo derrocamento do fascismo no nosso país. «Em Portugal — disse — está aberto o caminho para a democratização».
- Durante a semana, o movimento grevista em França empujouse com a adesão de novas categorias profissionais.
- As cotizações do açúcar no mercado de Londres voltaram a subir. Prevê-se que o preço de tonelada de açúcar, actualmente de 559 libras, atinja dentro de pouco tempo 900 libras.
- A força aérea de Israel realizou ataques terroristas contra aldeias libanesas na região de Aroub.
- O presidente Carlos Andrés Pérez, de Venezuela, anunciou que aquele país latino-americano está elaborando um projecto para a nacionalização das indústrias básicas. Os sectores do ferro e do petróleo seriam os primeiros a ser recuperados para a nação.
- Segundo a Comissão de Peritos da Comunidade Económica Europeia, mais de quatro milhões de trabalhadores dos países do Mercado Comum estarão desempregados em Abril do próximo ano.
- O presidente Tito, da Jugoslávia, discutirá em Berlim, durante a sua actual visita à República Democrática Alemã, temas relacionados com o desenvolvimento político de Europa e o aumento do intercâmbio comercial entre os dois países.
- Em França foi criado um novo partido de direita: o Partido das Forças Novas. A maioria dos seus militantes são antigos activistas da Ordem Nova, movimento dissolvido em Junho de 1973 e que tinha um carácter vincadamente fascista.
- Após uma reunião no emirado de Abu Dhabi, foi anunciado um plano de vários Estados árabes do Golfo Pérsico para reduzir os lucros colossais obtidos pelas grandes companhias petrolíferas estrangeiras que operam nessa área. A medida faria baixar o custo do petróleo nos mercados internacionais.
- Os bispos espanhóis, em documento publicado num órgão de informação da Igreja, pediram o reconhecimento do direito de associação e uma maior abertura, como meio de reavitalizar as instituições actualmente em crise.
- O Supremo Tribunal de Atenas publicou um decreto nos termos do qual a «Esquerda Unida» terá de obter um mínimo de 30 por cento dos votos emitidos para poder participar da divisão de lugares na Assembleia que será eleita no próximo domingo.
- A sede de editorial «Gradiane de Publicações», de Madrid, foi assaltada por um comando que identificou como fascista, pintando cruzes suásticas nas paredes. A referência editorial publicou numa revista sua, um artigo sobre os acontecimentos de Portugal.
- O Governo da República de Guiné-Bissau iniciou contactos com o do Senegal para discutir o problema do repatriamento de 60 e 80 mil guineenses refugiados naquele país.
- Um inquérito oficial instaurado em Nova York levou à descoberta de uma rede de corrupção em que estão comprometidos mais de duzentos funcionários do Estado.
- A República Federal da Alemanha decidiu suspender todas as formas de ajuda financeira ao Chile de Pinochet.
- Em Itália, a alta de preços acentuou-se nas últimas semanas. O custo de vida subiu 24 %, em média, em relação aos primeiros dez meses do ano passado.
- Juanita Castro, irmã transida do camarada Fidel Castro, foi detida em Quito, quando se esforçava por entrar, à força, no edifício onde se realizava a Conferência de OEA para fazer uma provocação. Dona Juanita é um dos membros mais destacados do grupo de terroristas Alfa 66, com sede em Miami, nos Estados Unidos, formado por exilados cubanos anti-comunistas.
- O chanceler do Tesouro britânico, Denis Healey, afirmou na Câmara dos Comuns que os países ocidentais serão atingidos por uma recessão tão grave como a crise de 1930, se os Estados árabes não emprestarem aos europeus, 60 bilhões de dólares que têm em seu poder.
- A União Soviética ultrapassou os Estados Unidos como produtor de petróleo e ocupa, actualmente, o primeiro lugar no mundo nesse domínio. A informação foi dada em Moscovo, pelo ministro da Indústria do Petróleo, Valentin Coshine. Em 1975, a URSS produzirá 490 milhões de toneladas de petróleo, o que cobrirá todas as suas necessidades.
- O camarada Alexei Kofayn, primeiro-ministro da União Soviética, voltou a defender a necessidade de um pacto de segurança colectiva para a Ásia, proposta à qual o Governo da República Popular da China se tem oposto tenazmente.
- A proclamação do estado de sítio na Argentina, suscitou imediatos protestos das forças progressistas. Uma das primeiras medidas das autoridades foi a proibição de um comércio que o Partido Comunista Argentino faz realizar na cidade industrial de Córdoba.
- A polícia de Franco dispersou, com violentas cargas, cerca de 2500 trabalhadores da fábrica de automóveis Seat, que se manifestavam no centro de Barcelona contra uma vaga de despedimentos.
- O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, advertiu a África do Sul, em discurso pronunciado na Câmara dos Comuns, de que poderá ser envolvida numa guerra semelhante à do Vietnã, se não retirar as tropas que mantém na Rodésia.
- Até a direita espanhola mais tradicional pede a Franco uma abertura política. O jornal católico «Ya» defende em editorial a criação de associações políticas em Espanha, «antes que seja demasiado tarde».
- Cinquenta professores da Universidade de Montevideo negaram-se a assinar uma declaração, intitulada de «fé democrática» exigida pelo Governo e que na prática é uma adesão ao regime ditatorial vigente no país. Todos preferiram demitir-se a cumprir uma exigência que envolvia um acto de capitulação.
- Portugal e a Tunísia assinaram um acordo tendente ao aumento do intercâmbio comercial entre os dois países. O presidente Bourguiba foi convidado a visitar o nosso país.
- Ao receber uma comissão de dirigentes sindicais, o presidente da República do Brasil realçou o ponto de vista oficial sobre o papel dos sindicatos. O Governo apenas tolerará aquilo a que chama o «socialismo são», isto é, o funcionamento dos sindicatos como instrumento da política da ditadura brasileira.
- Em 1975 a ONU realizará em Dakar uma conferência para discutir o futuro da Namíbia e o futuro do Sudoeste Africano cuja independência, exigida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, não se concretizou ainda devido às manobras da África do Sul.
- Segundo o presidente Leopold Senghor, do Senegal, o Governo francês estaria finalmente disposto a «conceder» a independência ao Território dos Afars e Issas (ex-Somália francesa). A fórmula seria um referendo.
- Mais de 120 000 mineiros das hulheiras americanas entraram em greve devido às manobras patronais tendentes a protelar a assinatura de um novo contrato colectivo de trabalho. A greve afectará a indústria do aço e a produção de energia eléctrica.
- O presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Abdelaziz Bouteflika, acusou as grandes potências capitalistas de eviverem acima dos seus meios, forçando os países do Terceiro Mundo «a pagarem perpetuamente o preço da inflação».
- Médicos de 16 nações que participaram na Conferência Internacional da Asma, em Havana, enviaram uma mensagem ao general Augusto Pinochet, exigindo a libertação de 60 colegas chilenos presos pela ditadura fascista que oprime o povo do Chile.
- Os Estados Unidos venderam a Marrocos várias dezenas de toneladas. Algumas das principais indústrias de armamento americanas criaram departamentos para formação de funcionários especializados em técnicas de persuasão de vendas de armas a governos estrangeiros.
- A convite do ministro dos Negócios Estrangeiros chegará a Portugal no dia 19 o senador Edward Kennedy.
- Por 310 votos contra 268, a Câmara dos Comuns aprovou o Programa do Partido Trabalhista britânico apresentado há dias no discurso da rainha Isabel. O programa prevê a nacionalização de importantes indústrias.
- O presidente Idi Amin, de Uganda, fiel à sua ânsia de exibicionismo, pediu ao presidente da Organização da Unidade Africana que sugira aos países membros daquela organização que não mantenham relações diplomáticas com Portugal.
- O número de desempregados na República Federal da Alemanha aumentou 20 por cento no mês passado, atingindo agora 672 000, o total mais elevado dos últimos seis anos. Por outro lado, 369 000 operários e empregados trabalharam em Outubro em regime de horário reduzido.
- Na Bolsa de Londres o preço do ouro voltou a ultrapassar o preço de 180 dólares por onça, estabelecendo um recorde para os últimos oito meses. A corrida ao ouro é um reflexo de perda de confiança no papel moeda em todos os países capitalistas.

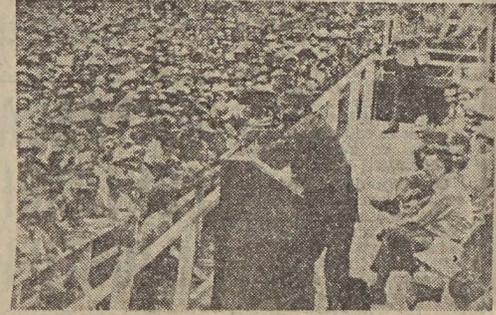
Cardeal brasileiro denuncia a repressão e a tortura

Para denunciar a escalada da repressão, o cardeal, arcebispo de São Paulo convocou uma conferência de Imprensa, durante a qual revelou que protestara junto do chefe da Casa Civil da Presidência da República (cargo equivalente ao de primeiro-ministro) contra a prisão recente de 21 pessoas. Recebera garantias de que os detidos seriam em breve libertados. Mas as autoridades não cumpriram a promessa. «Até hoje — declarou o cardeal — não foram localizados nem soltos.» Posteriormente, a Polícia prendeu dois professores do Centro Brasileiro de Pesquisas Aplicadas — CEBRAP, um médico e um operário metalúrgico: os profs. Paulo Singer e Vinícius Brant, Regis Castro de Andrade e Aurélio Pires. «Falo apenas de nomes confirmados» — sublinhou o cardeal. A censura não permitiu que os jornais publicassem as declarações de D. Paulo Evaristo Arns.

Não há também notícias sobre 14 antifascistas sequestrados pela polícia política há oito meses. Provavelmente, foram todos assassinados. Advogados, parlamentares e familiares dos sequestrados recebem sempre na Polícia a mesma resposta: «Não sabemos nada sobre esse caso.» Enquanto factos como esses ocorrem no Brasil, o Governo do general Ernesto Geisel insiste em proclamar o seu respeito pelos direitos da pessoa humana, e através dos seus porta-vozes, diz-se contrariado pelos «pequenos abusos» cometidos pelas forças da repressão. Na realidade, como salienta «Voz Operária», órgão do Partido Comunista Brasileiro, «a máquina de tortura e assassinio continua funcionando a todo o vapor em todo o país, sem que o Governo, que todos os dias nomeia e demite comandantes militares, sem qualquer restrição, apresente sequer um esclarecimento sobre as numerosas denúncias de sequestros e torturas de presos políticos pelos quais é responsável».

Cuba perde uma votação e ganha uma batalha

Quito capital do Equador, foi, durante alguns dias, palco de uma assembleia que pretende ser continental, mas que nunca representou as aspirações e sentimentos dos povos da América. A IX Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos — OEA fora convocada para debater o levantamento do bloqueio económico imposto à República Socialista de Cuba, em Junho de 1964, sob pressão do imperialismo americano. Ainda na véspera da abertura dos trabalhos, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica afirmou estar certo de que a política de cerco a Cuba seria definitivamente enterrada, pois recebera a garan-



tia de que pelo menos 15 dos 21 delegações presentes votariam a favor do fim do bloqueio. Mas as pressões dos Estados Unidos mudaram o quadro. Na votação final, 12 países pronunciaram-se a favor do levantamento, três — Chile, Uruguai e Paraguai — votaram contra e os restantes seis — EUA, Brasil, Guatemala, Bolívia, Nicarágua e Haiti — abstiveram-se. Como era necessária uma maioria de dois terços, 14 votos, a política do bloqueio mantém-se.

A Reunião da OEA, como todas as anteriores, foi uma farsa. Em primeiro lugar Kissinger não apareceu. Mandou funcionários subalternos do Departamento de Estado. O Governo de Washington já tinha decidido previamente qual seria o resultado da sessão e Kissinger não quis expor-se ao ridículo e ao desgaste político resultantes de um jogo com cartas marcadas. Forçando a abstenção de dois ou três países que haviam prometido votar contra o bloqueio, os EUA conseguiram o que pretendiam. Mas apenas no plano formal. Encerrada a Reunião, os representantes da Costa Rica, da Colômbia e da Venezuela anunciaram que os seus países passariam por cima da decisão da OEA e restabeleceriam relações diplomáticas e comerciais com Cuba.

Tudo leva a crer que outros países latino-americanos seguirão o mesmo caminho. A OEA, como muito bem disse o camarada Fidel Castro, não passa de um circo de «marionetas» onde, em termos de votação, prevalece sempre a vontade do imperialismo norte-americano.

Cuba não pretende nada da OEA, não quer voltar à OEA. São os países membros da OEA que, unilateralmente, decidem, um após outro, restabelecer relações com Cuba. O México nunca rompeu com Havana. O Peru, o Panamá e a Argentina mantêm as mais cordiais relações com a pátria de Martí. Agora, são a Costa Rica, a Colômbia e a Venezuela que se rebelam contra os ordens de Washington, e condenam o bloqueio e se preparam para designar embaixadores para Havana.

Quem saiu derrotado da farsa de Quito foi o imperialismo americano.

Comunistas indianos vítimas da violência e do ódio das direitas

Cinco comboios que transportavam trabalhadores para um grande comício no Norte da Índia foram atacados por grupos de provocadores mobilizados por um movimento direitista, chefiado por Yaprakash Narayan. Mais de cem simpatizantes do Partido Comunista da Índia ficaram feridos e 20 foram internados em hospitais.

O pretexto para a agressão foi a contramanifestação promovida pelo PCI para responder à campanha que visa a dissolução da assembleia legislativa do Estado de Bihar.

Os comunistas são com frequência acusados pela reacção de serem intolerantes e pouco abertos ao diálogo. Os factos demonstram diariamente o contrário em todo o mundo capitalista. Na Índia, por exemplo, Narayan pretende ser um «pacifista». Mas quer dissolver, pela força, uma assembleia legislativa que foi eleita constitucionalmente. Quando aqueles que na Índia aceitam o pluralismo ideológico quiseram, ordenadamente, exprimir a sua discordância quanto aos métodos desse estranho movimento pacifista, o que se viu? Foram agredidos à navalhada e à paulada pelos adeptos das soluções de força ditadas por uma minoria. Mais sintomática, ainda, é o facto de as principais vítimas da violência irracional dos pseudopacifistas terem sido comunistas e simpatizantes.

Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo...

A Royal Dutch Shell anunciou em Londres que o seu lucro líquido quase duplicou no terceiro trimestre do ano em relação ao mesmo período de 1973. De 167 milhões de libras esterlinas passou para 304 milhões.

As grandes sociedades multinacionais que controlam a extração e distribuição do petróleo fora do mundo socialista continuam a queixar-se dos prejuízos que estariam sofrendo devido ao aumento dos preços imposto pelos países produtores de hidrocarbonetos. Mas os números desmentem essas lamúrias. O volume de vendas anuais da Exxon (Standard Oil), da Shell, da Texaco, da Gulf Oil, da British Petrol e da Mobil supera presentemente a casa dos 40 bilhões de dólares. Nunca ganharam tanto dinheiro, à custa da exploração das riquezas dos povos do Terceiro Mundo. O balanço da Shell é esclarecedor. A cherosa Shell cujas vendas anuais correspondem a mais do dobro do rendimento nacional bruto do povo português.

A demagogia do presidente Banzer e a resposta do povo boliviano

No dia 7 registou-se na Bolívia mais uma tentativa de golpe de Estado. Um batalhão de «erangos» rebelou-se na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na zona oriental do país, e, com o apoio do civis armados, conseguiu controlar a região durante sete horas.

Segundo as agências noticiosas, o Governo teve de mobilizar importantes forças para domar os rebeldes. O número de mortos e feridos é desconhecido porque as autoridades impuseram uma rigorosa censura à imprensa, facto que motivou um enérgico protesto da Associação dos Corres-

pondentes Estrangeiros em La Paz, capital do país.

Posteriormente, o presidente Hugo Banzer dirigiu uma mensagem à nação, responsabilizando a extrema-direita pela tentativa militar. Declarou ainda que vai governar o país com mão de ferro e revelou que até 1900 não haverá eleições.

Na Bolívia os golpes militares são acontecimentos quase triviais. Desde 1824, ano da independência, ocorreram no país 198 rebeliões armadas. Sobre a última, as poucas informações recebidas são confusas, contraditórias e de fontes oficiais. O presidente Banzer apressou-



se a denunciar os rebeldes como elementos ao serviço da extrema-direita e particularmente da chamada Falanga Socialista Boliviana, partido que defende publicamente teses fascistas. Mas ele próprio é velho simpatizante da Falanga e a sua mensagem confirma que a ditadura boliviana decidiu enterrar todas as promessas de liberalização. As eleições, que inicialmente estavam previstas para este ano, foram sucessivamente adiadas, e agora desapareceram do calendário político. O facto de estar envolvido no golpe o batalhão de erangos da Santa Cruz apenas demonstra que as bases de sustentação militar de Banzer entraram em processo de desagregação. Essas tropas especiais foram organizadas e treinadas pela CIA para combater a guerrilha de Che Guevara, em 1967, e, em 1971, desempenharam um importante papel no golpe fascista que derrubou o Governo progressista do general Juan José Torres. Agora, a própria direita militar apresenta-se dividida. Comandando pessoalmente as unidades que dominaram a intenção, Banzer procura dar ao mundo a aparência de uma unidade das Forças Armadas que, na realidade, não existe. O descontentamento no seio do Exército é cada vez maior e nos últimos meses o Governo foi forçado, para controlar a situação, a prender e deportar numerosos oficiais. Apesar das suas imensas riquezas em minérios e petróleo, a Bolívia é o país mais pobre e atrasado da América do Sul (170 dólares de renda «per capita»). Os Estados Unidos exercem um «controlo» absoluto sobre a vida económica e política e o presidente Banzer e os altos comandos das Forças Armadas desempenham o papel de simples intermediários das vontades da Casa Branca e do Pentágono. Em Janeiro, para enfrentar uma revolta de camponeses no Departamento de Cochabamba, o Governo desencadeou uma sangrenta repressão militar.

As pretensões de Banzer a tornar a actual ditadura fascista ainda mais dura não diminuem, entretanto, a combatividade da classe operária boliviana — cujo núcleo principal são os mineiros de Oruro e Catavi — que é uma das mais organizadas e heróicas da América Latina. Por outro lado, a divisão das Forças Armadas aprofundou-se. Os manifestos dos jovens oficiais patriotas contra o domínio imperialista correm de mão em mão pelo país.

De assassino a herói

O tenente William Calley já está em liberdade. O único oficial norte-americano condenado pela sua participação no histórico massacre de My Lai, no Vietnã, em que participaram muitos camaradas seus, foi libertado, cumprindo apenas três dos dois anos de pena. Inicialmente, fora condenado a prisão perpétua. E no tribunal ficou claro que os responsáveis eram muitos. Mas a sentença foi reduzida. Primeiro, a 20 anos; depois, a 10. Milhões de americanos da «maioria silenciosa» local começaram a pro-

mover campanhas de solidariedade a Calley e milhares de cartas principiaram a chegar à Casa Branca e o Supremo Tribunal Federal dos EUA. Calley recebeu ofertas fabulosas para escrever as suas memórias, para fazer filmes, para discursar perante organizações conservadoras. Tornou-se um herói para certo tipo de americanos da classe média.

Os Estados Unidos são um país onde a opinião pública, ou pelo menos grande parte dela, tem memória fraca. Quando os horrores de My Lai foram divulgados, a nação reagiu com indignação contra os responsáveis. O povo percebeu que My Lai não era um incidente isolado, mas uma verdadeira radiografia da guerra criminosa do Vietnã. Exigiu-se uma punição exemplar para os autores da chacina.

Hoje, Calley está em liberdade. O assassino foi transformado em herói. Os seus cúmplices nunca foram punidos. Mas, as crianças, as mulheres, os homens da aldeia de My Lai estão mortos. Os Estados Unidos esqueceram tudo...



mission chilena terá como tarefa principal estudar com os seus colegas brasileiros a formação de um «eixo anticomunista» no chamado cone sul do Continente, projecto exposto pelo general Augusto Pinochet durante a sua recente visita ao Brasil. Os jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro não cessam ir tão longe, mas revelaram que os oficiais chilenos discutiram problemas relacionados com o treino de colegas seus no Brasil, como parte de um plano comum de combate às forças populares que se opõem, internamente, aos respectivos regimes ditatoriais.

Entre as ditaduras chilena e brasileira existe uma cooperação íntima que nasceu logo após o golpe de Estado que derrubou o Governo popular de Salvador Allende. O Brasil apressou-se, nessa altura, a enviar para Santiago os seus melhores especialistas em técnicas repressivas para ajudar os generais fascistas chilenos na tortura e interrogatório dos patriotas amontoados no Estádio Nacional.

A actual missão parece, porém, ter objectivos mais ambiciosos do que a simples troca de experiências entre militares fascistas. Segundo a agência Prensa Latina, o Governo brasileiro está fornecendo armas ao Chile e prepara-se para vender ao Exército de Pinochet tanques anfíbios Urutu e Cascavel, capazes de desenvolver uma velocidade superior a 110 quilómetros por hora. O subimperialismo brasileiro não está, apenas, interessado em assumir o «controlo» de uma parcela das riquezas naturais do Chile e particularmente do cobre. A venda de tanques e outras armas teria um fim essencialmente político-militar: estimular os militares chilenos a lançarem-se numa aventura que contaria com o patrocínio do imperialismo americano.

Provocar um conflito entre o Chile e o Peru seria a meta última de todas essas manobras.

O camarada Fidel Castro, primeiro-ministro de Cuba, vem repetidamente denunciando os perigos da política expansionista do Brasil em toda a América do Sul e lembrou já que a solidariedade à revolução peruana é, no momento, uma tarefa prioritária para todas as forças democráticas e progressistas do Continente americano.

O projecto brasileiro de formar um «eixo anticomunista» que englobaria, sob o comando do Brasil, a Bolívia, o Paraguai, o Chile e o Uruguai constitui uma ameaça para toda a América Latina. É sob as bandeiras do anticomunismo mais primário que a reacção age naquele Continente.

A crise económica em Israel e a situação dos trabalhadores

O novo programa económico anunciado pelo Governo de Israel provocou uma vaga de descontentamento popular. A libra israelita sofreu uma

desvalorização de 42 por cento, o que se traduziu numa subida generalizada dos preços. O pão passa a custar o dobro e o açúcar o triplo.

O Governo afirma estar disposto a aplicar uma política de austeridade e a reduzir drasticamente as importações; mas os trabalhadores reagiram imediatamente às primeiras medidas oficiais e manifestaram-se ruidosamente em frente dos seus sindicatos, reivindicando aumentos salariais imediatos. Israel está a começar a pagar o preço da sua política de agressão e aventureirismo. Um país que gasta bilhões de dólares em armamentos e que não dispõe de recursos próprios para sustentar a política belicista dos seus governantes tem por força de enfrentar situações críticas como a actual. A solução que o Estado israelita procura para os seus problemas financeiros é uma solução contrária aos interesses do povo. Fala em austeridade, mas quem terá de suportar as consequências dessa política será o povo. Os preços sobem assustadoramente, mas o Governo de Telavive pretende manter os actuals níveis salariais. Ignora os protestos dos trabalhadores e reafirma o propósito colonialista de não se retirar das terras árabes conquistadas pelas armas.

É um facto positivo que o povo manifesta hoje com veemência cada vez maior a sua oposição à política suicida do grupo sionista que controla o Poder. Num colóquio realizado na Universidade de Telavive vários parlamentares exigiram negociações directas com a Organização de Libertação da Palestina. Um deputado, Mair Jayim, desceu ao fundo do problema. «Os americanos — disse — talvez sejam quem tem mais interesse em perpetuar o estado de guerra na região.»

África do Sul expulsa da Assembleia da ONU

A África do Sul foi expulsa no dia 12 da actual sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A decisão partiu do próprio presidente, o argelino Abdelaziz Bouteflika, sendo o desfecho lógico dos debates travados sobre o problema. Mas o embaixador dos EUA, John Scell, impugnou a medida, exigindo uma votação imediata sobre o assunto. O resultado foi de 91 votos a favor, 22 contra e 19 abstenções.



A expulsão da 29.ª Assembleia não significa, contudo, a expulsão da África do Sul das Nações Unidas.

A atitude assumida pela Assembleia Geral da ONU não provocou surpresa. As promessas de «reabilitação», as garantias de grandes transformações na África do Sul dadas pelo primeiro-ministro Balthasar Vorster não iludiram a Comunidade das Nações. Poucos dias após fazer todas essas belas promessas, Vorster apressou-se, aliás, a desmentilas, indirectamente, numa entrevista ao «Daily Express», de Londres. Foi categorico ao afirmar que a África do Sul não tem a menor intenção de acabar com a política do «apartheid», isto é, com a segregação racial, com o ódio criminoso da maioria africana por uma minoria aggrupada em torno de um partido fascista.

A fome causa mais vítimas do que as piores guerras

Os trabalhos da Conferência Mundial da Alimentação, promovida em Roma pela FAO, a organização especializada das Nações Unidas, caracterizaram-se por severas críticas dos países do Terceiro Mundo à política de egoísmo e insensibilidade das grandes potências capitalistas. Foram formuladas acusações particularmente duras aos países imperialistas que realizam investimentos colossais para produzir e vender anualmente (por bilhões de dólares) às pequenas nações latino-americanas, asiáticas e africanas, armas destinadas à repressão e a guerras fratricidas.

O director-geral da FAO, Addeke Boerma, aludiu à realização de consultas entre os principais países importadores e exportadores de cereais, no sentido da constituição de uma reserva de emergência de 10 a 12 milhões de toneladas de trigo, destinada a fazer frente a situações de dramática escassez nos próximos meses. Essas esperanças, para serem concretizadas, exigiriam uma cooperação sincera das grandes potências capitalistas. E isso não parece provável. O próprio senador norte-americano Hubert Humphrey, presente em Roma, colocou em posição insustentável a delegação do seu país, ao lamentar que não tivesse sequer garantido o auxílio de 4 milhões de toneladas de cereais aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos. Como muito oportunamente sublinhou a delegação peruana, «a garantia de uma segurança alimentar mundial é da responsabilidade da comunidade internacional». Não menos esclarecedora, foi a intervenção do chefe da delegação colombiana, quando lembrou que, actualmente, morrem todos os dias de fome tantas pessoas como as que pereciam cada 24 horas durante a Segunda Guerra Mundial.

A «curiosidade» de Willy Brandt e a arrogância dos Estados Unidos

A bordo de um avião, entre Lisboa e Porto, o jornalista francês Jean Daniel manteve, há dias, uma breve troca de impressões sobre Portugal com Willy Brandt, presidente do Partido Social Democrata da República Federal da Alemanha. Escreveu, depois, na revista que dirige — o «Nouvel Observateur», de Paris — algumas linhas a respeito do que ouviu nesse encontro, proporcionado pelo ministro Mário Soares.

Segundo Daniel, Brandt informou-o de que recebeu «garantias» das autoridades norte-americanas de que não haverá em Portugal uma intervenção «chilena», excepto no caso de uma situação «excepcional». O jornalista francês quis saber o significado preciso da palavra excepcional na opinião dos norte-americanos. Brandt não revelou quais os seus interlocutores. «Mas que significa situação excepcional? Quem decidirá do carácter excepcional da situação? O ex-chanceler germânico ocidental teria abandonado a cabeça e respondido: «Presente-se sempre até onde se pode ir e os riscos que se correm.»

Estranha conversa essa, mantida entre Lisboa e o Porto pelo jornalista francês e Willy Brandt. Em primeiro lugar é surpreendente, chocante mesmo, que o ex-chanceler da RFA se invista a si próprio, sem procuração, na missão de intermediário, de embaixador do Povo Português junto de «autoridades» americanas de alto nível, cujos nomes não quis revelar. Igualmente chocante é a sua preocupação com a hipótese de uma «intervenção» militar dos Estados Unidos, destinada a chilizar Portugal. Não se entende melhor o que quer dizer ao aludir «até onde se pode ir» e aos «riscos que se correm». Mais estranhável, ainda e mais chocante é, porém, a arrogância dos seus interlocutores norte-americanos. Portugal é uma nação soberana e é ao seu povo e apenas a ele que compete construir o futuro, num contexto democrático, em íntima aliança das massas populares com as Forças Armadas,



no rumo fixado pelo Programa do MFA. Os Estados Unidos nada têm a ver com as decisões do Povo Português, e oferecem uma triste prova da sua prepotência quando marcam limites para o que cada povo pode ou não fazer, pacificamente, no tocante à escolha do seu próprio caminho. O que significa realmente esse «excepcional»? A avaliar pelos antecedentes, o Departamento de Estado, o Pentágono e a Casa Branca consideram sempre excepcionais todos os movimentos de qualquer pequeno país para resolver os seus problemas num sentido democrático, progressista e independente, sem consultas e actos de vassalagem perante Washington. O imperialismo americano deveria ter aprendido as lições de uma infundável série de intervenções em todos os continentes que provocaram a repulsa de toda a Humanidade. Mas continua falando como se os EUA fossem o egeus da humanidade.

Não existe a ameaça de uma intervenção norte-americana em Portugal. Mas é sempre oportuno recordar que o nosso País prescinde de intermediários para dialogar com os EUA e não aceita tutelas seja de quem for.

NO MUNDO DO TRABALHO

No âmbito da política de dinamização das tarefas de reconstrução económica e de democratização, o ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, teve no dia 11, uma reunião com as direcções das associações estudantis do ensino médio, secundário e superior de Lisboa e do secretário da Comissão Pró-UNEP (União Nacional dos Estudantes Portugueses).

Na reunião, a segunda no intervalo de cerca de uma semana, participou o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, e o sub-diretor-geral do Ensino Superior.

Dirigindo-se aos delegados dos estudantes, empenhados em participar na tarefa de reconstrução nacional, o titular da pasta do Trabalho lembrou que existe um número elevado de alunos inscritos nas escolas, nas faculdades e liceus que excede largamente a capacidade das salas de aula, problema que o Governo quer resolver da forma mais conveniente, «absorvendo o maior número possível de alunos nos estabelecimentos de ensino e procurando outras soluções que sirvam da melhor forma os interesses dos estudantes, os interesses do País e do Povo Português».

Referindo-se à mingua de instalações herdada do fascismo, o ministro disse estar certo de que os jovens, momentaneamente impossibilitados de assistir às aulas, corresponderão ao apelo no sentido de se ocuparem na reconstrução do País, em vários sectores de actividade, designadamente, na construção de bairros de renda económica, edificação de escolas, electrificação das povoações mais desfavorecidas, nas campanhas de alfabetização, higienização, esclarecimento, etc.

«Podemos utilizar para concentração dos estudantes, em algumas zonas do País, as instalações da FNAT», disse ainda o ministro Costa Martins, acrescentando: «procurarei que sejam conseguidos os meios necessários às vossas deslocações e dar-vos-ei ainda todo o apoio necessário para a vossa perfeita actuação».

Concretizando a distribuição de tarefas, o estudante João Franklin, da Faculdade de Medicina, leu uma resolução aprovada, no último fim-de-semana, em Coimbra no Encontro Nacional das Direcções das Associações Estudantis, na qual o convite do Ministério do Trabalho à massa estudantil é aceite unanimemente.

A iniciativa em curso vai ser dada a maior e mais entusiástica divulgação, a fim de se mobilizar o maior número possível de estudantes, dirigindo esse convite especialmente aos alunos que vão entrar pela primeira vez nas escolas, disse ainda aquele estudante.

• Pela unidade contra as represálias

«Os trabalhadores estão atentos não concederão luz verde à reacção», afirmam os Sindicatos de Empregados de Electricidade e Caldeiras de Aveiro, dos Metalúrgicos do mesmo distrito e dos Marceneiros do Porto, num comunicado conjunto, em que denunciam publicamente as manobras reacção da administração da Moláflex, de S. João da

Madeira e, especialmente, de eum dos seus elementos mais bem pagos». Segundo aquele comunicado, esse elemento tem tentado lançar a divisão entre os trabalhadores, utilizando processos indignos, como promoções, aumentos salariais, etc. É, além disso, responsável pela não reintegração de um trabalhador despedido e por represálias contra a unidade dos trabalhadores, impondo-lhes multas de um dia de salário por mês.

• Necessidade de saneamento

Os trezentos e cinquenta trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, do Porto, que através da sua Comissão Sindical, têm tentado, por todos os meios justos, acabar com as injustiças de que são vítimas, estão apressivos com a demora que se está a verificar no saneamento de dois directores e de um outro elemento, já afastados daquele organismo, mas ainda a assinarem as folhas de pagamento, contra as decisões dos trabalhadores aprovadas em assembleias plenárias.

Os trabalhadores mantêm-se insubmissos nas suas reivindicações e, por seu lado, a Comissão Sindical afirma que os problemas dos trabalhadores e, neste caso, dos trabalhadores dos SMGE, nunca serão resolvidos nas suas costas.

• Contra prepotências e arbitrariedades nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto

«O 25 de Abril parece não ter conseguido ainda transportar estes portões», afirmam os trabalhadores da célula do nosso Partido nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto, denunciando as manobras represivas e de intimidação a que a administração pretende submetê-los.

«Nós, trabalhadores dos STCP, temos sido impedidos de viver aqui o clima de liberdade que nos permita tratar seriamente dos graves problemas herdados do fascismo e que permanecem sem alterações», afirmam os nossos camaradas.

«Quando os trabalhadores dos STCP pretenderem criar uma comissão que defenda os seus interesses, a Comissão de Gerência antecipou-se, lançando-se apressadamente na constituição de um «Conselho de Pessoal» a funcionar junto do Conselho de Administração e de Gerência. A manobra tornou-se bem evidente ao ser publicado o regulamento desse conselho, feito sem a menor participação dos trabalhadores. Esse órgão tem apenas funções consultivas e informativas em relação a todos os assuntos, excepto no que diz respeito à «matéria disciplinar».

Porquê esta excepção para a matéria disciplinar? «Porque, comprometendo os trabalhadores na fiscalização disciplinar dos seus colegas e podendo-os a colaborar directamente com a Administração e a Gerência, será extremamente fácil criar a divisão e, implicitamente, reduzir a força dos trabalhadores», respondem os nossos camaradas dos STCP.

Denunciando uma actividade represiva de tipo policial, incluindo destruição de cartazes do PCP, nosso Partido, e «investigação sobre a possível filiação partidária de trabalhadores», os nossos camaradas afirmam que esta campanha tem, pelo menos, um propósito imediato de intimidação que nos faz lembrar os métodos de que o patronato mais reacçãoário do nosso País se mostra saudosos.

Acrescentando que a situação

reflece bem a ausência de saneamento nos STCP e a necessidade urgente de que ele se verifique, os nossos camaradas do Porto terminam exigindo emendas sérias contra as prepotências e as arbitrariedades que temos continuado a suportar» e a concretização de «um rigoroso e urgente saneamento nos Serviços de Transportes Colectivos do Porto».

• Quarenta mil trabalhadores abrangidos por um novo acordo colectivo

Com aumentos de salários que, relativamente ao Contrato Colectivo anterior (28/2/71) chegam a atingir 100 por cento, vai entrar em vigor uma nova convenção colectiva para 40 000 trabalhadores da indústria de bolachas e chocolates.

O acordo, que resultou de negociações directas dos Sindicatos dos Operários Confeitores do Distrito do Porto e do Pessoal da Indústria de Doçaria do Distrito de Lisboa com o Grémio dos Industriais do sector, contou com o apoio técnico dos Serviços de Acção Social do Ministério do Trabalho e tem força de lei, sendo obrigatório o seu cumprimento integral pelas partes contratantes.

Os despedimentos sem justa causa ficam proibidos e nenhum trabalhador poderá ser despedido com justa causa, sem previamente lhe ter sido movido um processo disciplinar.

As férias atingem trinta dias úteis (no contrato anterior não iam além de vinte) e são remuneradas com um subsídio de 100 por cento do salário mensal.

Há ainda vantagens apreciáveis para os trabalhadores no que respecta a horas extraordinárias, trabalho em dias feriados, subsídio de alimentação e cantina-refeitório.

A nova tabela salarial varia entre 8000\$00 (mestre ou técnico) e 3700\$00 (operária de 2.ª). Para os aprendizes, os salários vão de 2200\$00 a 2800\$00.

• Continuam a existir dois sindicatos: um para os químicos, outro para as moagens

Os trabalhadores devem estar alertados e ser constantemente vigilantes contra as manobras divisionistas que procuram infiltrar-se e ganhar adesões, utilizando um palavreado falsamente revolucionário e invocando, por vezes, a unidade para melhor a desfrutarem.

Os incidentes entre alguns elementos dos Sindicatos dos Químicos e dos Plásticos, que estão a ser objecto de inquérito, vieram recentemente chamar a atenção (vide artigo no nosso número anterior) para a necessidade de reforçar sem quebras a verdadeira unidade dos trabalhadores e desmascarar as manobras em contrário que, no caso citado, chegaram até à agressão física e a outras violências.

Relacionado com o Sindicato dos Químicos, o Ministério do Trabalho publicava, entretanto, um esclarecimento que, pelo seu valor de advertência, se transcreve na íntegra:

1. Algumas empresas moageiras têm-se dirigido ao Ministério do Trabalho a fim de averiguarem para quem devem dirigir os descontos dos seus trabalhadores, se

para o Sindicato das Moagens, se para o dos Químicos.

2. Este Ministério informa que continuam a existir dois organismos sindicais: um dos Químicos, outro das Moagens. A alteração desta realidade dependerá da vontade expressa pelos respectivos trabalhadores sindicalizados, em assembleias gerais convocadas para esse efeito e realizadas democraticamente por cada um dos Sindicatos.

3. Se da parte dos corpos gerentes de um daqueles organismos está em curso uma tentativa de integração, ou fusão, o Ministério do Trabalho nada pode sugerir, propor, ou legalizar, enquanto não tiver em seu poder os elementos necessários, o que actualmente não sucede.

4. Assim, as empresas moageiras que tenham dúvidas acerca do Sindicato para onde devem efectuar os descontos dos seus trabalhadores são por este meio informadas de que devem continuar a descontar para o Sindicato das Moagens.

No dia 13 do corrente, o Sindicato dos Profissionais das Indústrias das Moagens, Massas e Similares do Distrito de Lisboa, anunciou para o dia 17, na Voz do Operário, a realização de uma assembleia geral dos seus associados.

Nela se denunciou «publicamente a manobra antidemocrática e completamente ilegal de uma comissão intitulada Comissão Directiva do Sindicato das Moagens, Massas e Similares», que havia marcado «abusivamente» a citada assembleia para «ratificação» da integração do Sindicato das Moagens no Sindicato dos Químicos.

Num comunicado, de que acabamos de citar algumas palavras, o Sindicato das Moagens avisa os trabalhadores que a entrada para essa assembleia será rigorosamente controlada e os únicos corpos gerentes em exercício serão aqueles que os trabalhadores associados reconhecerem como tal.

Com salários de 160\$00 (homens) e 120\$00 (mulheres) e validade por três e seis meses, foram assinadas recentemente convenções colectivas para os trabalhadores agrícolas do Crato e de Alter do Chão.

Conseguiram-se ainda outras regalias importantes quanto a garantia de trabalho, proibição de despedimentos, feriados e transportes.

Com regalias e salários idênticos, foram ainda assinadas convenções colectivas de trabalho para Pinheiro Grande (Charneca), Lagoa (Faro), Ulme (Charneca), Azambuja, Vila Nova de Rainha e Val Paraíso (Santarém).

Resultado da combatividade dos trabalhadores agrícolas, que, através dos seus delegados e comissões, negociam directamente com os proprietários e enfrentam as dificuldades com que constantemente deparam quando defendem os seus direitos mais elementares, os acordos colectivos são insubstituíveis na tarefa de organizar e consciencializar os trabalhadores agrícolas, cujos interesses eram sistematicamente desprezados ou atacados no tempo do fascismo.

A organização sindical dos trabalhadores dos campos é uma tarefa imprescindível na democratização da vida nacional.

AGUDIZA-SE A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NÃO SINDICALIZADOS DO PORTO DE LISBOA

Para o porto de Lisboa, onde os problemas se agudizam, foi nomeado um grupo de trabalho com a missão de estudar, no mais breve prazo, a reorganização dos serviços portuários, de modo a acabar com situações de flagrante injustiça herdadas do fascismo.

Num importante despacho de 8 do corrente, a Secretaria de Estado do Trabalho encara frontalmente uma das questões mais graves que afectam diariamente grande parte dos trabalhadores portuários não sindicalizados. (Todas as madrugadas aparecem na Casa do Conto do porto de Lisboa 1400 homens para os trabalhos do dia. Muitas centenas voltam para trás.)

O facto de ser o Sindicato que dirige o recrutamento de mão-de-obra, para além de lhe retirar o carácter representativo da classe e o transformar num informediário entre entidades patronais e trabalhadores, apresenta o grave inconveniente de fomentar um clima de cisão entre sócios e «trabalhadores da rua», para além de estabelecer restrições à sindicalização, incompatíveis com a via democrática que segue o seu curso em Portugal, e ilegais mesmo em relação ao próprio diploma legal que regula a formação dos sindicatos criados pelo regime fascista — assinala aquele despacho, assinado pelo

secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, determinando que:

Todos os indivíduos maiores de 18 anos que exerçam a profissão de estivador ou profissional de tráfego portuário, como «homem da rua», com carácter de continuidade, há mais de um ano, terão direito à inscrição no respectivo Sindicato.

Acrescentando que as funções de recrutamento do pessoal necessário aos serviços de estiva e tráfego do porto de Lisboa conferem aos sindicatos não a natureza de organismos representativos da classe, mas de uma autêntica agência de recrutamento, o aludido despacho acrescenta que tal situação, constituindo uma aberração sindical, vai contra a letra e o espírito do Programa do MFA, que é também o Programa do Governo Provisório, o qual, pretendendo garantir a livre actividade sindical, terá de pressupor, como direito inalienável do trabalhador, a sua livre sindicalização.

Organismos dotados de quadros, como qualquer entidade patronal, os Sindicatos dos Estivadores e do Tráfego Portuário fazem depender a admissão de vagas nesses quadros e não do exercício da profissão, situação aberrante que não poderá manter-se. É inimaginável um organismo sindical em que na admissão como sócio os próprios laços de sangue conferem prioridade sobre o exercício da profissão, em que — como restrições absolutamente inadmissíveis — se

exige um registo criminal limpo, escolaridade obrigatória e idade máxima de 35 anos.

Grave consequência do regime derubado em 25 de Abril — assinala aquele despacho — as condições de trabalho no porto de Lisboa têm de ser urgentemente libertadas de processos desumanos e das decisões unilaterais de quem recruta.

Não se pode continuar a permitir que interesses adquiridos, prejudicando o direito ao trabalho e retirando a centenas de trabalhadores o único meio de angariar o seu sustento e o das suas famílias. A existência de estatutos alegadamente sindicais que autorizam essas situações discriminatórias não pode hoje evitar que sejam defendidos os direitos mais elementares dos trabalhadores.

Foi para fazer valer esses direitos que a comissão dos trabalhadores portuários não sindicalizados do porto de Lisboa esteve, em 12 do corrente, no Ministério do Trabalho, sendo recebida juntamente com membros das direcções dos Sindicatos dos Estivadores, Tráfego e Conferentes, pelo Ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, e pelo secretário de Estado da mesma pasta, dr. Carlos Carvalhas. Como se comprovou pelo teor do despacho que temos vindo a aludir, a posição do Ministério do Trabalho é a de salvaguardar os direitos irrecusáveis dos trabalhadores portuários, lembrando a necessidade de conciliar interesses não antagónicos para que não se quebre a unidade dos trabalhadores, para que não se lancem trabalhadores contra trabalhadores, como referiu o secretário de Estado daquela pasta.

Enquanto se aguardam as conclusões de um grupo de trabalho que estuda os mecanismos necessários a uma disciplina portuária organizada e à regulamentação da actividade nos portos, aquele secretário de Estado, que teve, em 12 do corrente, uma reunião com os elementos dos corpos gerentes dos Sindi-

catos dos Estivadores, dos Profissionais do Tráfego e dos Conferentes, chamou a atenção dessas direcções para o estudo atento dos termos do citado despacho que reconhece o direito de sindicalização aos «homens da rua». Pediu que o referido documento seja analisado com tempo e calma para apresentarem por escrito, dentro de uma semana, as objecções que o mesmo lhes suscitasse e que certamente não poderão ir contra o Programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório, quando, ao garantir o livre exercício da actividade sindical, pressupõe, como direito inalienável, a livre sindicalização dos trabalhadores.

Também no que respeita aos portos do Douro e Leixões, se tem procurado reparar situações difíceis, herdadas do fascismo. O Ministério do Trabalho tem tomado uma série de medidas provisórias para minorar algumas injustiças mais flagrantes, enquanto não entra em vigor uma regulamentação do trabalho portuário.

Essas medidas, aplicáveis em circunstâncias diferentes das de Lisboa, estão relacionadas com a actuação do grupo de trabalho constituído para estudar as condições de recrutamento dos estivadores e outros profissionais dos portos do Douro e Leixões, que deve apresentar as conclusões do seu estudo nos primeiros dias de Janeiro.

Entretanto, através do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, era garantido o salário mínimo nacional até 31 de Dezembro próximo aos carregadores e descarregadores de terra e mar que fazem parte das escalas de efectivos e auxiliares e que não encontrem trabalho.

Apoiem-se os estivadores e profissionais de tráfego que se movimentam para verem satisfeita, entre outras reivindicações legítimas e urgentes, uma garantia de trabalho que actualmente não existe e cria diariamente situações dramáticas para centenas de trabalhadores.

A SITUAÇÃO NO SINDICATO DOS MOTORISTAS DO PORTO

O clima de agitação e, sobretudo, de divisão, existente no seio dos motoristas do distrito do Porto, culminou com os incidentes graves registados na assembleia geral do passado dia 11, que levaram ao encerramento dos serviços do sindicato pelas autoridades.

Os actos de agressão sucedidos naquela assembleia, conduzindo à sua dissolução, impediram que fosse concretizada a ordem dos trabalhos, a qual incluía a discussão e aprovação do Regulamento Eleitoral e a marcação da data das eleições, com que se pretendia normalizar a vida do sindicato e dotá-lo de corpos gerentes representativos.

Como pretexto para a criação deste clima, que se tem vindo a agudizar desde há meses, está o problema do modo de atribuição de 175 licenças de táxi para a cidade do Porto e a decisão tomada em anterior assembleia geral, após diversas reuniões e contactos com motoristas de todos os sectores, de atribuição prioritária das licenças aos motoristas de táxi.

Jogando na divisão dos motoristas em torno do problema das licenças, o que alguns procuram fundamentalmente é desviar o sindicato do seu objectivo principal — a defesa dos interesses de classe de todos os motoristas e a sua participação na defesa e construção da democracia.

Esta situação dificulta igualmente o funcionamento normal do sindicato, num momento em que os despedimentos e o não cumprimento dos contratos por parte das entidades patronais se sucedem, em que se está a negociar um novo horário de trabalho para os motoristas dos transportes públicos de passageiros.

É evidente que a agitação e as manobras de divisão que se sucedem, criando um estado de confusão entre muitos motoristas, em nada favorece a unidade da classe, e, consequentemente, enfraquece a posição do sindicato face ao patronato na resolução daqueles problemas e

no avanço para a negociação de novas convenções colectivas de trabalho.

Enquanto o mercado de trabalho nacional continua a apresentar um elevado índice de desemprego (ainda que Agosto para Setembro) em ciscoção (tinha melhorado) e os pedidos de emprego registados no SNE (11 por cento de acréscimo de Agosto para Setembro) em alguns sectores assistidas a tentativas desenfreadas de despedimentos colectivos.

A intenção é clara. Basta analisarmos os sectores de onde partem estas manobras que se compreendem num desmascarado plano de sabotagem económica. Já por diversas vezes apontamos a raiz desta perturbação desenhada no mercado de trabalho.

Na plataforma de Emergência, aprovada por unanimidade e aclamação no VII Congresso do nosso partido, mais uma vez se salienta que os grandes grupos monopolistas e os latifundiários, os «que foram reis e senhores do Portugal fascista, confirmaram desde o 25 de Abril serem o principal entrave ao progresso do País, ao desenvolvimento económico, à melhoria do nível de vida do povo, à construção de um regime de liberdade».

A resposta firme dos trabalhadores tem constituído, na generalidade dos casos, a arma mais eficaz contra o avanço do boicote económico de parte destes sectores de que a expansão do desemprego é um dos meios.

É neste contexto que se inserem os recentes acontecimentos nas obras de ampliação da Sacor, no Porto. O processo que conduziu a uma grave situação de tensão, iniciou-se com o despedimento de seis trabalhadores portugueses por parte de uma das várias empresas estrangeiras que possuem a empreitada destas obras seguindo-se a tentativa de contratar mais vinte trabalhadores estrangeiros.

Os trabalhadores portugueses não confundem o verdadeiro inimigo e têm consciência de que os colegas estrangeiros, ainda que recebendo salários superiores pelo mesmo trabalho, são igualmente objecto da exploração capitalista, que tenta dividir a classe trabalhadora no seu conjunto. Aliás os trabalhadores estrangeiros aderiram em bloco à paralização do trabalho iniciada pelos colegas portugueses. Por outro lado, sabemos que os investimentos estrangeiros, na actual fase da economia nacional, são necessários. Uma das determinantes desta necessidade é o fracasso do índice de industrialização a nível nacional e a consequente carência de postos de trabalho.

Porém, a esta necessidade imposta pelas circunstâncias não podem sacrificar-se os mais elementares direitos dos trabalhadores. Não se pode continuar a verificar a mesma vergonhosa exploração, o

OS TRABALHADORES DA SACOR CONTRÁRIOS À ADMISSÃO INJUSTIFICADA DE ESTRANGEIROS

mesmo declarado desprezo pelas leis e deveres.

Impõe-se o avanço da estratégia antimonopolista

Numa primeira fase do processo, a Comissão dos Trabalhadores da refinaria viu fracassadas as negociações estabelecidas com o director eng.º Rodolfo de Almeida, nas quais participaram o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e um inspector do Ministério do Trabalho. O ponto de discordância consistia na reivindicação posta pela Comissão dos Trabalhadores, pela qual «os trabalhadores dispensados, antes da cessação dos contratos e antes de serem cumpridas as prorrogações previstas nos mesmos, serão transferidos para a oficina mecânica da Sacor, com direito ao trabalho total». Segundo a administração, representada pelo eng.º Rodolfo de Almeida, não havia lugar para os seis trabalhadores na Sacor, empresa industrial de que são principais accionistas o grupo Espírito Santo, o grupo Português do Atlântico e o grupo Borges e Irmão; empresa que, convém acrescentar, engloba as maiores receitas de toda a indústria transformadora, sendo o seu peso enorme na economia nacional, pois associa perto de vinte empresas de diversos sectores.

A determinação dos trabalhadores em permanecer com a laboração paralisada conduziu a novas negociações, das quais resultou não só a admissão dos colegas despedidos como ainda a garantia de que não se verificaria o estabelecimento de novos contratos de trabalho com mão-de-obra estrangeira, podendo a Comissão dos Trabalhadores deslocar-se a Lisboa, a expensas da administração, a fim de contratar mão-de-obra portuguesa qualificada, sempre que as necessidades o imponham.

Mais uma vez a experiência demonstra que a unidade dos trabalhadores é um elemento indispensável na luta contra os atentados de que são objecto, os quais visam criar dificuldades de ordem económica com as repercussões políticas que daí derivam. Mas não basta. É necessário que os trabalhadores sintam apoiados e estimulados no seu esforço de construção de um Portugal democrático. E isso implica o avanço da estratégia antimonopolista definida no Programa do MFA, implica a concretização de «uma nova política social, que em todos os domínios terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras».

IMPORTANTE VITÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA

Resolveu-se finalmente um dos mais prolongados conflitos de trabalho desencadeado desde o 25 de Abril: o que durante cinco meses opôs os trabalhadores e o patronato da Empresa António Alves, de Torres Novas. Já no último número do «Avante!» nos referimos a esta importante vitória dos trabalhadores; é também dela que nos fala um documento da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP, divulgado logo no dia seguinte à resolução do conflito. Nele se afirma, nomeadamente:

Recordamos que tudo começou quando a entidade patronal, em 5 de Junho, alegando má situação financeira,



Camarada: lê e difunde o AVANTE!
Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

despediu onze trabalhadores tendo feito igualmente saber que outros despedimentos se seguiriam.

Os trabalhadores tomaram, de imediato, posição contra esta medida e encetaram um processo de luta traduzido no assembramento das posições da entidade patronal denunciando a administração fraudulenta da direcção da empresa, reclamando a readmissão dos trabalhadores despedidos e o saneamento dos colaboradores da direcção.

Várias negociações foram feitas primeiro pelas Forças Armadas e depois pelo Ministério do Trabalho, mas a despeito da boa vontade sempre demonstrada pelos trabalhadores o conflito caiu num «impasse» frente à intransigência da direcção.

Perante tais factos e esgotadas todas as outras formas de luta os trabalhadores decretaram a paralisação total da empresa enquanto o conflito não fosse resolvido.

A luta atingiu então o seu apogeu. Mais unidos do que nunca em torno da Comissão dos Trabalhadores, por eles eleitos, os operários deram provas de uma elevada maturidade política e de uma grande consciência de classe. Apesar de não receberem salários há muito tempo e de não se apresentar fácil a resolução do conflito, os trabalhadores nunca deixaram de acreditar na vitória final.

picaram também que a solidiedade do Povo de Torres Novas e da classe operária à luta dos trabalhadores da António Alves se manifestasse amplamente através do apoio não só moral mas também financeiro.

O conflito terminou ontem com uma estrondosa vitória dos trabalhadores ao serem aceites pela direcção todas as reivindicações daqueles.

Assim, foi acordada a anulação dos despedimentos, a obrigatoriedade de pagamento de todos os salários devidos, quer os referentes a trabalho prestado quer os referentes ao tempo de greve, o saneamento dos colaboradores da direcção que tinham tratado a luta operária e a proibição de despedimentos sem justa causa, sendo esta apreciada pela direcção e pela comissão dos trabalhadores.

O Partido Comunista Português que, desde o início, acompanhou o desenrolar do conflito, já oportunamente criticara certos erros cometidos pelos trabalhadores na primeira fase daquele e que podem ter retardado a resolução do mesmo, no entanto, tal facto de modo algum invalida a justiça da sua luta e a forma correcta como ela foi dirigida a partir da declaração de greve em 22 de Agosto e que culminou agora com esta grande vitória.

O PCP, vanguarda revolucionária da classe operária, neste momento alto da vida aos trabalhadores de António

Alves, saúda-os calorosamente pelo grande vitória alcançada e aponta a importância desta como contribuição para a luta que a classe operária trava, neste momento, em Portugal, contra o poder capitalista.

EDIÇÕES 70
O LIVRO ABERTO

regua catalogos

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

O CAPITAL (edição popular) de KARL MARX

A obra fundamental de Karl Marx tornada acessível ao leitor comum 130\$00

LUANDA de Luandino Vieira

A 4ª edição de uma obra-prima da literatura africana 70\$00

Av. Duque de Aveia, 69 - 176-659, Telef. 556898 - 572001 - Lisboa

A EMIGRAÇÃO APÓS O 25 DE ABRIL

LISBOA — Nas Jornadas Democráticas que se realizaram em Lisboa, nos dias 1, 2 e 3 de Novembro, promovidas pelo MDP, participaram milhares de democratas debatendo, em livre confronto ideológico, as suas posições sobre a agenda de trabalhos de cada uma das 7 secções em que se agruparam os grandes problemas da actualidade política portuguesa.

Na 3.ª Secção — Custo de vida, Despedimentos e Democratização — foi abordada, em detalhe, a questão da Emigração, suas causas e consequências. No entanto, na maioria das outras secções, esta questão foi discutida, nomeadamente no que diz respeito ao saneamento dos Consúladros e Embaixadas. Nestes debates participaram, activamente, democratas da Bélgica, Alemanha e França, representando Associações Democráticas uns, em seu nome pessoal outros.

Do conjunto de intervenções ressaltam preocupações comuns e posições de fundo que podemos sintetizar nos seguintes pontos:

- 1.ª — A solução do problema emigratório português, passa pelo desenvolvimento socio-económico do nosso País, pela criação de postos de trabalho num número crescente e de melhores condições de vida.
- 2.ª — As eleições livres estão fortemente condicionadas pela impossibilidade de, no estrangeiro, se poder exercer actividade política e também por poder vir a ser atribuída aos Consúladros (ainda não saneados), a responsabilidade das operações de recenseamento, esclarecimento e «controle» da votação.
- 3.ª — A necessidade de combater a sabotagem económica, através da Caixa Geral de Depósitos, intensificando a sua acção junto da Emigração, esclarecendo-a sobre o que as remessas de dinheiro significam para o País e abrindo novas secções nos locais de maior concentra-

ção de Emigrantes. E também, através da acção dos trabalhadores bancários e das respectivas organizações bancárias, quer esclarecendo os seus companheiros-delegados no estrangeiro, sobre as manobras de sabotagem, quer exercendo activa vigilância sobre a admissão do pessoal dessas delegações.

4.ª — A criação e manutenção de laços culturais com o País, começando pela homologação do ensino já dispensado pelas Associações Democráticas, criando escolas, necessárias para os filhos dos emigrantes, e oficializando comissões encarregadas de reestruturar, melhorar e desenvolver o ensino do português na emigração.

5.ª — A constituição de Comissões de Emigrantes, eleitas democraticamente, reconhecidas no mesmo âmbito de comissões idênticas que se constituam, ou se tenham constituído, no País, que terão uma função múltipla sobre o «controle» e orientação dos organismos, associações ou mesmo indivíduos que exerçam actividades, directamente e localmente, junto da Emigração. A elas competirão o «controle» do processo eleitoral caso não se venha a efectuar o saneamento dos Consúladros e se persista na troca de funcionários entre si, mera camuflagem de uma política de tibieza acerca do saneamento do Aparelho Estatal no Estrangeiro.

6.ª — A necessidade do MFA desenvolver, à semelhança do que vem fazendo no País, uma campanha de esclarecimento junto da emigração, quer através da difusão obrigatória dos seus boletins pelos Consúladros e Embaixadas, quer através da ida de equipas itinerantes aos locais de maior concentração de emigrantes portugueses.

Os emigrantes presentes nestas Jornadas Democráticas constituíram-se em Comissão, que se deslocou junto do Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, do ministro de Trabalho, capitão Costa Martins, e do Movimento das Forças Armadas, aos quais fizeram um relato da situação da emigração e a entrega de documentos sobre os seus problemas mais prementes.

Os mesmos documentos, segundo nos informaram, serão entregues também nos organismos do Estado mais directamente ligados, na sua actividade, às questões da Emigração.

As manobras do MEP

RFA — Onde as forças democráticas estiveram menos organizadas, a reacção encontra terreno mais favorável para a conspiração contra-revolucionária, avançando pela tentativa de mobilização (e organização) das massas menos esclarecidas politicamente.

Este facto, bastantes vezes comprovado na prática, aplica-se também, e agora, à emigração.

Para que tal fosse possível, para que a reacção se organizasse, muitos meios foram mobilizados e postos ao seu dispor. Desde os sectores mais reaccionários da Igreja, ao grande capital bancário são amplos e poderosos os apoios à minoria que pretende destruir as conquistas democráticas alcançadas em Portugal.

E o que quer o MEP? Dizendo defender os interesses dos trabalhadores emigrantes, o MEP pretende que seja atribuído sem condicionamentos o voto aos emigrantes. O MEP pretende ignorar que o voto, como opção política consciente do cidadão, é um acto que ganha a sua justificação pela actividade política, pelo confronto ideológico, pela prática diária, pela luta de interesses contraditórios. O MEP pretende ignorar que os emigrantes estão fora dessa actividade política directamente relacionada com o nosso País. Nestas circunstâncias o voto de um trabalhador emigrante é uma opção desnaturalizada que não pode ter o mesmo valor da opção e do voto de um cidadão português que na sua terra tem vivido intensamente os avanços e os recuos da construção da Democracia.

Por outro lado, o esclarecimento sobre a lei eleitoral, o recenseamento e o «controle» da votação estão em projecto, a cargo, no estrangeiro, dos consúladros. Apesar do bailado a que temos assistido — o consúladro aqui vai para acolá e vice-versa — não ocorre qualquer garantia o actual Cerco Consular.

O MEP, de mãos dadas com a reacção internacional, exploradora dos trabalhadores emigrantes portugueses, está também ao serviço das forças que pretendem, no País, manter a exploração do Homem pelo Homem.

As eleições pouco importa que as eleições sejam realmente livres. Pelas posições que toma, torna-se claro que pretende manter na emigração a farsa eleitoral montada periodicamente pela ditadura fascista, para assim reforçar a reacção que no interior do País quer levantar de novo a cabeça.

Assim, na emigração, surgiu, após o 25 de Abril a MEP (Movimento Emigrante Português). Para além da intensa campanha que desenvolve para desacreditar o Governo Português e criar o descontentamento e mau-estar junto dos emigrantes, pretendem realizar manifestações para o dia 29 de Dezembro, em Lisboa e outras junto dos consúladros e embaixadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS A COMISSÃO ADMINISTRATIVA ENFRENTA UMA PESADA HERANÇA

A Câmara Municipal de Oeiras tem hoje uma fisionomia nova e o bulício que se verifica nos átrios e corredores é bem o sintoma de que a burocracia solenota da administração fascista foi definitivamente arreadada. Presentemente, o movimento de pessoas nos Paços do Concelho é constante, umas tomam conhecimento das casas que existem para alugar, outras resolvem os problemas mais diversos.

— É uma pesada herança! Existem presentemente perto de 50 000 pessoas a viverem em 57 núcleos de barracas distribuídos por todas as freguesias do concelho. No entanto, onde o problema mais se faz sentir é na Amadora e em Carnaxide.

Paralelamente à construção de habitações sociais anunciada pelo Governo Provisório, o município tem procurado dotar os bairros de barracas com as condições mínimas de higiene e conforto. Neste sentido, foram já instalados colectores de esgoto e fontanários em alguns locais e tem-se procedido à remoção dos lixos, que alguns casos passou a ser feita diariamente, e dada autorização para a instalação de luz eléctrica nos bairros de barracas que oferecem condições de segurança. Por último, tem existido a preocupação de promover sessões de educação sanitária e de esclarecimento junto dos moradores.

O incêndio da Falagueira — O incêndio na Falagueira que destruiu 75 barracas e deixou sem abrigo cerca de 360 pessoas, a maior parte das quais perdeu todos os seus haveres, obrigou a Comissão Administrativa, e não se, a uma movimentação no sentido de solucionar o problema, muito embora não existissem estruturas adequadas. O movimento de solidariedade foi grande e chegaram doativos de roupa, sapatos, comida, mobília e dinheiro, cuja quantia anda próximo dos 100 contos. Contudo, ao apelo feito pela Câmara aos senhores para que pusessem à disposição dos sinistrados casas eventualmente vagas e que seriam arrendadas segundo os preços legais, apenas dois responderam.

Mal tomou conhecimento dos estragos provocados pelo incêndio, a Comissão Administrativa contactou o Exército, o Governo Civil, o Fundo de Fomento de Habitação e outras entidades de molde a procurar a melhor solução para o acidente. Numa primeira fase o Exército montou tendas e estabeleceu as condições mínimas de habitabilidade com a instalação de retretes, chuveiros e cozinhas, ao mesmo tempo que garantia a assistência. Posteriormente, foi criado um secretariado constituído por representantes do PCP, PS, MDP, Cruz Vermelha Portuguesa e representantes dos sinistrados, a quem caberia a resolução dos numerosos problemas imediatos que surgem e a quem foram entregues os fundos recolhidos.

Apesar dos cuidados dispensados tem-se verificado alguns casos de doença, principalmente pneumonias e gripes, pelo que tendo em conta a aproximação do mau tempo a situação daquelas pessoas tem de ser reparada. A Comissão Administrativa pensa que a resolução definitiva será um facto dentro de mês e meio através da acção do Serviço Ambulatório de Acção Local (SAAL). Com esse intuito a Câmara arranjou um terreno em Alformoselo de Benfica com capacidade para 80 casas onde o SAAL vai pôr em prática um plano-piloto de realojamento, sinistrados, que consiste na construção imediata de módulos (uma divisão, cozinha e casa de banho), onde as pessoas se possam instalar. Em seguida são os próprios moradores que colaboram no alargamento das suas residências, segundo o processo evolutivo de habitação, como é designado.

Deste modo o município aguarda que a situação dos sinistrados pelo incêndio «sita» definitivamente resolvida dentro de mês e meio ou pouco mais, passando a beneficiar, a partir desse altura de residência própria. Além do mais, a experiência levada a cabo poderá ser adoptada noutros casos se se verificar proveitoso.

Falta de estruturas — Anteriormente ao 25 de Abril a Câmara Municipal de Oeiras era uma máquina preparada para passar licenças e primava por toda uma falta de estruturas no que dizia respeito aos assuntos municipais. Por outro lado foi perdida uma sindicância à actividade da anterior administração para se constatar mais em concreto os casos de corrupção existentes, muito embora cheguem por vezes à Comissão Administrativa cartas dando conta de factos menos correctos.

— Mas os trabalhadores têm plena certeza que a sindicância que têm para trabalhar também lhes servirá para se dirigirem. Segundo os próprios mineiros, «concoados» não faltam.

De facto, este acto do patrão não teve muita da admiração, dando que nunca se preocupou melhorar as condições de trabalho dos seus operários. Um exemplo: na «mineração» do pedreiro «Balo» não existe a mínima protecção da silicose para os trabalhadores.

aspecto social, cultural político e outros é um entrave para a nova administração, que quando pretende promover qualquer actividade depara com enormes dificuldades para as levar à prática. Como caso concreto desta carência apontam-nos os elementos da Comissão Administrativa, com quem falámos a inexistência de um gabinete de planeamento urbanístico, agora em fase de criação, o facto dos aspectos culturais e desportivos não estarem previstos nos estatutos da Câmara Municipal de Oeiras e certos pelouros agruparem as secções mais diversas (caso de estar reunido no mesmo pelouro a secção de trânsito, topografia, incêndios e outras) donde resultava que o responsável via-se impossibilitado de responder de uma maneira eficaz. Presentemente, está em estudo uma divisão coerente das secções que são da atribuição do município.

2000 contos para a recolha do lixo — Com cerca de 100 000 habitantes é na freguesia da Amadora que os problemas se apresentam com a maior amplitude. No caso da recolha do lixo, onde a deficiência é notória, tem-se procurado resolvê-lo, mas a sua dificuldade é manifesta porquanto se torna necessário todo um aparelhamento técnico e humano que o município não tinha montado.

Assim, a Comissão Administrativa contactou uma empresa especializada que se propõe fazer a recolha de lixo na Amadora nas seguintes condições: o contrato será por cinco anos, renovável ou não; a empresa compromete-se a fornecer todo o equipamento necessário, contrata o pessoal e paga os salários; no caso de no final do contrato a Câmara decidir prescindir dos serviços da empresa todo o material reverte para o município.

Esta solução que acarreta uma despesa a rondar os trinta mil contos anuais representa um benefício na medida em que no momento presente a Câmara de Oeiras não dispõe de possibilidades para melhorar eficazmente a recolha do lixo e, por outro lado, permite melhorar a limpeza no resto do concelho na medida em que o material e os homens em serviço naquela zona podem ser deslocados para as outras freguesias.

Outro assunto que neste momento aflige a Comissão Administrativa, segundo as palavras do seu presidente, é o que diz respeito aos quatro cemitérios do concelho, em vias de ficarem completamente lotados. Em relação ao da Amadora a situação é mesmo caótica. Entretanto, o de Barcarena possui um terreno doado há cerca de sete anos e que até agora não foi utilizado. Portanto, quanto a este, o assunto está praticamente resolvido, restam apenas os cemitérios da Amadora, Oeiras e Carnaxide, para os quais se torna urgente encontrar uma solução do seu alargamento o que até agora tem esbarreado perante a intransigência das entidades particulares, proprietárias dos terrenos vizinhos que não acordam num preço razoável com a Câmara.

O problema educacional é melindroso. A maior parte das escolas existentes estavam em péssimas condições e foi necessário criar condições para que este ano lectivo se tornassem habitáveis. Relativamente ao ensino primário, que é da competência municipal existem cinco escolas na Amadora com capacidade para 320 alunos cada e para se poder responder às necessidades actuais terão de conseguir, a médio prazo, 480 alunos e uma de 240 alunos. O panorama de carência de instalações educacionais é idêntico no ensino pré-primário, preparatório e secundário da referida freguesia.

Face a esta situação a Comissão Administrativa pretende conseguir a médio prazo uma certa autonomia descentralizadora para arranjar ela própria uma solução eficiente, procurando inserir um programa de emergência para os próximos dois a três anos e, a longo prazo, estabelecer um plano de construção de equipamento escolar que integre todos os aspectos possíveis.

50 parques infantis — No aspecto do equipamento de recreação comunitária foi inaugurado, em meados de Outubro um parque infantil-piloto localizado na zona residencial de Nova Oeiras, o qual foi instalado em 48 horas sem qualquer encargo para a Câmara, que desde logo entrou na sua posse. O equipamento utilizado representa uma tentativa de conjugar os seguintes objectivos: pedagógico, funcional e económico. Os aparelhos são, na sua generalidade, fixos ou semifixos, constituindo, para a criança, um exercício-problema e a própria natureza dos materiais e do equipamento utilizados e a sua dispersão por zonas, em vez de estarem concentrados num só local, obrigam a criança a movimentar-se e tentar novas experiências e a conviver com outros grupos. Este esquema permitirá contemplar cerca de 50 localidades do concelho com parques infantis em vez dos 15 a 20 do tipo clássico previstos para idêntica verba no início das actividades da Comissão Administrativa. Deste modo, a construção dos referidos parques infantis que irá custar perto de 1500 contos deverá estar em funcionamento, segundo as previsões, dentro de três a quatro meses.

A animação cultural no concelho

Quando à animação sociocultural do concelho, foi proposto às diversas colectividades das freguesias que se associassem, criando em cada freguesia, de acordo com as suas realidades, um órgão coordenador das actividades socioculturais, com estatutos próprios, para o qual se poderia, numa rápida exploração, perspectivar objectivos como: fomentar as actividades socioculturais na freguesia; apoiar as iniciativas das colectividades das freguesias; coordenar os planos de acção das colectividades das freguesias; promover a cooperação entre as colectividades das freguesias; e gerir o equipamento sociocultural, propriedade do município, existente nas freguesias.

Cada um destes organismos deverá eleger representantes para um órgão de coordenação ao nível do concelho, que poderá designar-se por Conselho Municipal das Actividades Socioculturais e ao qual poderão competir, entre outros, os seguintes objectivos: representar perante a Câmara Municipal de Oeiras todas as colectividades do concelho; coordenar os planos e acções dos órgãos coordenadores das cinco freguesias; apresentar à Câmara Municipal de Oeiras o plano global de actividades, assim como a relação dos apoios que carece para a sua realização e os critérios de prioridade na sua satisfação. No final das impressões trocadas, o presidente da Comissão Administrativa, cuja actividade não permite uma conversa prolongada sem interrupções quase permanentes, afirmou que, presentemente, a Câmara está virada para a organização dos moradores do concelho em comissões, que se deseja venham a ser institucionais, de molde a tornar irreversível o processo de democratização em curso e para que as populações possam de futuro ter um controlo directo sobre quem as dirige, a fim de se evitarem os desmandos e as situações de favor.

No respeitante à falta de água, que aflige presentemente certas zonas do concelho, nomeadamente a Reboleira, a situação resulta de nunca ter existido um planeamento de acordo com as necessidades do núcleo habitacional, que cresceu desmesuradamente e sempre com as estruturas primitivas. Assim, a falta de água depende única e exclusivamente da Companhia das Águas de Lisboa e os serviços municipais apenas distribuem a quantidade de água que recebe. Para resolver os casos mais prementes têm sido utilizados os bombeiros através dos seus autotanques, mas isso de modo nenhum satisfaz as populações.

A UNIDADE COMO GARANTIA DO DIREITO AO TRABALHO

Os trabalhadores da Sociedade de Construções de Joaquim Francisco dos Santos, Lda., manifestam-se contra as soluções que a administração propõe para fazer face às dificuldades existentes e que se resumem nos despedimentos. Assim, a Comissão de Trabalhadores da empresa tem tentado desde sempre evitar esta solução fácil para o patronato mas difícil para os trabalhadores.

Entendendo que a administração sempre viu a Comissão de Trabalhadores como um bando de malfiteiros, sendo seu dever tratá-los como tal, esta esclareceu no seu comunicado que as dificuldades da empresa não surgiram agora e muito menos se devem à actuação da Comissão.

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EXIGEM ELEIÇÕES SINDICAIS IMEDIATAS

Analisando a situação actual do Sindicato Nacional da Construção Civil do Distrito de Lisboa, onde em 9 de Maio a Comissão Pró-Sindicato foi afastada pela presente Comissão Provisória, os delegados sindicais da construção civil na empresa J. Pimenta interrogam-se quanto à sua representatividade junto da classe.

A Comissão Pró-Sindicato, quando começou a gerir os interesses dos trabalhadores, promoveu uma assembleia geral apontando a necessidade de estruturar a organização dos operários para, a partir dessa base, as reivindicações assentarem em factos

concretos e não em atitudes aventureiristas que apenas poderiam beneficiar certos sectores da profissão. A par dessa organização a Comissão Pró-Sindicato realçava também a necessidade de assegurar regalias para os trabalhadores que não fossem exclusivamente as monetárias. No entanto, a referida Comissão Provisória, que ocupou nessa reunião a mesa da assembleia argumentou que os trabalhadores precisavam era de mais dinheiro e a partir desse momento ficaram a tomar conta dos interesses de 120 000 associados da construção civil.

A propósito das anomalias que até agora se verificaram os delegados sindicais da empresa J. Pimenta, num comunicado difundido, declaram: «Considerando que se desde essa data (19 de Maio) até a esta parte, a Comissão Directiva Provisória ainda não fez nenhuma Assembleia Geral, no sentido de esclarecer os trabalhadores que pretende representar chegando ao extremo de justificar tal atitude, perante os delegados sindicais signatários, por «terem medo de serem coridos pelos trabalhadores durante o decorrer de uma assembleia».

Considerando que a Comissão Directiva Provisória do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Lisboa se permitiu atitudes, sem consultar os trabalhadores, tais como: compra de um veículo marca Peugeot 404 misto; abrir uma delegação do Sindicato em Vila Franca de Xira; negociar inconscientemente e assinar acordos de trabalho que só têm criado problemas aos trabalhadores, designadamente a viabilidade da sua divisão, esquecendo totalmente qualquer tipo de regalias sociais; dispor a seu bel-prazer dos fundos do Sindicato.

Considerando ainda que a Comissão Directiva Provisó-

ria, inicialmente composta por nove elementos e ter presentemente apenas três (Fortunato, Parente e Duarte) nos quais os trabalhadores não depositam o mínimo de confiança;

Os delegados sindicais da construção civil na empresa J. Pimenta, SARL, com o incondicional apoio da Comissão Coordenadora de Delegados dos Trabalhadores da mesma empresa e ainda dos trabalhadores (através dos seus delegados) de numerosas empresas do sector, tais como: Luso-Suiça; Habitat; Renel; Construções Técnicas; Enobra e Icosal, vêm publicamente comunicar a todos os trabalhadores da construção civil o seguinte:

1. Que exigiu da Comissão Directiva Provisória do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Lisboa a marcação de eleições até ao próximo dia 23.

2. Que não vindo a verificar-se essa marcação de eleições, os trabalhadores de J. Pimenta, SARL, e das empresas aderentes a esta tomada de posição, ver-se-ão na contingência de ocuparem as instalações do Sindicato Nacional da Construção Civil do Distrito de Lisboa, no próximo dia 25, para poderem levar avante as referidas eleições, contribuindo, assim de uma forma concreta para a consolidação da democracia em Portugal.

Entretanto, para melhor esclarecimento do que se está a passar alguns elementos daquela empresa contactaram-nos apontando o facto de no mês passado cerca de 800 trabalhadores da construção civil se terem concentrado em frente das instalações do Sindicato exigindo a marcação de eleições. Como os três elementos que restam da Comissão Provisória argumentassem que o seu núme-

ro era exíguo foi sugerido o alargamento com mais dez elementos e que seriam eleitos pelos delegados sindicais (a maior parte dos quais foram pura e simplesmente nomeados pelos membros da referida comissão). Depois de constituída a nova Comissão Provisória esta seria dividida em três grupos para as seguintes funções: o primeiro organizaria as eleições; o segundo debruçaria-se sobre a revisão do CCT; e o terceiro grupo teria por missão fiscalizar as condições de trabalho dos associados.

Na data da eleição os três elementos da Comissão Directiva traziam já uma lista que foi aprovada sem dificuldade e, presentemente, os novos elementos em vez de estarem destacados para as funções previstas limitam-se a prestar informações aos sócios na sede do Sindicato, segundo a informação que nos deram os trabalhadores da empresa J. Pimenta.

Por outro lado, referem os mesmos trabalhadores que no respeitante a regalias sociais aqueles dirigentes sindicais nada têm feito, tanto nos contratos, que negociamos como nos serviços prestados pelo sindicato, onde anularam a oferta de livros escolares para o ensino primário aos filhos dos sócios, e a assistência médica que por seu intermédio era prestada. Regalias que existiam já no tempo da direcção anterior ao 25 de Abril e que agora foram suprimidas com o argumento de falta

de verbas. No entanto, acrescentaram os trabalhadores que nos visitaram, alguns dos elementos da Comissão Provisória não se inibem em receber do Sindicato (portanto do dinheiro que os sócios descontam todos os meses) ordenados superiores aos que ganhavam nos seus empregos.

Também na negociação de contratos de trabalho os operários manifestam o seu profundo descontentamento. Assim depois de a Comissão Provisória ter apresentado ao Grémio um projecto de CCT a 9 contos e que nunca foi posto à discussão dos associados, acabou por negociar uma tabela de salários substancialmente inferior à primitiva, onde as desigualdades são flagrantemente a diferença de ordenados de um servente para um primeiro oficial era de 1200\$00, e no presente eleva-se para o dobro. Paralelamente os escalões A e D não foram abrangidos e do escalão E apenas os serventes foram focados, resultando daí que muitos operários especializados estão a ganhar menos do que os serventes, o que causa profunda discórdias entre a classe.

Por toda esta situação os trabalhadores da empresa J. Pimenta e muitos outros aguardam que as eleições sejam marcadas de molde a que a classe se possa pronunciar em relação aos elementos que futuramente irão defender os seus interesses.

MINEROS DISPOSTOS A ORIENTAR A MINA

Em Valongo, os trabalhadores da Empresa de Exploração de Lousa do Susão — «Bridval», por falta de pagamento de salários, cujo montante atinge cerca de cinquenta contos, ocuparam as instalações no sábado passado. Esta decisão foi tomada por todos os trabalhadores, dado que a empresa garante não ter nada com o pagamento, visto esta mina de Lousa se ter fundido com outras congéneres. Assim, 40 trabalhadores estão a braços com um grave problema, dado que não têm outro meio de subsistência.

Este gesto do sr. Augusto Pinto Soromenho, principal acionista, com 90 por cento do capital, é, não só pelo aspecto humano de que se reveste, um acto de sabotagem à economia nacional. De facto, fora acordado entre as firmas Companhia de Ardósias, Exportadora de Ardósias, Alberto Osório, Baiterrejo, Sampaio & C. e a firma em questão, reunirem-se e com o apoio estatal explorarem com outros recursos técnicos as novas fórmulas de aproveitamento do produto.

«Mas aquele industrial disse aos trabalhadores que a empre-

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

Aceitam-se candidaturas para assistente ou monitor nas seguintes disciplinas:

- Preparação de Minérios II
- Hidráulica
- Organização de Produção

Os interessados deverão comparecer na Secretaria do I. S. T., para preencherem uma ficha de inscrição como Assistente (ou Monitor), apresentando na altura um pequeno curriculum, no prazo de 8 dias a partir da data da publicação.

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

— Mas aquele industrial disse aos trabalhadores que a empre-

Novos livros Estampa

HISTORIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS

Wolfgang Ibsen

Biblioteca Estampa n.º 9

Preço 70\$00

O QUE É A VIDA?

A. Opaline

Biblioteca Básica de Cultura n.º 20

Preço 30\$00

AS REVOLUÇÕES DE 1848

Efimev, Galkine, Zubok

Biblioteca Básica de Cultura n.º 21

Preço 30\$00

LENINE E A III INTERNACIONAL

Colecção Práxis n.º 8

Preço 40\$00

CRITICA DA IDEOLOGIA CONTEMPORANEA

Gelvano Della Volpe

Colecção Teoria n.º 23

Preço 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua de Escola do Exército, 9, r/c, dto.

Telefone 555663 Lisboa 1

VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

ENTUSIASTICO COMÍCIO EM LISBOA COM LARGA PARTICIPAÇÃO POPULAR



GRANDIOSA FESTA DOS TRABALHADORES DO PORTO!

Milhares de comunistas e trabalhadores do Porto acorreram ao Pavilhão do Académico para participarem nos festejos realizados em comemoração do 7 de Novembro. O programa, simples, constringiu principalmente de uma festa-convívio, para a qual se dirigiram em cortejo pelas ruas da cidade numerosos comunistas e trabalhadores, agitando bandeiras do Partido e cantando a Internacional. O vasto pavilhão, engalanado de cartazes («Viva a Revolução de Outubro», «Viva a Amizade Portugal-URSS») e bandeiras vermelhas, foi recheado rapidamente, conforme iam chegando os manifestantes, acolhidos pelos muitos que já lá se encontravam aos gritos cadenciados do «PCP! PCP!». O entusiasmo avolumou-se a um ponto extraordinário, as bancadas repletas e o recinto interior completamente coberto de trabalhadores, muitas mulheres e crianças, intelectuais, estudantes, gritando «URSS! URSS!». Margarida Tengarrinha falou. Voz trémula, num crescendo de emoção, Margarida, a indomita combatente do nosso Partido, os muitos anos de clandestinidade na justiça nas exclamações fortes de admiração pelas suas gloriosas conquistas. Cantou Júlia Babo. Com ela todos cantaram o hino do MUD e «Catarina». E depois escutaram-se belas canções de Lopes Graça, pelas vozes jovens do Coral de Letras. No final, centenas de jovens (e muitos velhos comunistas) deram-se as mãos e fizeram rodas coradas de alegria, cantando, vitoreando o Partido da Classe Operária, dos trabalhadores, dos intelectuais

Os trabalhadores e outros homens e mulheres progressistas de Portugal não deixaram nunca de comemorar a Revolução de Outubro, em pleno terror fascista, de mil maneiras audaciosas e cheias de perigos. Poder faz-lo hoje livremente, pela primeira vez, orgulha e comove. Mas creio que o facto não focará apenas os activistas do tempo do fascismo. Creio que toca o coração e o espírito de todos os portugueses patriotas e com um mínimo de cultura, por longe que estejam do quadrante político e ideológico da grande Revolução proletária. É que assinalar a data de mais amplo e profundo movimento social de todos os tempos será sempre para além do mais, a participação numa festa cultural, a efectivação de um acto de cultura.

Os portugueses em geral sofreram muito neste último meio século. Aprenderam muito. Compreenderam alguns dos valores mais essenciais da verdadeira cultura. Assim, presentes ou não em corpo, não tenhamos dúvidas — estão aqui conosco!

Estas palavras do camarada José Magre proferidas em nome da Direcção do Partido Comunista Português explicam bem o entusiasmo de milhares de pessoas que, na noite da passada sexta-feira, acorreram ao Pavilhão dos Desportos de Lisboa para assistir à sessão comemorativa do 57.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, promovida pela Associação Portugal-URSS, de colaboração com a embaixada soviética e com a Agência de Imprensa Novosti.

Um panorama da URSS
Já seguidamente da palavra o ministro do Ensino Superior e Secundário especializado da Federação Russa, I. Obratzov, que após saudar em nome do povo soviético o povo português, referiu a constante solidariedade de seu país para com todos os antifascistas portugueses e a alegria com que a URSS acolheu a vitória do 25 de Abril. Um enorme de to da humanidade progressista. Do seu discurso destacamos a seguinte passagem:

Sem receio da repressão
Na mesa, presidida pelo prof. Jacinto do Prado Coelho, vice-presidente do conselho directivo da Associação de Lisboa, camarada Arnold Kalinin; membros da delegação soviética, camaradas I. Obratzov, Zinaida Feodorova, V. Perizov e V. Greenkov; camarada José Magro, do Comité Central do PCP; dr. Armando Bacelar em representação do Partido Socialista; António Carlos Manso Pinheiro, em representação do MDP/CDE; dr.ª Laura Lopes, do Movimento Democrático de Mulheres; escritor Alberto Ferreira; António José Santos Nunes, da Comissão Pró-UNEP; director da Novosti em Portugal; eng. Blasco Hugo Fernandes, do conselho directivo da Associação Portugal-URSS; e sociólogo Silva Cerqueira. Embora convidado não compareceu o representante do Partido Popular Democrático.

O recinto do pavilhão encontrava-se ornamentado com as bandeiras das várias Repúblicas da URSS, sendo a mesa coberta com as bandeiras soviética e portuguesa. Usando da palavra em primeiro lugar, o escritor Alberto Ferreira, depois de saudar em nome de todos os participantes na sessão a Pátria de Lenine e da Grande Revolução de Outubro, afirmou: Nunca a minha geração e, por maioria de razões, as gerações que me su-



Um aspecto significativo do comício no Pavilhão dos Desportos

cederam tiveram o grato sentimento de alegria de homenagear livremente a conquista do Poder pelo proletariado russo, em Outubro de 1917. Pela primeira vez, portanto, em ida de portugueses, se realiza, em liberdade, neste nosso país, um conjunto de manifestações culturais e populares que constituem o tributo modesto, mas sentido, da nossa gente ao sacrifício e à vitória dos revolucionários que, sob a direcção de Lenine e do partido do bochevique, implantaram na maior nação do mundo terrestre a bandeira do socialismo. E fazemo-lo, pela primeira vez, repito, sem receio da repressão fascista, de perseguições odiosas, de brutalidades sem nome, sem grilhetas que escravizem, deprimam e indignem um povo. E fazemo-lo sob o signo da aliança entre os soldados do Movimento das Forças Armadas e as massas populares tal como nas jornadas de 1917, quando era já possível a Lenine saudar os operários, os soldados e os camponeses, numa allocução que ficaria célebre...

Alberto Ferreira abordou seguidamente algumas das lições políticas que a Revolução de Outubro forneceu aos povos de todo o mundo concretamente à actual situação portuguesa, e terminou com um apelo para que sejam editados, ainda este ano, os textos mais significativos da Revolução, que nos sirvam, a nós portugueses, de guia de acção e de esclarecimento.

Um panorama da URSS
A sociedade que construímos pressupõe um grau elevado de instrução de todo o povo, a riqueza da vida cultural. Antes da Revolução a maioria da população do nosso país era analfabeta. Agora estamos a concluir a generalização da obrigatoriedade do ensino secundário gratuito para todos. Para mim, que me dedico aos problemas do ensino superior, é um grande prazer comunicar-vos que no nosso país há mais de 800 estabelecimentos de ensino superior. Nas escolas, nas universidades nos institutos técnicos e nos cursos de elevação da qualificação estudam mais de 80 milhões de pessoas; isto é, a terça parte de toda a população do país.

Em toda a parte o ensino é gratuito. Além disso os estudantes dos estabelecimentos de ensino superior e dos institutos técnicos recebem bolsa do Estado. O camarada Obratzov referiu depois a participação crescente das amplas massas trabalhadoras na direcção do país e de todas as questões sociais, analisando a actual situação dos soviéticos e dos sindicatos. A terminar, explicitou a posição da URSS em relação aos problemas do desenvolvimento internacional e da paz e manifestou a sua confiança na posição solidária que, a tal respeito Portugal tomará doravante.

Cada povo faz a sua história
Na intervenção que se seguiu, o camarada José Magro, além das palavras que já citamos afirmou a terminar o seu discurso: Cada povo tem o seu próprio processo histórico. Cada povo faz a sua História. A história gloriosa da Revolução de Outubro não se repetiu, nem se repetirá — não obstante tudo o que de válido de fecundo e de pere-noso há nela como lição e como exemplo para os povos que pretendam percorrer os largos caminhos do socialismo. O povo português está fazendo a sua História. A sua maneira. Com um 25 de Abril há seis meses. Com um curso democrático audacioso e acelerado, com base na Aliança da Unidade das Forças Populares e Democráticas com o MFA, hoje. Com a realização de importantíssimas eleições para uma Assembleia Constituinte, no próximo ano.

Nos comunistas queremos que tais eleições sejam livres e lutaremos por isso. Queremos que o povo português decida livremente dos seus destinos e lutaremos por isso. Depois aceitaremos o que for a livre vontade do Povo. Continuando a ser comunistas e a proclamar bem alto que o socialismo é a única solução viável para o nosso país como para qualquer outro, continuaremos a lutar para que a vontade popular seja cumprida, amanhã e depois.

Além disso sabem, evidentemente, que no nosso país o aluguer de casa, juntamente com a luz, o gás, a caleficação, a água quente e os serviços diversos, constitui de 3 a 4 por cento das despesas gerais da família.

Após terem sido escutados o hino soviético e o hino nacional, foi dado início à segunda parte da sessão, durante a qual se exibiram os Ranchos Folclóricos de Santa Marta de Portozelo, da Casa do Povo de Almeirim e da Região de Leiria, assim como o conjunto soviético Krasnoyarsk.

Um entusiasmo empolgante caracterizou toda a sessão, manifestando os sentimentos internacionalistas do povo português e a sua amizade para com a União Soviética.

SEMANA DO CINEMA SOVIÉTICO
Despertou grande interesse e teve grande afluência a Semana do Cinema Soviético levada a efeito no Palácio Foz, em Lisboa, no quadro das comemorações do 57.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, realizadas pelo PCP, de norte a sul do País. A sessão inaugural, no dia 7 de Novembro, com a presença do director-geral da Cultura, foi aberta pelo camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado do CC do nosso Partido, que pôs em destaque o papel histórico da Revolução de Outubro nas suas repercussões internacionais, o papel preponderante da União Soviética e do campo socialista no mundo dos nossos dias, a fidelidade do PCUS aos princípios do internacionalismo proletário e a sua ajuda aos povos que lutam pela independência e pela liberdade. O director-geral da Cultura, por seu lado salientou a importância dos filmes que se iriam projectar, no triplo aspecto da cinematografia soviética, da história da cultura e da história mundial. As sessões seguintes foram precedidas por breves introduções em que foi feito o enquadramento histórico dos acontecimentos nelas focados.

1917: AS REPERCUSSÕES EM PORTUGAL

A conquista do Poder pela classe operária russa, a 7 de Novembro de 1917 (25 de Outubro no antigo calendário), surge como o maior acontecimento histórico da nossa era, assinalando o começo da destruição do sistema capitalista mundial pelo proletariado revolucionário e o triunfo da ideia do socialismo científico. Destruindo a base económica de



A visita da delegação soviética ao Centro de Trabalho do nosso Partido em Lisboa

AS COMEMORAÇÕES DO 7 DE NOVEMBRO

(Continuado da 1.ª pág.)

terras do concelho: Vila Viçosa, Vendas Novas, Estremoz, Borba e outras freguesias. Ainda em Lisboa, destacamos o entusiástico comício realizado pela UEC no salão da Voz do Operário e em que falou, além de representantes da UEC e do MJT o camarada Carlos Brito.

Por toda a parte as grandes conquistas do povo soviético foram evocadas

Os avanços espantosos da União Soviética na construção do socialismo estiveram no centro dos discursos e debates travados por todo o País, em dezenas, centenas de sessões de esclarecimento. Em Montemor-o-Novo o 7 de Novembro foi assinalado com uma reunião a que presidiu António Gervásio. O significado do 7 de Novembro e os ensinamentos da Grande Revolução de Outubro estiveram no centro da intervenção do nosso camarada. Sessões de esclarecimento assinalaram igualmente o 7 de Novembro em Elvas, Avis e Nisa. Em Évora, uma festa de confraternização na Sociedade Joaquim António de Aguiar assinalou o aniversário da Revolução de Outubro e sessões de esclarecimento realizaram-se em diversas

capitalismo, pondo fim ao regime de miséria e de exploração, a Revolução Socialista de Outubro colocou nas mãos da classe operária e dos trabalhadores os meios de produção, entregou a terra aos camponeses, libertou as nações oprimidas do velho império czarista e elevou-as à categoria de nações livres, soberanas e iguais em direitos, instaurou a ditadura do

proletariado, a democracia para os trabalhadores, sob a forma de estado socialista soviético. A Revolução Socialista de Outubro fez sair a Rússia da guerra imperialista de 1914-18, libertou os povos da Rússia da dominação do capital estrangeiro, concedeu à mulher direitos iguais aos do homem, conduziu o país pela via do socialismo, transformou este no mais poderoso bastião da paz e da independência dos povos.

A Revolução Socialista de Outubro demonstrou o papel de vanguarda da classe operária na construção da nova sociedade, a sua força revolucionária, o seu heroísmo e capacidade de luta, sob a direcção do Partido Comunista, forjando e fortalecendo a aliança com os camponeses, com as massas trabalhadoras da cidade e do campo, com os soldados e marinheiros, para marcharem ao assalto da velha ordem capitalista e instaurarem o sistema do socialismo.

Sob a influência da Revolução Socialista de Outubro, a classe operária portuguesa ganhou uma nova consciência da sua força, das suas possibilidades de luta e buscou novos caminhos para a conquista da sua emancipação completa, libertando-se da influência do anarco-individualismo e dos conceitos reformistas que dominaram o movimento operário em Portugal.

Em 1919, os trabalhadores portugueses criam a primeira organização de vanguarda — a Liga Marxista — que defende a necessidade de desenvolver uma larga campanha em torno da Revolução Socialista de Outubro. Em 1921 surge o Partido Comunista Português que, sob a influência da Revolução de Outubro, imprime novos rumos ao movimento operário no nosso país.

Estimulados pelos sucessos da Revolução Socialista e pela onda de luta e revoluções que varreram a Europa, os trabalhadores portugueses lançam-se em poderosas acções contra a exploração capitalista. O ano de 1918 conhece grandes lutas dos trabalhadores rurais. A luta pela posse da terra começa a ganhar a consciência dos operários agrícolas em certas zonas do Alentejo. Em VALE DE SANTIAGO os trabalhadores ocupam as terras dos grandes proprietários e pretendem explorá-las em seu proveito. Uma impiedosa repressão se abateu sobre eles e provocou deportações para Angola. O ano de 1919 assinala o ascenso do movimento operário português com greves sucessivas que abarcam sectores importantes, mobilizando os operários corticeiros, metalúrgicos, dos tabacos, da construção civil, marítimos, ferroviários, gráficos da indústria de calçado e outros. Até 1924 a luta da classe operária não cessa de crescer, apesar da encarniçada resistência das forças capitalistas e dos governos que as servem.

A classe operária portuguesa saudou com júbilo a vitória do proletariado na Revolução Socialista de Outubro e participou nas múltiplas acções dos trabalhadores à escala internacional contra a intervenção estrangeira, que visava esmagar a jovem República soviética. Na Conferência Nacional dos Transportes, realizada em Fevereiro de 1920, os trabalhadores portugueses tomaram resoluções para «abotar o envio de tropas, munições, armas e víveres a contra-revolução, reafirmando a sua solidariedade ao proletariado russo».

As lições do grande Outubro são ensinamentos do marxismo-leninismo em que se assenta a estratégia e a tática dos partidos comunistas e